

1 – (Prova: CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público ) Acerca das inelegibilidades, julgue o próximo item.

Considere que um indivíduo tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, à pena de três anos de reclusão e multa por adulteração de número de chassi de veículo automotor e que a tenha cumprido integralmente. Considere, ainda, que os efeitos da pena perduraram até 4/5/2009. Nessa situação, o indivíduo permanecerá inelegível até 4/5/2012.

2 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público) A respeito dos recursos eleitorais, julgue os itens seguintes.

Não tem efeito suspensivo recurso interposto por indivíduo que teve seu registro de candidatura indeferido em razão reconhecimento de inelegibilidade.

3 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público) Aquele cuja inscrição como eleitor foi deferida por juiz eleitoral tem o direito de juntar novos documentos em sua manifestação sobre o apelo interposto por delegado partidário. Nesse caso, o recorrente pode pedir vista dos documentos, por 48 horas, para se manifestar sobre eles.

4 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público) No que se refere aos crimes eleitorais e ao processo penal eleitoral, julgue os itens que se seguem.

Aquele que desenvolve ou introduz comando, instrução ou programa de computador capaz de provocar qualquer resultado diverso do esperado em sistema de tratamento automático de dados usados pelo serviço eleitoral e aquele que venha a causar, propositadamente, dano físico a equipamento usado na votação ou na totalização de votos ou a suas partes estão sujeitos à mesma pena, isto é, à reclusão de 5 a 10 anos.

5 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público) No caso de crime eleitoral, havendo competência para julgamento do delito por parte da Justiça Eleitoral, haverá também competência desta para executar a decisão condenatória, ainda que o condenado seja recolhido a estabelecimento sujeito à administração estadual.

6 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Preenchidos os demais requisitos legais, podem integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral como os Tribunais Regionais Eleitorais,

- a) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- b) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- c) Juízes dos Tribunais Regionais Federais dos Estados.
- d) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Ministros do Supremo Tribunal Federal.

7 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa ) A respeito dos recursos eleitorais, é correto afirmar que

- a) terão sempre efeito devolutivo e suspensivo, motivo porque a execução de qualquer acórdão só poderá ser feita após o respectivo trânsito em julgado.
- b) sempre que a lei não fixar prazo especial, deverão ser interpostos em 5 dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

c) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral prevenirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo Município ou Estado.

d) em nenhuma hipótese caberá recurso contra expedição de diploma pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

e) não caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais e para o Tribunal Superior Eleitoral dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.

8 • Prova: ( FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa) NÃO se inclui dentre as exigências para que seja admitida a transferência do eleitor:

a) Recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.

b) Concordância expressa do partido político em cujos candidatos costuma votar.

c) Transcurso de pelo menos um ano do alistamento ou da última transferência.

d) Residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada sob as penas da lei, pelo próprio candidato.

e) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

9 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa) O conhecimento e decisão da arguição de inelegibilidade de candidato a Senador, a Governador de Estado e a Deputado Estadual, formulada perante a Justiça Eleitoral, será feita perante o Tribunal

a) Regional Eleitoral do Estado correspondente.

b) Superior Eleitoral.

c) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente, respectivamente.

d) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente e o Juiz Eleitoral, respectivamente.

e) Regional Eleitoral do Estado correspondente, o Juiz Eleitoral e o Juiz Eleitoral, respectivamente.

10 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa) A investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou partido político,

a) será processada pelo Tribunal Regional Eleitoral que, após a oitiva do Corregedor-Geral, enviará os autos ao Ministério Público para que este aplique as sanções previstas em lei.

b) será feita pela Polícia Judiciária, mediante inquérito policial, que, afinal, será encaminhado ao Ministério Público para oferecimento de eventual denúncia.

c) será objeto de investigação pelo Ministério Público eleitoral que, afinal, declarará a inelegibilidade do investigado, aplicando-lhe as sanções previstas em lei.

d) será processada internamente por qualquer partido político, coligação ou candidato que, afinal, encaminhará as suas conclusões ao Tribunal competente que, após a oitiva do Corregedor-Geral, aplicará as sanções previstas em lei.

e) terá início por representação de qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público feita diretamente ao Corregedor-Geral.

11 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Os partidos políticos:

a) que ministrarem instrução militar ou paramilitar, deverão obter prévia autorização da Justiça Eleitoral e adotar uniforme para seus membros com o intuito de distingui-los dos demais.

b) poderão ser criados através de requerimento de, no mínimo, cinquenta eleitores com domicílio eleitoral em pelo menos dois Estados da Federação.

c) poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro por decisão de seus órgãos regionais, com validade apenas no âmbito estadual ou municipal.

d) são pessoas jurídicas de direito privado e destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

e) que não tiverem caráter nacional deverão aprovar estatuto e programa que atenda às peculiaridades e interesses do Estado ou Município em que desenvolverem as suas atividades.

12 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É vedado aos partidos políticos, na propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão,

a) difundir os programas partidários.

b) divulgar propaganda de candidatos a cargos eletivos.

c) transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário.

d) divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.

e) transmitir mensagens aos filiados das atividades congressuais do partido.

13 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

As coligações partidárias

a) podem ser formadas apenas para as eleições majoritárias.

b) dependem de prévia aprovação da Justiça Eleitoral, que designará o respectivo presidente.

c) não podem ter denominação própria, devendo adotar obrigatoriamente a junção das siglas dos partidos que a compõem.

d) só podem inscrever candidatos do partido dela integrante cuja legenda tiver obtido maior número de votos na eleição anterior.

e) terão as prerrogativas e atribuições de partido político no que se refere ao processo eleitoral.

14 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das convenções para a escolha de candidatos, considere:

I. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

II. Para realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão utilizar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.

III. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de pelo menos 6 meses antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I.

e) III.

15 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É permitida a veiculação de propaganda na internet,

a) em sítios oficiais.

b) em sítios de pessoas jurídicas, com fins lucrativos.

c) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.

d) em sítios hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União.

e) em sítios de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos.

16 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

José é servidor público da administração indireta municipal e o seu superior hierárquico deseja usar de seus serviços para o comitê da campanha eleitoral de partido político durante o horário de expediente normal. Tal conduta

a) será permitida se José estiver licenciado.

b) é expressamente vedada por lei em qualquer situação.

c) só será permitida se José pedir exoneração de seu cargo.

d) só será permitida se José estiver com pouco serviço.

e) só será permitida se for designado outro servidor para auxiliar José.

17 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do ato de votar, é correto afirmar que

- a) é permitido portar máquinas fotográficas dentro da cabina de votação.
- b) no momento da votação, basta a exibição do título eleitoral pelo eleitor.
- c) é permitido portar aparelho de telefonia celular dentro da cabina de votação.
- d) no momento da votação, além da exibição do respectivo título, o eleitor deverá apresentar documento de identificação com fotografia.
- e) é permitido portar filmadoras dentro da cabina de votação.

18 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares

- a) deve ser espontânea, mas não gratuita, podendo ser paga pelos partidos políticos, desde que incluída nas suas prestações de contas.
- b) é expressamente vedada por lei, por prejudicar a igualdade entre os candidatos.
- c) deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para essa finalidade.
- d) deve ser espontânea, mas não gratuita, podendo ser paga pelos candidatos, desde que incluída nas suas prestações de contas.
- e) é permitida livremente, com ou sem pagamento, de forma espontânea ou provocada, em virtude do direito de propriedade.

19 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das Juntas Eleitorais, é correto afirmar:

- a) Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais autoridades e agentes policiais.
- b) Os nomes dos membros das Juntas Eleitorais serão publicados no órgão oficial do Estado, sendo vedado aos partidos políticos impugnarem as indicações.
- c) Podem ser nomeados escrutinadores ou auxiliares os parentes em segundo grau de candidatos.
- d) Compor-se-ão as juntas eleitorais de um Juiz de Direito, que será o Presidente, e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- e) Podem ser nomeados escrutinadores ou auxiliares os que pertencerem ao serviço eleitoral.

20 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Na hipótese do partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos aprovados em convenção,

- a) os candidatos escolhidos em convenção pelo partido ou coligação omissa não poderão concorrer às eleições.

- b) estes poderão interpor recurso para o órgão da Justiça Eleitoral competente, no prazo de cinco dias.
- c) o registro dos candidatos será promovido pelo órgão do Ministério Público Eleitoral.
- d) estes poderão requerer a anulação da lista dos candidatos divulgada pela Justiça Eleitoral.
- e) estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de quarenta e oito horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral.

21 Prova: CESPE - 2008 - MPE-RO - Promotor de Justiça

Quanto às restrições impostas pela Lei Eleitoral - Lei n.º 9.504/1997 - ao Poder Executivo em função da proximidade de eleições, assinale a opção correta.

- a) É vedado ao presidente da República usar cadeia nacional de rádio e TV no ano em que ocorrem eleições municipais.
- b) No ano eleitoral, deputados e senadores são proibidos de divulgar seu mandato com materiais custeados pela Casa Legislativa, ainda que limitados à sua cota.
- c) O uso de avião oficial pelo presidente candidato a eleição presidencial é permitido, inclusive em campanha eleitoral, condicionado a ressarcimento.
- d) O descumprimento por agente público das condutas vedadas pode implicar inelegibilidade, mas não configura improbidade.
- e) Nos três meses que antecedem o pleito, é vedado ao presidente da República realizar transferências voluntárias de recursos aos estados e municípios destinadas ao pagamento de obrigação formal preexistente relativa a obras em andamento.

22 • Prova: CESPE - 2008 - MPE-RO - Promotor de Justiça

No que concerne à disciplina do processo eleitoral, nos termos definidos no Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Eleitor domiciliado no exterior poderá votar nas eleições municipais, desde que cadastrado tempestivamente na respectiva embaixada.
- b) As mesas eleitorais do exterior serão organizadas pela seção consular do TSE.
- c) Se, em determinada eleição, os eleitores anularem 25% dos votos e os votos anulados por fraude somarem 25% mais um, a justiça eleitoral deve anular a eleição e convocar outra.
- d) Quando houver recurso contra a diplomação de um candidato eleito, o seu mandato será suspenso, por se encontrar sub judice.
- e) Nulidade do processo eleitoral não pode ser alegada por quem lhe deu causa ou por quem dela se aproveitou.

23 • Prova: CESPE - 2008 - MPE-RO - Promotor de Justiça

Acerca da organização e do funcionamento da justiça eleitoral e do Ministério Público Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) O procurador-geral da República acumula o cargo de procurador-geral eleitoral.

b) Juiz eleitoral irmão de candidato a vereador na circunscrição poderá permanecer no cargo caso tenha sido nomeado antes da convenção partidária que indicou o candidato.

c) Advogado indicado pelo STF ocupará a vice-presidência do TSE.

d) Todos os tribunais eleitorais terão, no mínimo, um integrante indicado pelo MP.

e) O mandato dos juízes eleitorais, inclusive no TSE, é de três anos, vedada a recondução.

24 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

A Lei Eleitoral, ao dispor sobre as condutas vedadas, admite que servidores públicos municipais atuem em comitês de campanha de partidos, desde que o façam após o horário de expediente.

25 Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Pode o prefeito, durante a campanha eleitoral, nomear servidores públicos, especialmente para cargos em comissão, bem como exonerá-los.

26 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Pode o prefeito convocar cadeia de rádio e televisão para anúncio de seu posicionamento político quanto à eleição, se este for controverso.

27 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

É permitida a revisão geral da remuneração dos servidores públicos do município, por iniciativa do prefeito, desde que o percentual não ultrapasse o da inflação do ano da eleição.

28 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Aquele que quiser candidatar-se a vereador, mas que tenha maus antecedentes e tenha sido acusado de corrupção ou outros ilícitos só poderá ser candidato se o registro da candidatura não for questionado.

29 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

No caso da acusação de prática de crime comum, somente a condenação transitada em julgado impede a candidatura.

30 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

No caso de improbidade administrativa, a abertura da competente investigação pelo Ministério Público importa inelegibilidade.

31 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Ainda que seja notório o envolvimento do acusado com práticas delituosas e haja a reiteração de denúncias na mídia, somente se imporá inelegibilidade após a instauração do respectivo inquérito policial.

32 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Processo em que o candidato seja acusado de corrupção não implica inelegibilidade porque se trata de crime comum, tipificado no CP, e não, de crime eleitoral.

33 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

No sistema proporcional de lista aberta, o eleitor, ao votar em um candidato, contribui para a eleição de todos os demais candidatos do mesmo partido.

34 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Conforme as regras brasileiras, o voto conferido a um candidato é unipessoal e intransferível, e, por essa razão, não pode colaborar na eleição de outro candidato.

35 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

No caso de coligações, o voto conferido à legenda de um partido cujo único candidato tenha sido excluído da eleição pela justiça é computado para a coligação.

36 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

O candidato a vereador mais votado em uma cidade é eleito, independentemente do desempenho dos demais candidatos da mesma legenda.

37 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

De acordo com o princípio da fidelidade partidária, é nulo o voto conferido a candidato a vereador filiado a partido de coligação oposta à do candidato em quem o mesmo eleitor votou para prefeito.

38 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

É permitido ao prefeito municipal ceder imóvel de propriedade do município para a realização de convenção de partido político para a escolha de candidato à prefeitura.

39 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

O juiz oriundo da classe dos advogados com notável saber jurídico e idoneidade moral integrante do Tribunal Superior Eleitoral

- a) não pode ser eleito para o cargo de Corregedor Eleitoral.
- b) pode ser eleito apenas para o cargo de Presidente desse Tribunal.
- c) pode ser eleito apenas para o cargo de Vice- Presidente desse Tribunal.
- d) pode ser eleito para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente desse Tribunal.
- e) pode ser eleito apenas para os cargos de Presidente desse Tribunal e de Corregedor Eleitoral.

40 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito da fiscalização exercida pelos partidos políticos no que concerne ao alistamento, à emissão e entrega de títulos eleitorais, à transferência, revisão e segunda via, é correto afirmar que NÃO poderão

- a) examinar, mesmo sem perturbação dos serviços e na presença dos servidores designados, os documentos relativos aos pedidos de transferência, revisão de segunda via e revisão de eleitorado.
- b) ser mantidos mais de um delegado de cada partido atuando simultaneamente na mesma zona eleitoral.
- c) assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.



d) examinar, mesmo sem perturbação dos serviços e na presença dos servidores designados, os documentos relativos aos pedidos de alistamento eleitoral.

e) requerer a exclusão de qualquer eleitor inscrito irregularmente.

41 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito da filiação partidária, é INCORRETO afirmar:

a) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

b) O prazos de filiação partidária fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

c) Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o deferimento do pedido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

d) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

e) Se o estatuto do partido estabelecer outros casos de cancelamento da filiação partidária além dos previstos em lei deve obrigatoriamente comunicar ao atingido no prazo de 48 horas da decisão.

42 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

Os partidos políticos, observados os limites legais, podem receber auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de

a) empresas públicas.

b) entidade estrangeira.

c) autarquias.

d) pessoa jurídica de direito privado.

e) entidade de classe.

43 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A propaganda partidária gratuita, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão,

a) só poderá ser feita em bloco, com a duração de 30 minutos, em cadeia nacional ou estadual.

b) será feita por iniciativa e responsabilidade das emissoras de rádio e de televisão.

c) não permite a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos políticos.

d) através de cadeias, tanto nacional ou estaduais, não depende de prévia autorização da Justiça Eleitoral.

e) não exclui a propaganda paga, que pode ser feita em qualquer horário, a critério de cada emissora.

44 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito da propaganda eleitoral em geral, é correto afirmar:

- a) É permitida a propaganda através de outdoors, cabendo aos partidos políticos e coligações a distribuição entre seus candidatos, dos espaços que lhes couberem.
- b) A realização de qualquer ato de propaganda eleitoral em recinto aberto depende de licença da polícia e de comunicação à Justiça Eleitoral.
- c) A realização de comícios é permitida em qualquer horário e local, não podendo sofrer qualquer restrição.
- d) É vedada, no dia das eleições, a manifestação mesmo individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.
- e) A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia.

45 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

Nos três meses que antecedem as eleições, é

- a) vedada a designação ou dispensa de funções de confiança.
- b) vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública nos casos de calamidade pública.
- c) vedada a nomeação ou exoneração de cargos em comissão.
- d) permitida a nomeação para cargos dos órgãos da Presidência da República.
- e) permitida a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.

46 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do direito de resposta, considere:

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

47 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

José é candidato a cargo eletivo, reside num bairro da zona rural e possui uma Kombi, com capacidade para oito pessoas, com a qual transporta trabalhadores para as fazendas da região. Oito pessoas residentes nas proximidades da sua moradia solicitaram que as transportasse para a cidade, no dia da eleição, até os locais de votação, fornecesse refeições e os trouxesse de volta no dia seguinte. José

- a) poderá trazê-los de volta à zona rural no dia posterior à eleição.

- b) não poderá transportá-los, nem fornecer-lhes refeições, no dia do pleito eleitoral, por expressa vedação legal.
- c) poderá transportá-los para a cidade, até os locais de votação, bem como trazê-los de volta, mas não poderá fornecer-lhes refeições.
- d) poderá fornecer-lhes refeições, mas não poderá transportá-los para a cidade, até os locais de votação.
- e) poderá fornecer-lhes refeições, mas não poderá trazê-los de volta à zona rural no dia posterior à eleição.

48 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, é correto afirmar:

- a) Os candidatos a Deputado Estadual poderão votar em qualquer seção do Estado em que sejam eleitores.
- b) O Presidente da República poderá votar em qualquer seção eleitoral do País.
- c) Os Governadores de Estado, nas eleições municipais, poderão votar em qualquer seção do município em que sejam eleitores.
- d) O Presidente, mesários, secretários e suplentes poderão votar perante as Mesas em que servirem.
- e) Nas seções em que for adotada a urna eletrônica somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem na folha de votação.

49 • Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Assinale a opção correta a respeito de partidos políticos.

- a) O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional.
- b) Do total do fundo partidário, 1% é destinado, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 99% são distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- c) A responsabilidade, incluindo a civil e a trabalhista, entre qualquer órgão partidário municipal, estadual ou nacional, é solidária ante o caráter nacional dos partidos políticos.
- d) Os recursos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei, são créditos penhoráveis para pagamento de débitos de natureza trabalhista.
- e) A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do fundo partidário, devido à desaprovação total ou parcial da prestação de contas de partido, deve ser aplicada necessariamente pelo período de doze meses. Caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após cinco anos de sua apresentação, a sanção de suspensão não poderá ser aplicada.

50 • Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Com relação ao quociente eleitoral, ao quociente partidário e à distribuição dos restos, assinale a opção correta.

- a) Os partidos e as coligações que não tiverem obtido quociente eleitoral podem concorrer somente à distribuição das sobras dos lugares a preencher.

- b) O quociente eleitoral é determinado dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo número de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezando-se sempre a fração.
- c) O quociente partidário, para cada partido ou coligação, é determinado dividindo-se o número de votos válidos, dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, pelo quociente eleitoral, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, ou considerada um, se superior.
- d) Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários devem ser distribuídos por meio da divisão do número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação de partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo um dos lugares a preencher ao partido ou à coligação que apresentar a maior média. Tal operação deve ser repetida para a distribuição de cada um dos lugares existentes.
- e) Caso haja empate na média entre dois ou mais partidos ou coligações, o candidato mais idoso deve ser considerado eleito.

51 • Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Em relação à diplomação, ao registro de candidaturas e à impugnação, assinale a opção correta.

- a) O eleitor em regular situação eleitoral, o MP, qualquer candidato, partido político e coligação têm legitimidade para oferecer impugnação de registro de candidatura
- b) Caso um indivíduo requeira o cancelamento do registro do seu nome como candidato, o presidente de tribunal eleitoral ou o juiz, conforme o caso, deve dar ciência imediata do ocorrido ao partido que tenha feito a inscrição, ao qual ficará ressalvado o direito de substituir por outro o nome cancelado, observadas todas as formalidades exigidas para o registro e desde que o novo pedido seja apresentado até sessenta dias antes do pleito.
- c) Considerando que, das quinhentas e treze cadeiras da Câmara dos Deputados, o estado do Espírito Santo tenha direito a preencher dez cadeiras, então, para concorrer a elas, cada partido pode registrar até vinte candidatos a cargo de deputado federal e, cada coligação, até trinta candidatos para esse mesmo cargo.
- d) As propostas defendidas pelo candidato não constituem documentação obrigatória à instrução de pedido de registro de candidatura para governador de estado.
- e) Na hipótese de o partido ou a coligação não requererem o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a justiça eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto em lei, qual seja, dezoito horas do dia cinco de julho do ano eleitoral.

52 Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Assinale a opção correta referente à legislação aplicável à propaganda eleitoral.

- a) É vedada a veiculação de propaganda eleitoral na Internet, em sítio do partido, ainda que gratuitamente.
- b) A veiculação de propaganda eleitoral com qualquer dimensão em bens particulares, por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, independe da obtenção de licença municipal e de autorização da justiça eleitoral.
- c) É vedada a utilização de trios elétricos para a sonorização de comícios eleitorais.

d) O direito de resposta a propagandas eleitorais veiculadas por meio de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica não é legalmente assegurado.

e) No anúncio de propaganda eleitoral veiculado na imprensa escrita, deve constar, de forma visível, o valor pago pela inserção.

53 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

A CF e as leis eleitorais brasileiras estabelecem a disciplina da nacionalidade do candidato, que pode ter particularidades conforme o cargo pretendido. A esse respeito, assinale a opção correta.

a) Um cidadão português que goze do estatuto da reciprocidade pode ser candidato a presidente da República.

b) Em qualquer caso, a dupla nacionalidade de um cidadão brasileiro impõe a inelegibilidade.

c) Brasileiro que se naturalizar alemão em virtude de imposição legal da Alemanha perde a capacidade eleitoral passiva.

d) Estrangeiro nacionalizado brasileiro somente pode ser candidato a cargos legislativos.

e) Cidadão brasileiro nascido no exterior e registrado no consulado do Brasil pode ser candidato a presidente da República.

54 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

Com relação ao papel do Ministério Público Eleitoral nos processos relativos a crimes eleitorais, assinale a opção correta.

a) Ocorrendo infração penal, o MP deve agir de acordo com o delito, e sua ação depende de representação do ofendido.

b) Não são admitidas denúncias verbais, devendo a comunicação do delito ser subscrita por eleitor da mesma circunscrição em que ocorre a eleição.

c) As infrações penais tipificadas no Código Eleitoral são de ação pública.

d) Verificada infração penal, o MP conduz investigação reservada e propõe a ação caso o candidato acusado seja eleito.

e) A inação do MP, quando provocado, é punida com o imediato afastamento do promotor responsável das lides eleitorais.

55 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

Pedro, com nove anos de serviço, é militar alistável e teve o seu nome aprovado em convenção partidária para ser candidato a deputado estadual. Nessa situação hipotética, Pedro

a) deve ser afastado do serviço militar.

b) deve ser agregado, podendo retornar ao serviço militar após a eleição.

c) perderá o cargo apenas se for eleito e empossado.

d) deve ser afastado temporariamente, podendo retornar ao cargo após o fim do mandato.

e) pode permanecer no serviço militar com todos os direitos.

56 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

No Brasil, o alistamento e o voto são obrigatórios nos termos constitucionais. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.

- a) O eleitor que não votar em duas eleições consecutivas terá cancelada a sua inscrição.
- b) O óbito do eleitor deve ser comunicado à justiça eleitoral pelos herdeiros necessários.
- c) A pluralidade de inscrições eleitorais é resolvida mediante o cancelamento de ofício das inscrições mais antigas.
- d) Qualquer eleitor tem legitimidade para requerer da justiça eleitoral a exclusão de eleitor que tiver suspensos os direitos políticos.
- e) Eleitor objeto de processo por alistamento fraudulento tem a sua inscrição suspensa cautelarmente.

57 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

Um processo eleitoral marcado pela alta ocorrência de votos nulos ou anulados pode ser objeto de questionamento judicial.

Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- a) Eleição para prefeito em que 30% dos votos sejam anulados por fraude e 21% dos eleitores votem nulo será considerada nula.
- b) Eleição para prefeito da qual se abstenham mais da metade dos eleitores é nula.
- c) Eleição para prefeito deve ser repetida caso mais da metade dos votos seja declarada nula pela justiça eleitoral.
- d) Caso 25% dos eleitores votem nulo e 26% se abstenham de votar, a eleição será considerada nula pela justiça eleitoral.
- e) Somente a anulação da maioria dos votos por abuso de poder econômico importa nova eleição.

58 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

Os partidos políticos, no sistema constitucional brasileiro e nos termos da Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995) e da Lei Eleitoral (Lei n.º 9.504/1997), constituem pessoa jurídica de direito privado e são elementos fundamentais da democracia brasileira. Com relação à disciplina do funcionamento dessas organizações, assinale a opção correta.

- a) Conforme imposição da Lei dos Partidos, o diretório nacional de partido político é composto por 101 pessoas.
- b) Não se permitem coligações partidárias na eleição majoritária para senador.
- c) Na mesma eleição, pode um partido fazer coligações distintas para governador e para deputado estadual.
- d) A verticalização é imposta pela lei partidária e se aplica, no que couber, às eleições municipais.

e) Compete aos partidos políticos organizar estrutura paramilitar para a proteção de seus candidatos.

59 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

O Brasil adota, com pioneirismo, o sistema eletrônico de votação. A respeito da disciplina legal de exercício do sufrágio e suas circunstâncias, assinale a opção correta.

a) A urna eletrônica apresenta ao eleitor, para o primeiro voto, os painéis relativos às eleições majoritárias.

b) O voto em trânsito é admitido, desde que justificada sua necessidade.

c) Parente de candidato não pode ser indicado como fiscal de partido político.

d) Servidores de uma mesma repartição pública são proibidos de integrar uma mesa receptora como presidente e mesário.

e) Cada fiscal partidário somente pode atuar perante uma única seção eleitoral.

60 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

Com relação às disposições legais inscritas no Código Eleitoral e aos crimes eleitorais, assinale a opção correta.

a) Juiz de direito, ainda que não seja juiz eleitoral, pode ser considerado, para efeitos penais, membro da justiça eleitoral, caso colabore com as eleições.

b) A liberdade de expressão assegurada aos candidatos exclui os crimes contra a honra do processo eleitoral.

c) Cidadãos estrangeiros podem participar do processo eleitoral brasileiro, desde que autorizados por partido político regularmente registrado.

d) O abandono do serviço eleitoral por mesário implica a prática de mera infração administrativa.

e) É admitida a prova da verdade na hipótese de crime de calúnia contra chefe de Estado estrangeiro.

61 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

Com relação aos recursos apresentados em processos eleitorais contra decisões da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

a) Os recursos são, em regra, preclusivos.

b) O conhecimento do recurso pelo tribunal tem efeito suspensivo.

c) Em caso de inelegibilidade, não deve ser conhecido recurso contra expedição de diploma.

d) Recurso somente é submetido ao plenário do tribunal após manifestação escrita do MP, sob pena de nulidade da decisão.

e) Recurso contra decisão que denega habeas corpus é de competência exclusiva do STF.

62 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

O sistema eleitoral brasileiro, proporcional de listas abertas, contempla o quociente eleitoral e o partidário. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- a) O quociente partidário é definido pela divisão do número total de votos válidos pelo número de lugares a preencher.
- b) Somente partido ou coligação que alcançar o quociente eleitoral participa do rateio das sobras, se houver.
- c) São realizadas novas eleições caso nenhum partido ou coligação alcance o quociente eleitoral.
- d) Os votos de legenda conferidos aos partidos são contados apenas para o cálculo do quociente partidário, mas descartados para o cálculo do quociente eleitoral.
- e) Não há distinção entre quociente eleitoral e quociente partidário, em termos práticos.

63 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

É de quatro meses o prazo para desincompatibilização, para candidatarem-se aos cargos de Presidente e Vice- Presidente da República, dentre outros, dos que

- a) estejam exercendo as funções de membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como a de Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal.
- b) estejam exercendo os cargos de Presidente, Diretor e Superintendente de Autarquias e Empresas Públicas.
- c) tiverem competência para aplicar multas relacionadas com as atividades de lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório.
- d) estejam exercendo nos Estados ou no Distrito Federal cargo ou função de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal.
- e) estejam ocupando cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas com recursos arrecadados ou repassados pela Previdência Social.

64 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

Sufrágio é o

- a) comparecimento à seção de votação e assinatura da folha de votação, para a escolha de candidatos regularmente registrados em pleito eleitoral.
- b) instrumento através do qual o cidadão manifesta sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.
- c) direito público subjetivo de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.
- d) documento oficial onde o cidadão assinala o nome de um candidato, manifestando sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.
- e) ato de assinalar na urna eletrônica o nome de um candidato, manifestando sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.

65 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

A respeito da composição das Mesas Receptoras de votos, considere:



- I. Serventuários da justiça.
- II. Agentes policiais.
- III. Eleitores da própria Seção Eleitoral.
- IV. Os que pertencerem ao serviço eleitoral.
- V. Os parentes por afinidade de candidatos, até o segundo grau, inclusive.

NÃO podem ser nomeados presidentes e mesários, dentre outros, os indicados SOMENTE em

- a) III, IV e V.
- b) I, II e V.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

66 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

A respeito do registro de candidatos, é INCORRETO afirmar que

- a) os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.
- b) a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da eleição.
- c) é facultado ao partido ou coligação, preenchidos os requisitos legais, substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado.
- d) estão sujeitos ao cancelamento do registro os candidatos que, até a data da eleição, forem expulsos do partido, em processo no qual seja assegurada ampla defesa e sejam observadas as normas estatutárias.
- e) os candidatos à Câmara dos Deputados concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados, acrescidos de dois algarismos à direita.

67 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

A respeito da propaganda política, é correto afirmar que

- a) no segundo turno das eleições, não será permitida, nos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado o apoio a outros candidatos.
- b) a propaganda partidária gratuita prevista em lei será veiculada até a antevéspera da eleição.
- c) a realização de comício ou de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença da polícia.

d) no dia da eleição, só é permitida a propaganda através de auto-falantes e amplificadores de som, volantes e outros impressos.

e) o candidato escolhido em convenção poderá apresentar programa de rádio ou televisão, de 1º de agosto do ano da eleição até a antevéspera desta, desde que não seja abordado assunto ligado à atividade político partidária.

68 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

Os candidatos e partidos políticos, preenchidos os demais requisitos legais, poderão receber doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, de

a) entidade de utilidade pública.

b) permissionária de serviço público.

c) entidade ou governo estrangeiro.

d) pessoas físicas, até dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição.

e) entidade de classe ou sindical.

69 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

A respeito do encerramento da votação, é correto afirmar que

a) terminada a votação e declarado o encerramento pelo Presidente, somente poderão votar eleitores que apresentarem atestado médico que justifique o atraso.

b) poderão votar após às 17 horas e 15 minutos os eleitores que tiverem apresentado justificativa por escrito ao Presidente da Mesa Receptora.

c) o encerramento da votação ocorrerá às 17 horas, com tolerância de 15 minutos.

d) só poderão votar após às 17 horas os eleitores que tiverem recebido senha e entregue seus títulos à Mesa.

e) se, por qualquer motivo, tiver havido interrupção da votação, o horário de encerramento será prorrogado pelo tempo que tiver durado a interrupção.

70 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

O prazo para interposição de recurso ordinário e recurso especial contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais e de agravo de instrumento contra despacho denegatório de recurso especial é de

a) 15, 15 e 10 dias, respectivamente.

b) 3 dias.

c) 3, 5 e 5 dias, respectivamente.

d) 5 dias.

e) 5, 5 e 10 dias, respectivamente.

71 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

NÃO constitui crime eleitoral:

- a) Intervir o Juiz eleitoral no funcionamento da Mesa Receptora.
- b) Perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento.
- c) Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.
- d) Votar ou tentar votar em lugar de outrem.
- e) Fazer propaganda, no horário eleitoral gratuito, em língua estrangeira.

72 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral, além de outras hipóteses legais, quando se tratar de horário eleitoral gratuito ou quando se tratar de órgão da imprensa escrita, no prazo, contado a partir da veiculação da ofensa, de

- a) quarenta e oito horas e setenta e duas horas, respectivamente.
- b) vinte e quatro horas.
- c) vinte e quatro e setenta e duas horas, respectivamente.
- d) vinte e quatro e quarenta e oito horas, respectivamente.
- e) quarenta e oito horas.

73 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

O alistamento eleitoral NÃO é

- a) obrigatório para os maiores de dezoito anos.
- b) facultativo para os naturalizados.
- c) facultativo para os analfabetos.
- d) facultativo para os maiores de setenta anos.
- e) facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

74 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

A Justiça Eleitoral brasileira

- a) tem a sua organização e a sua competência confiadas à lei ordinária.
- b) compreende apenas três espécies de órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes eleitorais.

- c) não comporta a redução ou a elevação do número de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) tem como Corregedor-Geral Eleitoral um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) faz parte do Poder Judiciário da União.

75 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

Segundo a legislação brasileira, partido político

- a) é de livre criação, fusão, incorporação e extinção, desde que o respectivo programa respeite a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.
- b) é pessoa jurídica de direito público, destinada a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição.
- c) deve ter caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondentes a, pelo menos, um por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados.
- d) pode adotar uniforme para seus membros.
- e) deve registrar seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral antes de adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil.

76 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

Sobre o registro de candidatos, segundo o Código Eleitoral, assinale a afirmação INCORRETA.

- a) Somente poderão inscrever candidatos os partidos que possuam diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.
- b) Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos.
- c) Nenhum registro será admitido antes do período de cento e oitenta dias antes da eleição.
- d) Não é permitido registro de candidato embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição.
- e) Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato deverá ser filiado ao partido, na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos.

77 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

É correto afirmar sobre recursos eleitorais:

- a) para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior cabe, dentro de cinco dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.
- b) sempre têm efeito suspensivo.
- c) deverão ser interpostos em cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho sempre que a lei não fixar prazo especial.
- d) possuem prazos preclusivos para interposição, inclusive quando neles se discute matéria constitucional.

e) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior previne a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.

78 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

Na literalidade da Constituição brasileira de 1988, das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando

- a) concederem ou denegarem habeas corpus, mandado de segurança, mas não mandado de injunção.
- b) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição, mas não de lei.
- c) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- d) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições estaduais ou municipais, mas não federais.
- e) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais, mas não federais.

79 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

É correto afirmar que são inelegíveis

- a) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos quatro anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
- b) o Governador e o Vice-Governador que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos quatro anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.
- c) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos quatro anos seguintes.
- d) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de quatro anos, após o cumprimento da pena.
- e) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de quatro anos.

80 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

Considere as afirmações abaixo.

- I. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.
- II. Violar ou tentar violar o sigilo do voto.
- III. Deixar o juiz de representar contra o órgão do Ministério Público que não oferecer a denúncia no prazo legal, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

IV. Violar a proibição de utilizar o serviço de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realiza contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, para beneficiar partido ou organização de caráter político.

São crimes eleitorais aqueles constantes das afirmações

- a) I, II, III e IV.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

81 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do alistamento e do título eleitoral, considere:

- I. A certidão de nascimento ou casamento extraída do Registro Civil não é documento hábil para fins de alistamento.
- II. O título eleitoral prova, a qualquer tempo, a quitação do eleitor para com a Justiça Eleitoral.
- III. Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data de emissão do título será a de preenchimento do requerimento.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

82 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, é INCORRETO afirmar:

- a) No caso de incorporação, observada a lei civil, caberá ao partido incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.
- b) Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro do estatuto e do programa no Tribunal Superior Eleitoral, através de requerimento acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.
- c) No caso de incorporação, adotados o estatuto e o programa do partido incorporador, realizar-se-á, em reunião conjunta dos órgãos nacionais de deliberação, a eleição do novo órgão de direção nacional.

d) Os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.

e) No caso de fusão de dois ou mais partidos políticos, os órgãos de direção dos partidos em processo de fusão elaborarão projetos comuns de estatuto e programa.

83 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

No que concerne às finanças e à contabilidade dos partidos políticos, quanto à prestação de contas, é que:

a) Em razão do sigilo, a Justiça Eleitoral não poderá determinar diligências necessárias à complementação de informações relativas às contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos.

b) A falta de prestação de contas não implica em suspensão de novas cotas do Fundo Partidário.

c) Os partidos políticos são obrigados a conservar a documentação comprobatória de suas prestações de contas por prazo não inferior a cinco anos.

d) Um partido político não pode examinar, nem impugnar, na Justiça Eleitoral, as prestações de contas mensais ou anuais de outros partidos.

e) Os balanços não precisarão, por tratar-se de questão interna, indicar a origem e o valor das contribuições e doações.

84 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considera-se propaganda eleitoral antecipada a

a) divulgação de debates legislativos, desde que não mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.

b) realização de prévias partidárias e sua divulgação pelos instrumentos de comunicação intrapartidária.

c) participação de pré-candidatos em entrevistas no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, desde que não haja pedido de votos e tratamento isonômico.

d) divulgação de atos de parlamentares, mencionando a possível candidatura, sem formulação de pedido de votos ou de apoio eleitoral.

e) realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e às expensas dos partidos políticos, para tratar de alianças partidárias visando às eleições.

85 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

A partir de 1º de julho do ano da eleição, é permitido às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,

a) difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.

b) transmitir imagens de realização de pesquisa em que haja manipulação de dados.

c) veicular filmes, novelas ou minisséries com crítica a candidato ou partido, mesmo que dissimuladamente.

d) transmitir imagens de realização de pesquisa em que seja possível identificar o entrevistado.

e) veicular programas jornalísticos com alusão a candidato ou partido político.

86 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

No caso de direito de resposta relativo a ofensa veiculada em propaganda eleitoral na internet, deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até

a) 24 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

b) 48 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

c) 72 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

d) 48 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

e) 72 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

87 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do Sistema Eletrônico e da Totalização dos Votos, considere:

I. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

II. A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, bem como a identificação do eleitor da urna em que foi registrado.

III. A urna eletrônica, ao final da eleição, procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

a) I e III.

b) I e II.

c) II e III.

d) II.

e) III.

88 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Inclui-se dentre as condutas proibidas aos agentes públicos



a) efetuar, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, nomeação para cargos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

b) usar os serviços de servidor público para comitês de campanha eleitoral de candidato, mesmo se o servidor estiver licenciado.

c) usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

d) efetuar, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.

e) ceder bens imóveis pertencentes à administração direta do Município para a realização de convenção partidária.

89 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

É permitida na campanha eleitoral

a) o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata no dia da eleição.

b) a distribuição de cestas básicas a eleitores, por comitê, candidato, ou com a sua autorização.

c) a propaganda eleitoral por meio de outdoors, com local e espaço dividido entre os partidos políticos.

d) a realização de showmício para a promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício.

e) a realização de carreata até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição.

90 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Também fazem parte da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais:

a) um juiz do Superior Tribunal de Justiça, escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.

b) dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, indicados em lista sêxtupla e nomeados pelo Presidente da República.

c) dois juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre Juízes de Direito.

d) dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, escolhidos, mediante eleição, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

e) um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado, nomeado por livre escolha do Presidente da República

91 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

A impugnação de registro ao cargo de Senador poderá ser feita

- a) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.
- b) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- c) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- d) apenas pelo Ministério Público Eleitoral, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.
- e) apenas pelos candidatos, partidos políticos e coligações, em petição fundamentada, no prazo de 3 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.

92 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

É de 4 meses o prazo de desincompatibilização para candidatar-se ao cargo de Prefeito Municipal de quem é

- a) proprietário de emissora radiofônica.
- b) auditor de finanças públicas.
- c) diretor e vice-diretor de escola pública.
- d) presidente de partido político.
- e) assessor especial de Ministro.

93 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Nos processos das infrações penais definidas no Código Eleitoral, os prazos para oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, para o réu ou seu defensor oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas e para oferecimento de recurso para o Tribunal Regional das decisões finais de condenação ou absolvição, serão de

- a) 15 dias, 10 dias e 15 dias, respectivamente.
- b) 15 dias, 3 dias e 5 dias, respectivamente.
- c) 15 dias, para todas as hipóteses.
- d) 10 dias, 3 dias e 5 dias, respectivamente.
- e) 10 dias, para todas as hipóteses.

94 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Aos agentes públicos, servidores ou não, nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos, dentre outros casos, proíbe-se a

- a) demissão sem justa causa de servidor público, na respectiva circunscrição.
- b) remoção ex officio de agentes penitenciários.

- c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início desse prazo.
- d) exoneração de cargos em comissão.
- e) nomeação para cargos do Ministério Público.

95 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Em eleições municipais para

- a) Prefeito, o segundo turno será realizado se requerido pela maioria dos partidos políticos.
- b) Vereadores poderá ser realizado, excepcionalmente, o segundo turno a critério dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) Prefeito e Vice-Prefeito o segundo turno será realizado apenas nas Capitais dos Estados.
- d) Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores o segundo turno será realizado se o Estado tiver mais de 500.000 eleitores.
- e) Vereadores, não poderá, em qualquer hipótese, haver o segundo turno.

96 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Sobre o número total do eleitorado, fixado no mês de julho de 2.005, em 332.589 eleitores, no Estado do Amapá, verificou-se que o eleitorado do Município de Santana, compreendia a percentagem de

- a) 17,23 %
- b) 16,82 %
- c) 15,48 %
- d) 14,76 %
- e) 13,74 %

97 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

No que diz respeito ao segundo turno em eleições municipais, considere :

I. Na última eleição municipal no Estado do Amapá não houve o segundo turno no Município de Macapá, porque à época contava com um número inferior a duzentos mil eleitores.

II. O segundo turno nas eleições municipais sendo uma continuação da primeira eleição, não pode ser considerada uma eleição distinta, mesmo porque o voto torna-se facultativo.

III. Os Municípios de Pracuúba e de Serra do Navio, até o mês de julho de 2005, se classificavam, respectivamente, como os de menor número de eleitores, acrescentando que não houve segundo turno em qualquer deles.

Nesses casos, está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) I e III.

c) I e II.

d) I.

e) II e III.

98 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

a) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.

b) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios municipais de partidos políticos.

c) dividir a Zona em Seções Eleitorais.

d) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

e) nomear os membros das Mesas Receptoras.

99 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Ocorrendo quaisquer das causas de cancelamento, a exclusão do eleitor

a) dependerá de representação do Ministério Público.

b) dependerá de requerimento de delegado de qualquer partido.

c) dependerá de representação de qualquer outro eleitor.

d) poderá ser promovida ex officio pelo juiz eleitoral competente.

e) compete ao Tribunal Regional Eleitoral da circunscrição em que residir.

100 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

As coligações

a) usarão, na propaganda para as eleições proporcionais, obrigatoriamente, as legendas de todos os partidos que a integram.

b) não poderão nomear delegados perante o Juiz Eleitoral, nem perante o Tribunal Regional Eleitoral.

c) devem funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses intrapartidários.

d) terão denominação própria que não poderá consistir na junção de todas as siglas dos partidos que a integram.

e) usarão, na propaganda para eleição majoritária, apenas a sua denominação, vedada a indicação das legendas dos partidos que a integram.

101 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do Sistema Eletrônico de Votação, é correto afirmar que

a) serão considerados nulos, na votação para as eleições proporcionais, os votos em que não seja possível a identificação do candidato, ainda que o número identificador do partido seja digitado de forma correta

b) a urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, a identificação da urna em que foi registrado e o eleitor que o lançou.

c) a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica serão definidas pelos partidos políticos ou coligações, após reunião prévia com o Juiz Eleitoral.

d) o voto de legenda assinalado pelo eleitor com o número do partido, no momento de votar para determinado cargo, será computado para todos os demais cargos.

e) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

102 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido e ao juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação; se não o fizer no dia imediato ao da nova filiação, fica configurada dupla filiação e

a) será considerada nula apenas a segunda filiação.

b) ambas serão consideradas nulas para todos os efeitos.

c) será considerada nula apenas a primeira filiação.

d) ambas serão consideradas válidas, até um ano antes das eleições.

e) o eleitor deverá optar por uma delas no prazo de 60 dias.

103 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

A competência para processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro de candidatos a membros do Congresso Nacional é

a) das Juntas Eleitorais.

b) do Tribunal Superior Eleitoral.

c) do Tribunal Regional Eleitoral.

d) do Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.

e) do Procurador-Regional Eleitoral.

104 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Tício é brasileiro naturalizado, alfabetizado e tem 40 anos de idade. Paulus é brasileiro nato, tem 18 anos de idade, mas é analfabeto. Petrus é brasileiro nato, alfabetizado e tem 72 anos de idade. O alistamento eleitoral e o voto são

a) obrigatórios para Tício e facultativos para Paulus e Petrus.

b) facultativos para Tício e Paulus e obrigatórios para Petrus.

c) facultativos para Tício e Petrus e obrigatórios para Paulus.

d) obrigatórios para Tício, Paulus e Petrus.

e) facultativos para Tício, Paulus e Petrus.

105 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Considere as assertivas a respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral:

I. Integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

II. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

III. Integram os Tribunais Regionais Eleitorais três juízes, dentre juízes de direito, nomeados pelo Governador do Estado.

IV. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Desembargadores que o integram.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e IV.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II, III e IV.

e) III e IV.

106 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Dentre outras atribuições, compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

a) providenciar para a solução das ocorrências que se verificarem nas Mesas Receptoras.

b) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes do próprio Tribunal Regional Eleitoral.

c) processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro dos partidos políticos e dos diretórios nacionais.

d) fornecer aos que não votaram por motivo justificado um certificado que os isente das sanções legais.

e) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou negarem habeas-corpus ou mandado de segurança.

(E) é a resposta

107 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

São causas de cancelamento da condição de eleitor:

I. Suspensão dos direitos políticos.

II. Deixar de votar em 2 eleições consecutivas.

III. Enfermidade grave e incurável.

IV. Mudança de domicílio há dois meses.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

108 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Numa eleição para Governador do Estado, nenhum candidato alcançou a maioria absoluta de votos. O primeiro teve 35% dos votos; o segundo, 30% dos votos; os dois restantes tiveram exatamente a mesma votação. Antes da realização do segundo turno, ocorreu a morte do segundo colocado. Nesse caso,

- a) o segundo turno será disputado entre o primeiro colocado e os dois candidatos que tiveram a mesma votação.
- b) o segundo turno será disputado entre o primeiro colocado e o mais idoso dos dois restantes que tiveram a mesma votação.
- c) será realizada nova eleição para definir quem disputará o segundo turno com o mais votado.
- d) não será realizado o segundo turno, proclamando-se eleito o primeiro colocado no primeiro turno.
- e) o segundo turno será disputado entre o primeiro colocado e o candidato a vice da chapa do candidato a governador falecido.

109 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito da criação e funcionamento dos partidos políticos, é certo que:

- a) o requerimento do registro deve ser dirigido ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral, se o partido político tiver caráter estadual.
- b) o requerimento do registro de partido político deve ser subscrito por seus fundadores, em número não inferior a 50, com domicílio eleitoral em um quarto dos Estados.
- c) a prova do apoio mínimo de eleitores é feita através apenas de suas assinaturas, dispensando-se seja atestada a veracidade destas.
- d) somente o registro do estatuto do partido no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos.
- e) a subordinação a entidades ou governos estrangeiros depende de prévia autorização do Ministério das Relações Exteriores.

110 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

No Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá, a presidência da Comissão Apuradora do Tribunal, a concessão de licenças e férias aos servidores do Tribunal e a investigação da ocorrência de crimes eleitorais são, respectivamente, atribuições do

- a) Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.
- b) Vice-Presidente, Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.
- c) Vice-Presidente, Corregedor Regional Eleitoral e Presidente.
- d) Corregedor Regional Eleitoral, Vice-Presidente e Presidente.
- e) Presidente, Corregedor Regional Eleitoral e Vice- Presidente.

111 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Considere os seguintes requisitos:

- I. idade.
- II. data da indicação ou nomeação.
- III. anterior exercício como efetivo ou substituto.
- IV. data da posse.

De acordo com a Resolução nº 107/96, tais requisitos regulam a antigüidade no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá na seguinte ordem:

- a) IV, III, II e I.
- b) II, IV, I e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) IV, II, III e I.
- e) I, IV, II e III.

112 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Considerando o mês de dezembro de 2005, a representatividade de Senadores e Deputados Federais pertinente ao Estado do Amapá, está fixada, respectivamente, em

- a) 2 e 7.
- b) 2 e 9.
- c) 3 e 8.
- d) 3 e 10.
- e) 3 e 11.

113 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa



No Estado do Amapá, considerando o mês de dezembro de 2005, NÃO é representante na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal

- a) João Alberto Rodrigues Capiberibe.
- b) Gervásio Oliveira.
- c) Janete Maria Góes Capiberibe.
- d) David Samuel Alcolumbre Tobelém.
- e) Helioi Borges de Souza Esteves Filho.

114 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

Na atual legislatura, observou-se que no mês de dezembro de 2005, a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá contou com 3 (três) Deputados Estaduais pertencentes ao

- a) PPS (Partido Popular Socialista).
- b) PFL (Partido da Frente Liberal).
- c) PT (Partido dos Trabalhadores).
- d) PSB (Partido Social Brasileiro).
- e) PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

115 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

- a) compõem o Tribunal Superior Eleitoral, dentre outros, dois Juízes, escolhidos e nomeados pelo Presidente da República dentre os Ministros do Superior Tribunal Federal.
- b) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal que o integram.
- c) compõem os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros, dois Juízes escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- d) o Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente dentre quaisquer de seus integrantes.
- e) compõem os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros, dois Juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os Membros do Ministério Público.

116 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Dentre outras atribuições, compete aos Juízes Eleitorais

- a) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- b) constituir as Juntas Eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.
- c) dividir a respectiva circunscrição e Zonas Eleitorais.

- d) processar e julgar os crimes cometidos por Juízes Eleitorais.
- e) processar e julgar o registro de candidatos às Assembleias Legislativas.

117 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

NÃO é causa de cancelamento e de exclusão de eleitor

- a) a perda dos direitos políticos.
- b) a pluralidade de inscrições.
- c) deixar de votar, sem justificativa, em três eleições consecutivas.
- d) a suspensão dos direitos políticos.
- e) a condição de analfabeto, descoberta após o alistamento.

118 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Obedecerá ao princípio da representação proporcional a eleição para

- a) Prefeito Municipal.
- b) as Câmaras Municipais.
- c) o Senado Federal.
- d) Governador do Estado.
- e) Presidente da República.

119 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo. Havendo fusão ou incorporação de partidos após o referido prazo de um ano antes do pleito, será considerada, para efeito de filiação partidária, a data

- a) da homologação pelo Tribunal Superior Eleitoral da fusão ou incorporação.
- b) da fusão ou incorporação.
- c) do registro da fusão ou incorporação no Tribunal Superior Eleitoral.
- d) de filiação do candidato ao partido de origem.
- e) da filiação do candidato ao partido resultante da fusão ou incorporação.

120 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro, ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cassado. Nas eleições majoritárias, se o candidato for de coligação, a substituição deverá fazer-se por decisão

- a) da maioria absoluta dos órgãos executivos de direção dos partidos coligados, podendo o substituto ser filiado a qualquer partido dela integrante, desde que o partido ao qual pertencia o substituído renuncie ao direito de preferência.
- b) da maioria absoluta do órgão executivo de direção do partido ao qual pertencia o substituído, não podendo o substituto ser filiado a outro partido integrante da coligação.
- c) da maioria absoluta dos órgãos executivos de direção dos partidos coligados, não podendo o substituto ser filiado a outro partido ainda que integrante da coligação.
- d) de nova convenção partidária conjunta dos partidos integrantes da coligação, convocada para o fim específico de indicar o substituto que poderá, independentemente de qualquer anuência, ser filiado a qualquer partido dela integrante.
- e) da Justiça Eleitoral, que escolherá o substituto dentre os nomes indicados em lista tríplice elaborada pelos órgãos de direção dos partidos integrantes da coligação.

121 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere as afirmativas:

- I. O fiscal não poderá ser nomeado para fiscalizar mais de uma Seção Eleitoral no mesmo local de votação.
- II. As credenciais de fiscais e delegados só terão validade após serem visadas pelo Juiz Eleitoral.
- III. Os partidos e coligações poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração das eleições, bem como o processamento eletrônico da totalização dos resultados.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

122 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das eleições presidenciais, é correto afirmar que

- a) será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, computados os votos nulos.
- b) será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, computados os votos em branco.
- c) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer a morte de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.
- d) se, houver necessidade de segundo turno e remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, far-se-á sorteio organizado pela Justiça Eleitoral.

e) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer a morte de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

123 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Tício é Juiz do Tribunal Regional Federal com sede em São Paulo e poderá vir a integrar o

- a) Tribunal Superior Eleitoral, se for escolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Tribunal Superior Eleitoral, se for escolhido pelo Tribunal Regional Federal a que pertence.
- c) Tribunal Superior Eleitoral, se for nomeado pelo Presidente da República.
- d) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, se for nomeado pelo Presidente da República.
- e) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, se for escolhido pelo Tribunal Regional Federal a que pertence.

124 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considere as eleições para

- I. Câmara dos Deputados.
- II. Prefeito Municipal.
- III. Senado Federal.
- IV. Vice-Prefeito Municipal.
- V. Assembleias Legislativas.
- VI. Câmaras Municipais.

Obedecerão ao princípio da representação proporcional as indicadas APENAS em

- a) II, IV e VI.
- b) I, III, V e VI.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, V e VI.
- e) I e III.

125 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do processo das infrações penais definidas no Código Eleitoral brasileiro, é correto afirmar:

- a) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, a comunicação de infração penal será arquivada.
- b) Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 dias.
- c) Recebida a denúncia, o réu ou seu defensor terá o prazo de 3 dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.

d) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa, abrir-se-á o prazo de 10 dias a cada uma das partes para alegações finais.

e) Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral a ser interposto no prazo de 5 dias.

126 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Cabe recurso ordinário das decisões que

a) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais.

b) concederem habeas corpus.

c) concederem mandado de segurança.

d) julgarem procedente recurso contra ato do Juízo Eleitoral.

e) julgarem improcedente recurso contra ato do Juízo Eleitoral.

127 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

O analfabeto

a) pode ser eleito para as Assembleias Legislativas.

b) pode ser eleito para a Câmara dos Deputados.

c) só pode alistar-se se souber ao menos assinar o nome.

d) pode ser eleito Prefeito Municipal

e) é inelegível para qualquer cargo eletivo.

128 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Petrus, professor efetivo da rede estadual de ensino, e Paulus, diretor de entidade representativa de classe mantida parcialmente com contribuições impostas pelo Poder Público, pretendem candidatar-se a Deputado Estadual. Tício, Delegado de Polícia pretende candidatar-se a Prefeito do Município onde exerce suas funções. Petrus, Paulus e Tício devem afastar-se de seus cargos, respectivamente, até

a) 3 meses antes das eleições.

b) 6 meses, 4 meses e 3 meses antes das eleições.

c) 3 meses, 4 meses e 4 meses antes das eleições.

d) 3 meses, 3 meses e 4 meses antes das eleições.

e) 4 meses, 6 meses e 3 meses antes das eleições.

129 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Tício candidatou-se a Vereador. Não conseguiu eleger-se, mas ficou como suplente. Nesse caso, de acordo com o Código Eleitoral brasileiro, Tício

- a) receberá diploma expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- b) receberá diploma assinado pelo Presidente da Junta Eleitoral.
- c) receberá diploma expedido pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- d) receberá certificado expedido pelo Presidente da Junta Apuradora.
- e) não receberá diploma, pois não foi eleito Vereador.

130 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Integram a composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados

- a) pelo Superior Tribunal de Justiça e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) pela Ordem dos Advogados do Brasil e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo Presidente da República.
- d) pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.
- e) pela Ordem dos Advogados do Brasil e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Superior Tribunal de Justiça.

131 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Os partidos políticos

- a) podem receber recursos do Fundo Partidário, mesmo que não tenham registrado seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) são pessoas jurídicas de direito público, pois se destinam a assegurar os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
- c) podem ser subordinados a entidades estrangeiras, desde que seus estatutos respeitem a soberania nacional.
- d) não podem ministrar instrução paramilitar, mas podem adotar uniformes para seus membros.
- e) têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, e seus estatutos devem ter caráter nacional.

132 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

Podem ser nomeados Presidentes e Mesários das Mesas Receptoras, dentre outros, os

- a) que pertencerem ao serviço eleitoral.
- b) agentes policiais.
- c) funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo.

- d) professores.
- e) parentes de candidatos até o segundo grau, inclusive.

133 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Marque a alternativa INCORRETA:

- a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país.
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- e) Aos originários de países de língua estrangeira com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição da República.

134 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministro das Relações Exteriores.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Oficial das Forças Armadas.
- e) Presidente da Câmara dos Deputados.

135 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

NÃO é uma condição de elegibilidade a idade mínima de:

- a) Dezoito anos para vereador.
- b) Trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- c) Trinta e cinco anos para Senador.
- d) Vinte e um anos para juiz de paz.
- e) Trinta anos para Deputado Federal.

136 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos.
- b) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil a lei que alterar o processo eleitoral só poderá entrar em vigor após um ano de sua publicação.
- c) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- e) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

137 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

São preceitos que, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, devem ser observados pelos partidos políticos, EXCETO:

- a) Vedação à utilização pelos partidos de organização paramilitar.
- b) Caráter nacional.
- c) Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, exceto quando for de organismo ligado à proteção dos Direitos Humanos.
- d) Prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- e) Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

138 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.
- b) No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o triplo do número de lugares a preencher.
- c) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas, do dia 5 de julho, do ano em que se realizarem as eleições.
- d) Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto para os partidos e coligações.
- e) O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido, desde que



não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente, mencionando em que ordem de preferência deseja registrar-se.

139 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Sobre a Propaganda Eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.
- b) É permitida, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide.
- c) Só a partir do registro da candidatura é que é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.
- d) Ao postulante à candidatura a cargo eletivo, é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.
- e) Independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

140 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Sobre os Recursos Eleitorais, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Não é cabível recurso contra expedição de diploma, no caso de inelegibilidade.
- b) Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.
- c) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- d) Dos atos, resoluções ou despachos dos juízes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal Regional.
- e) São admissíveis embargos de declaração, quando há no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição.

141 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Sobre a Justiça Eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- a) São órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros.
- c) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
- d) O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.
- e) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

142 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

Sobre diplomação, eleitores portadores de deficiência, sistema proporcional e propaganda eleitoral, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Os candidatos são investidos nos cargos eletivos com a diplomação.
- b) Os candidatos eleitos, assim como os suplentes, receberão diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Superior, do Tribunal Regional ou da Junta Eleitoral, conforme o caso.
- c) Não estará sujeita à sanção, a pessoa portadora de deficiência a qual torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais, relativas ao alistamento e ao exercício do voto.
- d) De acordo com o sistema proporcional, o candidato com maior número de votos válidos nas eleições será sempre proclamado eleito.
- e) A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia.

143 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

Das assertivas abaixo, assinale a incorreta.

- a) A prova do domicílio eleitoral mediante conta de qualquer serviço público prestado ao requerente deve ser do lapso temporal entre 12 e 3 meses anterior ao início do processo de transferência para o novo local.
- b) O juiz, na dúvida sobre a veracidade das informações, poderá diligenciar, in loco, a comprovação do domicílio eleitoral do interessado.
- c) O conceito de domicílio eleitoral não necessita de especial caracterização por se confundir com o de domicílio civil.
- d) Não é requisito indispensável ao requerimento para inscrição do eleitor a prova documental do domicílio eleitoral.
- e) O estado de filiação com eleitor e a existência de propriedade imobiliária na localidade são elementos suficientes para deferir requerimento de alistamento feito em tempo oportuno.

144 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

A identificação do eleitor:

- a) deve ser feita tão-somente por meio do título.
- b) pode ser feita pela exibição de documento com foto, desde que acompanhado de fotocópia do título.
- c) em nenhuma hipótese prescinde de estarem os dados do votante no caderno de votação.
- d) pode ser feita por meio da certidão de nascimento ou de casamento.
- e) em nenhuma hipótese prescinde de estarem os dados do votante no cadastro de eleitores da seção, mesmo que esteja portando o título.

145 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

São legitimados para impugnação de locais escolhidos para votação:

- a) o candidato que se sentir prejudicado e o promotor eleitoral.
- b) o partido político e o promotor eleitoral.
- c) o candidato que se sentir prejudicado, o promotor e o partido político.
- d) a coligação partidária à qual pertencer o candidato que se sentir prejudicado.
- e) apenas o promotor eleitoral.

146 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

Quanto à filiação partidária está correto dizer que:

- a) as inelegibilidades que não decorrem da suspensão dos direitos políticos não comprometem a filiação partidária.
- b) a filiação partidária deve ocorrer obrigatoriamente frente ao diretório regional do partido.
- c) as condições de elegibilidade do candidato devem ser aferidas após analisados os recursos eleitorais interpostos pelo interessado, assegurando-se dessa forma ao eleitor um maior leque de opções.
- d) a nulidade prevista no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9096/95 necessita de demonstração de prejuízo.
- e) a criação de um novo partido, em face de fusão ou incorporação, implica cancelamento automático das filiações existentes aos partidos fusionados ou incorporados, para fins de aferição da dupla filiação.

OK

147 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

Prefeito, candidato à reeleição, vai a rádio para entrevista, concedida em janeiro do ano da eleição municipal, quando tece comentários sobre programas implantados pela Prefeitura.

Esse fato:

- a) caracteriza propaganda eleitoral extemporânea e sujeita o infrator a cancelamento da candidatura.
- b) para ser regular, necessitaria da prévia desincompatibilização do prefeito.
- c) constitui publicidade subliminar e, como tal, é vedada pelo artigo 36 § 3º da Lei 9504/97.
- d) é regular, porque a autoridade administrativa deve dar continuidade aos atos de sua administração, não se escusando do dever de informação, desde que não exista o intuito de autopromoção.
- e) caracteriza propaganda eleitoral extemporânea e sujeita o infrator à multa.

148 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

Determinada candidata concorreu ao pleito com registro obtido mediante liminar em mandado de segurança, que foi posteriormente revogada e o registro definitivamente cassado após as eleições.

Os votos a ela atribuídos são:

- a) inválidos.
- b) anuláveis.
- c) nulos.
- d) válidos para a candidata.
- e) válidos para o partido.

149 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

O Código Eleitoral, em matéria de ato judicial recorrível, adotou especificamente o princípio:

- a) do duplo grau obrigatório.
- b) do devido processo legal.
- c) da consumação.
- d) da preclusão, salvo quando no recurso se discute matéria constitucional.
- e) da celeridade.

150 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

Em determinada eleição municipal, restou provada a captação ilícita de sufrágio por parte do candidato a prefeito, com decisão transitada em julgado.

Nesse caso, analise as assertivas a seguir:

- I. A sentença deve impor a cassação do mandato do prefeito e determinar a diplomação do vice-prefeito.
- II. A sentença deve cassar o mandato do prefeito, sendo certo que o do vice-prefeito segue igual sorte, mesmo se não houver litisconsórcio formado no processo.
- III. A sentença, se o vice-prefeito estiver no pólo passivo, deverá lhe impor igual sorte à do prefeito.
- IV. Por se tratar de relação jurídica subordinada, o mandato do vice-prefeito é atingido pelos efeitos da sentença.
- V. Por se tratar de eleição majoritária, o Tribunal deve promover nova eleição e não dar posse ao segundo candidato, quando a nulidade atinge a mais de 50% dos votos válidos.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas.
- b) se somente as assertivas I, III e IV estiverem corretas.
- c) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas.
- d) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas.
- e) se somente as assertivas II, IV e V estiverem corretas.

151 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

O crime de impedimento ou embaraço ao exercício do sufrágio:

- a) tem como sujeito passivo o Estado e a democracia.
- b) pode ser caracterizado em campanhas pelo voto em branco.
- c) é crime material.
- d) é crime formal.
- e) é crime comum.

152 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

Tomando como base o Recurso Contra a Diplomação, analise as assertivas a seguir:

- I. Está subordinado ao exame da diplomação, como pressuposto de admissibilidade.
- II. Não admite a antecipação dos efeitos da tutela.
- III. Impede que o diplomado exerça em sua plenitude o seu mandato eletivo.
- IV. Tem efeito devolutivo e suspensivo.
- V. É admissível nos casos de abuso de poder econômico.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.
- b) se somente as assertivas I, III e IV estiverem corretas.
- c) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas.
- d) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas.
- e) se somente as assertivas II, IV e V estiverem corretas.

153 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

Considerando a composição, o funcionamento e as competências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os itens a seguir.

Cabe ao TSE julgar os recursos interpostos às decisões dos TREs, salvo no que diz respeito às matérias

II As decisões do TSE que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.

III O TSE compõe-se de, no mínimo, sete juízes, sendo três escolhidos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, dois entre os do Superior Tribunal de Justiça, dois entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

IV Apenas os candidatos, os partidos políticos e as coligações podem arguir, perante o TSE, a suspeição ou o impedimento dos membros do tribunal.

V Compete ao TSE processar e julgar a suspeição ou o impedimento de seus membros e à Procuradoria-Geral da República analisar a suspeição ou o impedimento do procurador-geral junto ao TSE.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

154 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

Acerca dos juízes e das juntas eleitorais, assinale a opção incorreta.

- a) Cabe aos juízes eleitorais dividir as zonas em seções eleitorais, bem como designar os locais das seções.
- b) Podem ser organizadas tantas juntas quantas permitir o número de juízes de direito que gozem das garantias constitucionais atribuídas à magistratura.
- c) Aos juízes eleitorais compete decidir habeas corpus em matéria eleitoral, desde que essa competência não esteja atribuída privativamente à instância superior.
- d) As juntas eleitorais são compostas de um juiz de direito e de servidores de carreira da justiça eleitoral, vedada a participação de pessoas que não integrem o serviço público.
- e) É atribuição do juiz eleitoral fornecer, aos que não votaram por motivo justificado e aos não-alistados, por terem sido dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais

155 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

A respeito das normas relativas aos TREs, assinale a opção correta

- a) Os TREs poderão requisitar diretamente às Forças Armadas, por intermédio de seus presidentes, força federal para a garantia da lisura e da ordem das eleições.
- b) Em cada estado, o corregedor regional da justiça eleitoral será escolhido entre os juízes de direito que compõem o tribunal.
- c) Os TREs terão obrigatoriamente sete juízes, número que não poderá ser reduzido nem elevado.
- d) Haverá um TRE na capital de cada estado da Federação que possuir mais de quinhentos mil eleitores, e, no caso de o número de eleitores ser menor que esse, a jurisdição será do tribunal mais antigo dos estados mais próximos.
- e) Não podem atuar como juízes nos TREs o cônjuge, o parente consanguíneo legítimo, o ilegítimo ou o afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

156 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

Acerca do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, assinale a opção correta.

- a) A urna eletrônica exibirá, para o eleitor, primeiramente os painéis referentes às eleições majoritárias, e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- b) Cabe ao TSE, e, não, aos TREs, estabelecer as regras sobre os procedimentos a serem adotados em caso de falha na urna eletrônica que venha a prejudicar o regular processo de votação.
- c) A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, mas, tendo em vista o sigilo do voto, não será admitida a identificação da urna em que foi registrado o voto.
- d) No sistema eletrônico de votação, não se admite o voto de legenda.
- e) Assim como ocorria na votação por cédulas, nas seções em que é adotada a urna eletrônica, os eleitores cujos nomes não constarem das respectivas folhas de votação poderão votar, mas seus votos serão colhidos em separado.

157 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

Com relação às normas sobre eleições que constam da Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção correta.

- a) As eleições para presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador de estado, senador, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital realizar-se-ão, sempre, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo, e as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador dar-se-ão no dia 15 de novembro do ano eleitoral.
- b) Contam-se como válidos, nas eleições proporcionais, apenas os votos para os candidatos regularmente inscritos, excluindo-se os votos para as legendas partidárias.
- c) Nas eleições para governador de estado, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.
- d) Se, por ocasião do segundo turno de votação, remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, será considerado eleito o que tiver a menor idade.
- e) Somente haverá segundo turno nas eleições para prefeito se nenhum candidato obtiver dois terços dos votos na primeira votação, considerando-se eleito, na segunda votação, o candidato que alcançar a maioria absoluta dos votos válidos.

158 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considerando-se uma eleição para o Senado Federal na qual são disputadas duas vagas, como as que ocorrerão em 2010, assinale a opção correta, segundo a disciplina das leis eleitorais.

- a) Os votos dos candidatos de cada partido ou coligação devem ser somados para que se definam os eleitos.
- b) Os eleitos devem ser definidos de acordo com o sistema eleitoral proporcional adotado no Brasil.
- c) Devem ser eleitos os dois candidatos do mesmo partido ou coligação do candidato a governador que vencer as eleições.
- d) A eleição para o Senado Federal, nesse caso, combina o sistema majoritário com o proporcional.
- e) Devem ser eleitos os dois candidatos que receberem mais votos.

159 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Analista Judiciário - Área Judiciária

No dia da eleição, o transporte e a alimentação de eleitores até o local da votação é tema de disputas políticas e legais. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) A indisponibilidade de transporte exime o eleitor da área rural da obrigação de votar.
- b) O veículo de uso individual do candidato pode ser usado para transportar a família e outros eleitores sem acesso a condução.
- c) O fornecimento gratuito de refeição por qualquer candidato, mesário ou juiz eleitoral invalida a eleição.
- d) A justiça eleitoral pode requisitar, sem indenização, embarcações e veículos a particulares.
- e) A recusa do particular a fornecer veículo requisitado pela justiça eleitoral constitui crime eleitoral.

160 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O sistema eleitoral brasileiro contempla o voto em urna eletrônica, na forma disciplinada na Lei Eleitoral. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) Na urna eletrônica, em uma eleição municipal, vota-se inicialmente para o cargo de prefeito.
- b) O voto em trânsito é permitido apenas aos candidatos e militares em serviço.
- c) O voto em trânsito é permitido aos eleitores portadores de necessidades especiais.
- d) No regime legal da urna eletrônica, não se admite o voto em trânsito.
- e) A urna eletrônica impede o voto em legenda partidária.

161 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considerando que seis partidos políticos, PMDB, DEM, PTB, PDT, PT e PPS participem de uma eleição municipal na qual PMDB, DEM e PSB estejam coligados nas eleições para prefeito, e PDT, PT e PPS componham outra coligação também para prefeito, assinale a opção correta quanto à situação legal das eleições para vereador.

- a) PMDB, DEM e PT poderão se coligar nas eleições para a câmara municipal.
- b) As coligações para vereador deverão ser idênticas às aquelas para prefeito.
- c) Serão admitidas coligações para vereador entre os partidos coligados nas eleições para prefeito.
- d) Cada partido deverá escolher, entre quaisquer dos demais, o aliado na eleição para vereador, devido ao fim da verticalização.
- e) O partido do candidato a prefeito não poderá coligar-se para vereador, em face da fidelidade partidária.

162 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Ao alistar-se como eleitor, o cidadão deve cumprir requisitos legais e regulamentares exigidos pelo TSE. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) Para que um cidadão do sexo masculino, maior de 18 anos de idade, casado, possa se alistar como eleitor, é suficiente a identificação mediante certidão de casamento extraída do registro civil.



- b) A duplicidade de alistamento eleitoral importa irregularidade civil punida com multa.
- c) Em caso de irregularidade no alistamento, qualquer eleitor é parte legítima para requerer ao juiz eleitoral a abertura de investigação.
- d) Em caso de duplicidade, a competência para julgamento de ilícito penal é do juiz eleitoral do lugar onde ocorreu a primeira inscrição.
- e) As inscrições canceladas devem ser excluídas do cadastro antes da eleição subsequente.

163 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Raimundo, servidor público estadual removido para a capital do estado, é eleitor alistado em cidade do interior. Ao requerer a transferência do título, Raimundo deve

- a) comprovar o alistamento eleitoral primário, realizado na cidade do interior há mais de um ano.
- b) pedir novo alistamento, até seis meses antes da eleição subsequente.
- c) apresentar ao cartório eleitoral o título e a prova de quitação eleitoral.
- d) comprovar a residência no novo domicílio por pelo menos três meses.
- e) apresentar termo de autorização expressa do superior hierárquico na administração pública.

164 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que concerne às informações que constam do cadastro dos eleitores na justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) As informações do cadastro eleitoral são reservadas, acessíveis aos juízes eleitorais ou ao interessado, mediante decisão judicial fundamentada.
- b) O eleitor quite com a justiça eleitoral pode requerer certidão de quitação em sua zona eleitoral, sendo vedada sua expedição em zona eleitoral diversa.
- c) Ao juiz eleitoral é defeso fornecer informações do cadastro senão ao próprio eleitor.
- d) A divulgação de estatísticas do eleitorado é admitida, desde que estejam disponíveis em meio magnético.
- e) Informações de caráter pessoal dos eleitores somente são disponíveis aos partidos políticos.

165 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com o propósito de coibir fraudes, o TSE pode determinar a revisão do eleitorado de uma zona eleitoral ou mesmo de um município inteiro. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) Na situação em apreço, o Poder Judiciário somente age mediante provocação, em razão do princípio da inércia do juiz.
- b) Cabe exclusivamente ao Ministério Público Eleitoral provocar a ação judicial que determine a revisão do eleitorado.
- c) É vedado ao tribunal eleitoral cancelar inscrição de eleitor que não se apresente à revisão, em face do princípio da presunção de inocência.

d) É descabida a revisão eleitoral em razão de transferência de eleitores.

e) O TSE deve determinar a revisão ou a correção, de ofício, quando o eleitorado for superior a 65% da população projetada para aquele ano pelo IBGE.

166 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Josué teve os seus direitos políticos suspensos mediante decisão judicial. Posteriormente, sua condição foi alterada e ele pretendeu novo alistamento eleitoral.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A regularização da situação de Josué deve ser procedida, de ofício, pelo órgão judicial que decretou a perda.

b) Caso se tratasse de perda de direitos políticos, e não de suspensão, competiria ao juiz eleitoral comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos do eleitor.

c) Cabe ao Ministério da Justiça comunicar acerca da requalificação ou do restabelecimento dos direitos políticos de Josué.

d) A sentença judicial presta-se para comprovar o restabelecimento dos direitos políticos de Josué.

e) Caso Josué tivesse se recusado a prestar o serviço militar obrigatório, então seria vedada a requalificação de seus direitos políticos.

167 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Em face do princípio constitucional da obrigatoriedade do voto, o TSE disciplina, em resolução, a justificação do não comparecimento à eleição. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

a) A cobrança de multa deve levar em conta a condição econômica do eleitor, de forma que o pagamento pode ser dispensado aos comprovadamente pobres.

b) O eleitor que se encontra no exterior é isento de penalidade.

c) O pedido de justificação de não votação é feito perante o TRE.

d) A inscrição de eleitor que se abster de votar, sem justificação, em duas eleições subsequentes deve ser cancelada.

e) A justificação de não votação não é exigida de portador de necessidade especial.

168 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O eleitor que não votar nem justificar a sua ausência não poderá

a) ausentar-se do domicílio eleitoral sem autorização do juiz.

b) obter empréstimo da Caixa Econômica Federal.

c) receber tratamento em hospitais do Sistema Único de Saúde.

d) ajuizar ações judiciais contra o Estado.

e) receber recursos de precatórios judiciais.

169 • Prova: CESPE - 2009 - PGE-PE - Procurador de Estado

José, candidato a deputado federal pelo estado de Pernambuco, registrou sua candidatura no dia 2 de julho. A eleição ocorreu no dia 3 de outubro, e o resultado que o declarou eleito foi divulgado no dia 6 de outubro. José foi diplomado pelo TRE do Estado de Pernambuco no dia 17 de dezembro e tomou posse no cargo de deputado federal no dia 2 de fevereiro do ano seguinte.

No caso hipotético apresentado acima, a imunidade formal de José deve ser contada a partir

- a) do registro de sua candidatura, no dia 2 de julho.
- b) do dia da eleição, no dia 3 de outubro.
- c) do dia da divulgação do resultado das eleições, no qual foi declarado eleito, no dia 6 de outubro.
- d) da diplomação, no dia 17 de dezembro.
- e) da data da posse, no dia 2 de fevereiro do ano seguinte.

170 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

Determinado aspirante a vereador, com condenação criminal transitada em julgado, porém com pedido de revisão criminal em curso, é:

- a) elegível, ante a pendência da decisão na revisão criminal que visa à nulidade do julgamento.
- b) inelegível, pois há sentença condenatória que transitou em julgado.
- c) inalistável, visto que teve seus direitos políticos cassados com a condenação criminal.
- d) alistável e elegível, até que a revisão criminal transite em julgado.
- e) inalistável, porém elegível em função da propositura da revisão criminal.

171 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

Sargento Silva, com mais de 10 anos de atividade na carreira, requereu afastamento a fim de candidatar-se ao cargo de deputado estadual. A licença lhe foi concedida com prejuízo do soldo, sendo-lhe subtraída a verba descrita como gratificação de tropa, que sempre lhe foi paga e que corresponde a 80% do valor percebido. Essa decisão:

- a) fere direito líquido e certo do sargento em receber o soldo integral.
- b) encontra respaldo no texto constitucional, visto que se trata de militar.
- c) é legal, visto que o militar agregado é considerado como licenciado para fins particulares.
- d) é ilegal, visto que o militar agregado tem os mesmos direitos que os civis, quando concorre em processo eleitoral.
- e) é válida, visto que a gratificação de tropa só deve ser paga para os militares na ativa.

172 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

Havendo conexão entre crime comum e outro eleitoral, a competência é do(a):

- a) Justiça Comum.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Militar.
- d) Justiça Eleitoral.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

173 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

Determinado postulante a uma função eletiva desfilou-se de antigo partido e ingressou em outro partido. A comunicação foi feita exclusivamente ao partido político. O registro de sua candidatura é:

- a) possível, bastando que regularize sua situação e, concomitantemente, faça a comunicação de sua anterior desfiliação ao Juízo Eleitoral.
- b) sujeito à condição suspensiva, pois pende a questão da desfiliação na Justiça Eleitoral.
- c) inviável, ante a duplicidade de filiação partidária, pela ausência de comunicação à Justiça Eleitoral.
- d) sujeito à condição resolutiva, por ter o candidato comunicado ao novo partido sua anterior filiação.
- e) inviável, ante o prazo peremptório de 10 dias para fazer a comunicação da desfiliação à Justiça Eleitoral.

174 • Prova: CESPE - 2010 - MS - Analista Técnico - Administrativo - PGPE 1

É vedado aos recrutados para o serviço militar obrigatório alistarem-se como eleitores.

175 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

Assinale a opção correta com relação aos órgãos da justiça eleitoral.

- a) A justiça eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelo TRE, na capital de cada estado e no DF, pelo Ministério Público Eleitoral e pelas juntas eleitorais.
- b) Os ministros do TSE são escolhidos entre juízes do STF e do STJ e entre representantes da advocacia.
- c) Por determinação legal, a sede do TSE é na capital da República e, por isso, a sua jurisdição encontra-se limitada ao DF.
- d) O corregedor do TSE deve ser escolhido entre os ministros do STF.
- e) O presidente do TSE deve ser escolhido entre ministros do STF e o vice-presidente, entre ministros do STJ.

176 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

Segundo as regras estabelecidas na Lei n.º 4.737/1965, compete aos juízes eleitorais

- a) julgar os crimes eleitorais, sendo os crimes comuns, ainda que conexos, julgados pela justiça comum.
- b) constituir as juntas eleitorais e designar sua sede e jurisdição.
- c) ordenar o registro e a cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais.
- d) processar e julgar outros juízes eleitorais que tenham cometido crimes eleitorais em sua jurisdição.

e) processar e julgar o registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos.

177 Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

Quanto a arrecadação, aplicação e prestação de contas de recursos nas campanhas eleitorais, assinale a opção correta.

a) O candidato a cargo eletivo pode fazer a administração financeira de sua campanha diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, e responde solidariamente com a pessoa indicada pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha.

b) O candidato pode registrar o movimento financeiro da campanha em conta-corrente da qual seja titular, aberta antes ou durante o pleito, devendo apresentar um extrato bancário com os valores existentes no início da campanha ou usar a conta bancária do partido.

c) Caso o candidato queira utilizar na campanha valores de outras contas que não a declarada no início da campanha, deve, no momento da prestação de contas, indicar o número da conta, bem como a origem do dinheiro.

d) O candidato que utilizar contas-correntes das quais já seja titular antes do período eleitoral estará dispensado de realizar inscrição no CNPJ.

e) O candidato que recebe doação de entidade beneficente deve demonstrar na prestação de contas que a doação não prejudicou a entidade em suas finanças.

178 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

Com relação às regras atinentes às condições de elegibilidade, assinale a opção correta.

a) A legislação eleitoral estabelece regras para cassação, perda e suspensão dos direitos políticos, e, em qualquer dos casos, impõe ao cidadão punido a condição de inelegibilidade.

b) A filiação partidária não é considerada condição de elegibilidade. Assim, se no ano eleitoral um candidato pedir a desfiliação do partido ao qual é filiado, poderá concorrer como candidato autônomo.

c) Na legislação pátria, não há previsão de inelegibilidade por parentesco e, por isso, o cônjuge do prefeito pode candidatar-se a qualquer cargo, sem a necessidade de renúncia nos seis meses que antecedem ao pleito.

d) A previsão legal de idade mínima para candidatar-se refere-se apenas aos cargos de presidente e vice-presidente da República, caso em que o candidato deve ter, no mínimo, 35 anos de idade.

e) O brasileiro naturalizado pode candidatar-se ao Senado Federal, mas não poderá presidi-lo.

179 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

Assinale a opção correta acerca da propaganda eleitoral.

a) A participação de pré-candidatos em entrevistas ou programas no rádio, na televisão e na Internet, com a exposição de plataformas e projetos políticos, no ano da eleição, antes do início da propaganda eleitoral, ainda que sem pedido de votos, configura propaganda eleitoral antecipada.

b) Admite-se a colocação de propaganda eleitoral nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, desde que não lhes cause dano.

c) É permitida a realização de showmício para promoção de candidatos, com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, desde que não configure abuso de poder econômico.

d) É permitida a colocação de cavaletes ao longo das vias públicas, desde que eles sejam móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.

e) É defesa a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, sem a licença da polícia.

180 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

A legislação eleitoral brasileira permite a propaganda eleitoral a partir de determinada data e proíbe a propaganda eleitoral antecipada. Conforme tais normas, constitui propaganda antecipada, ainda que não exista pedido formal de voto,

a) a participação do pré-candidato em entrevistas e debates no rádio e na televisão para expor seu projeto político.

b) a realização, pelo partido político, de seminário em local fechado para tratar de plano de governo.

c) a divulgação das prévias partidárias pelos instrumentos de comunicação do partido.

d) a divulgação de debate legislativo de que tome parte um pré-candidato.

e) a divulgação do nome de pessoa vinculado a cargo em disputa.

181 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

Para conter o uso da máquina pública nas eleições, a legislação eleitoral institui as chamadas condutas vedadas aos agentes públicos, servidores ou não. Condutas vedadas são aquelas que tendem a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais. Conforme a Lei n.º 9.504/1997, constitui conduta vedada

a) o parlamentar divulgar o mandato usando recursos da Casa Legislativa, seguindo a disciplina do respectivo regimento interno.

b) o governador ceder servidor público licenciado para trabalhar em comitê eleitoral de candidato ou partido.

c) o ministro determinar a exoneração de servidor ocupante de função comissionada.

d) o prefeito fazer pronunciamento, nos três meses anteriores à eleição, em cadeia de rádio e televisão para esclarecimento dos eleitores quanto ao pleito.

e) o servidor ceder imóvel público para a realização de convenção partidária destinada a escolher os candidatos e a coligação.

182 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

Assinale a opção correta quanto à disciplina legal dos partidos políticos.

a) Como entidade de direito privado, para participar das eleições, o partido político deve registrar seus estatutos no registro civil de pessoas jurídicas de qualquer cidade brasileira.

b) O partido adquire personalidade jurídica na forma da lei civil e registra seus estatutos no TSE.

c) Admite-se o registro de partido que comprove o apoio de número bastante de eleitores, desde que distribuído em pelo menos cinco unidades da Federação.

d) O partido político tem direito à propaganda partidária após participar de, pelo menos, uma eleição.

e) A exclusão de filiado das listas partidárias depende de autorização judicial específica.

183 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

Acerca das finanças e da contabilidade dos partidos políticos, assinale a opção correta.

a) O partido pode receber recursos de governos estrangeiros, desde que o Brasil mantenha relações diplomáticas regulares com os países de origem desses recursos.

b) As entidades sindicais somente podem auxiliar partidos políticos mediante publicidade partidária em seus meios de comunicação institucionais.

c) O diretório nacional é solidariamente responsável pelas obrigações assumidas pelos diretórios estaduais.

d) O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional.

e) O recurso do partido contra decisão sobre prestação de contas tem apenas efeito devolutivo.

184 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

A legislação eleitoral brasileira regula o transporte e a alimentação dos eleitores residentes nas áreas rurais, visando coibir o abuso do poder econômico ou administrativo no dia da eleição. A esse respeito, assinale a opção correta quanto à disciplina legal da matéria.

a) Veículos e embarcações militares devem ser usados com prioridade no transporte gratuito dos eleitores das áreas rurais.

b) A cessão de veículo de particulares à justiça eleitoral é relevante serviço público, sem necessidade de ressarcimento.

c) Os partidos políticos devem fornecer refeições aos eleitores, como entes privados em colaboração com a justiça eleitoral.

d) As deficiências do transporte coletivo constituem justificativa bastante para o não comparecimento do eleitor à seção eleitoral.

e) O transporte dos eleitores deve ser feito no âmbito do território do município.

185 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Considere uma decisão de um Tribunal Regional Eleitoral que não tenha sido proferida contra disposição expressa da Constituição Federal ou de lei. Mesmo assim é cabível recurso desta decisão se ela

a) versar sobre perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais.

b) versar sobre cancelamento de título eleitoral.

c) denegar ação popular fundada em abuso do poder econômico nas eleições.

d) conceder mandado de segurança em matéria eleitoral.

e) divergir de decisão de outro Tribunal Regional Eleitoral em matéria de interpretação de lei.

186 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

O alistamento eleitoral produz o efeito de

- a) viabilizar a candidatura para todos os postos eletivos.
- b) fixar o número de votantes nos pleitos eletivos.
- c) assegurar, em relação ao alistado, o direito de votar e ser votado.
- d) integrar o nacional no corpo eleitoral.
- e) afastar das urnas os analfabetos.

187 Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

A decisão acerca do alistamento eleitoral implica num ato de natureza

- a) civil, porque atribui ao nacional direitos políticos.
- b) administrativa, de competência do escrivão eleitoral.
- c) judiciária, cabendo ao Juiz Eleitoral deferir o pedido.
- d) mista, competindo ao Juiz Eleitoral interferir na apreciação do pedido apenas na hipótese de dúvida suscitada pelo preparador.
- e) eleitoral, porquanto produz efeitos restritos aos pleitos eletivos.

188 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Na aplicação da lei eleitoral, a declaração de nulidade da votação

- a) ficará superada por força de acordo entre os candidatos concorrentes, considerando que não se deve pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo.
- b) poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa, a qualquer tempo.
- c) deverá ser proferida pelo Presidente da Mesa Receptora ou por qualquer um de seus membros.
- d) poderá ser argüida a qualquer tempo, na hipótese de se fundamentar em erro material.
- e) será pronunciada, ainda que haja consenso em contrário das partes, quando o órgão apurador conhecer do ato e o entender provado.

189 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Dentre as garantias eleitorais, asseguradas pelo legislador, pode-se registrar

- a) a proibição de embaraçar o exercício do sufrágio pelos adolescentes que completaram 16 anos na data do pleito.
- b) a competência do Presidente de Mesa Receptora de expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência na sua liberdade de votar.



c) o sigilo do voto, mediante o isolamento do eleitor que deverá permanecer sozinho na respectiva seção até a urna eletrônica contabilizar o seu voto.

d) vedação de prisão ou detenção de eleitor, salvo em flagrante delito, no período compreendido entre sete dias antes do pleito e quarenta e oito horas depois do encerramento da eleição.

e) a imposição de presença de força pública nos edifícios de funcionamento de Mesas Receptoras.

190 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Ao longo do processo de votação, admite-se

a) o término do recebimento dos votos após as dezessete horas.

b) prioridade para votar, contemplando candidatos, delegados e fiscais de partidos políticos.

c) que eleitor, não inscrito na seção, vote sem exibir o respectivo título, sendo, posteriormente, comprovada sua participação mediante certidão expedida pelo juízo eleitoral competente.

d) a permanência do eleitor na cabine indevassável por, no máximo, cinco minutos.

e) a permanência no recinto da Mesa Receptora de dois fiscais e de dois delegados de cada um dos partidos ou coligações que tenham registrado candidatos ao pleito.

191 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete a apuração

a) por solicitação de delegado de partido político credenciado junto à Junta Eleitoral.

b) em se tratando de eleições para vereadores e suplentes.

c) referente à eleição de Senador e Deputado Federal.

d) quando houver impugnação fundada em violação de urna.

e) na hipótese de interrupção dos trabalhos de apuração pela Junta Eleitoral.

192 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Após a realização das convenções devem ser constituídos e registrados, junto à Justiça Eleitoral, comitês financeiros encarregados da prestação de contas. A constituição desses comitês é incumbência atribuída aos

a) administradores financeiros da campanha, designados na forma da lei.

b) candidatos, no prazo máximo de cinco dias após a escolha em convenção.

c) partidos, atendido o prazo de quinze dias após a realização da respectiva convenção.

d) partidos, afigurando-se facultativa, em se tratando de eleição presidencial, a criação de comitês nos Estados.

e) partidos, que são os únicos responsáveis pela veracidade das informações financeiras e contábeis.

193 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

Como o deputado foi expulso do partido, sua filiação

- a) pode ser mantida por decisão de ofício do Diretório Nacional.
- b) remanesce até que ele peça seu cancelamento.
- c) é considerada imediatamente cancelada.
- d) remanesce até o fim do mandato ou até filiação a outro partido.
- e) fica suspensa até reexame necessário pelo Diretório Nacional.

194 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

Quanto às causas que determinam a exclusão eleitoral, é INCORRETO afirmar que o cancelamento ocorrerá por motivo de

- a) ausência do exercício do voto em, no mínimo, cinco eleições sucessivas.
- b) suspensão dos direitos políticos.
- c) de o eleitor não saber exprimir-se em língua nacional.
- d) estar o eleitor inscrito fora de seu domicílio eleitoral.
- e) pluralidade de inscrições eleitorais.

195 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

A apuração a cargo do Tribunal Regional Eleitoral deve ser feita por uma comissão apuradora, cujos trabalhos podem ser acompanhados

- a) exclusivamente por servidores do próprio Tribunal, sob autorização da Presidência.
- b) por quaisquer pessoas interessadas, em atenção à transparência e à democracia.
- c) por fiscais dos partidos interessados, que podem impugnar ou interpor recursos sempre que julgarem necessário.
- d) exclusivamente por pessoas previamente inscritas e autorizadas pela Presidência.
- e) por delegados dos partidos interessados, sem que, entretanto, neles intervenham com protesto, impugnações ou recursos.

196 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

Uma Junta Eleitoral compõe-se de um Juiz de Direito, que é seu Presidente,

- a) de um representante do Ministério Público, e de três cidadãos de notória idoneidade.
- b) de um representante do Ministério Público, outro da Ordem dos Advogados do Brasil, e de dois cidadãos de notória idoneidade.
- c) e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.

d) de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, e de um ou três cidadãos de notória idoneidade.

e) e de quatro eleitores filiados aos Partidos Políticos e por eles indicados, servindo dois como efetivos e dois como suplentes.

197 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos Tribunais Eleitorais é INCORRETO afirmar que

a) o Tribunal Superior Eleitoral terá jurisdição em todo o território nacional e será composto, no mínimo, por 7 membros.

b) os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por 2 anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

c) haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e também no Distrito Federal.

d) os membros dos tribunais eleitorais, no exercício de suas funções e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão irremovíveis.

e) o Tribunal Superior Eleitoral escolherá seu Presidente dentre quaisquer de seus integrantes, mediante eleição e voto secreto.

198 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

Mauro e Luiz são Presidentes de Autarquias. Mauro pretende candidatar-se a Deputado Federal e Luiz a Governador do Estado. Mauro e Luiz estão sujeitos ao prazo de desincompatibilização de

a) 6 meses e 4 meses, respectivamente.

b) 6 meses.

c) 4 meses.

d) 3 meses.

e) 3 meses e 6 meses, respectivamente.

199 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

Do número de vagas que poderá registrar para a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, cada Partido Político ou Coligação deverá reservar

a) 10% das vagas para pessoas portadoras de deficiência.

b) o mínimo de 10% para candidaturas do sexo feminino, sem limite máximo.

c) o mínimo de 20% para candidaturas do sexo feminino, sem limite máximo.

d) o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

e) cinquenta por cento para candidaturas de cada sexo.

200 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

Luciano é Suplente de Vereador e substituiu o Vereador Pedro durante os dois primeiros meses da atual legislatura, em virtude de este ter tomado posse e no dia seguinte se afastado para tratamento de saúde. Com o advento das eleições, Luciano deseja candidatar-se ao cargo de Vereador, mas não obteve votos suficientes para ser indicado pela convenção de seu Partido Político. Quanto ao cargo de Vereador, Luciano

- a) não pode candidatar-se porque a escolha em convenção partidária é indispensável para o registro da candidatura.
- b) não pode candidatar-se por ter exercido esse cargo, na legislatura em curso, por período inferior a 6 meses.
- c) tem assegurado o registro de sua candidatura por ter exercido esse cargo, na legislatura em curso, pelo período de 2 meses.
- d) só pode candidatar-se se não for preenchido o número de candidatos que seu Partido Político tem direito de registrar.
- e) só pode candidatar-se se tiver obtido na convenção partidária pelo menos 1/3 dos votos dos convencionais.

201 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

O Partido Político Alfa formulou requerimento de registro do candidato Valter, indicado na respectiva convenção, mas este, 70 dias antes do pleito, renunciou à sua candidatura. O Partido Político

- a) não poderá substituir o candidato Valter por ter sido a renúncia formulada a menos de 90 dias do pleito.
- b) poderá substituir o candidato Valter por qualquer outro filiado que preencha os demais requisitos legais para registro de candidatura.
- c) não poderá substituir o candidato Valter porque a substituição não é possível no caso de renúncia de candidatura.
- d) só poderá substituir o candidato Valter por outro filiado indicado na respectiva convenção partidária e que não tenha completado a documentação necessária em tempo de formular o pedido de registro.
- e) só poderá substituir o candidato Valter por outro filiado que, embora não tenha sido indicado na respectiva convenção partidária, tenha obtido pelo menos 1/3 dos votos dos convencionais.

202 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da propaganda eleitoral é CORRETO que podem ser

- a) feitas reuniões políticas e comícios, mediante prévia autorização por escrito da autoridade policial competente.
- b) fixadas faixas em árvores das vias públicas, desde que não as danifiquem e não atrapalhem o trânsito nas vias públicas.
- c) colados adesivos em táxis e lotações com nome e pedidos de votos para candidatos.
- d) feitas através de auto-falantes ou carros de som em qualquer local, desde que entre 8 e 22 horas.

e) fixadas faixas em postes de iluminação pública, desde que não lhes cause dano e não impeça o bom andamento do tráfego.

203 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

Segundo estabelece o Código Eleitoral, contra a diplomação por Tribunal Regional Eleitoral de candidatos eleitos para Governador e Vice-Governador do Estado

- a) não cabe nenhum recurso.
- b) cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral.
- c) cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.
- d) cabe recurso de apelação para o Tribunal Superior Eleitoral.
- e) cabe recurso de agravo de instrumento para o Tribunal Superior Eleitoral.

204 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

O exercício de direito de resposta por candidato ofendido em horário eleitoral gratuito, em programação normal de emissoras de televisão e em órgão da imprensa escrita, poderá ser requerido à Justiça Eleitoral, no prazo contado da divulgação da ofensa de, respectivamente,

- a) vinte e quatro horas, quarenta e oito horas e setenta e duas horas.
- b) quarenta e oito horas, setenta e duas horas e cinco dias.
- c) setenta e duas horas, cinco dias e trinta dias.
- d) quarenta e oito horas, vinte e quatro horas e cinco dias.
- e) quarenta e oito horas, setenta e duas horas e noventa e seis horas.

205 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

O Partido Político Alfa, integrante da Coligação Beta, apresentou, por seu presidente, comunicação verbal da prática de crime eleitoral ao Juiz Eleitoral da Zona onde o mesmo se verificou. A comunicação foi reduzida a termo, assinado pelo apresentante e por duas testemunhas e remetida ao Ministério Público. O órgão do Ministério Público requereu o arquivamento e o Juiz, não concordando, ordenou a remessa da comunicação ao Procurador Regional Eleitoral, tendo este insistido no pedido de arquivamento. Nesse caso,

- a) o juiz remeterá a comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral.
- b) o Juiz poderá baixar Portaria, instaurando a ação penal.
- c) o Partido Político Alfa poderá oferecer denúncia substitutiva.
- d) a Coligação Beta poderá oferecer denúncia substitutiva.
- e) o Juiz estará obrigado a atender e deverá determinar o arquivamento da comunicação.

206 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

Em eleição para prefeito, um candidato derrotado recorreu contra a diplomação do candidato eleito, alegando abuso do poder econômico. Esse recurso

- a) é de iniciativa de Partido Político ou candidato concorrente, nunca do Ministério Público Eleitoral.
- b) não impede a atuação do Ministério Público Eleitoral no mesmo sentido.
- c) deve ser único, razão pela qual a lei impede que o Ministério Público Eleitoral use de recurso no mesmo sentido.
- d) só pode ser usado pelo Ministério Público Eleitoral e pelos Partidos Políticos.
- e) deve ser processado independentemente do Ministério Público Eleitoral, que atua apenas até a proclamação dos resultados das urnas.

207 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

Muitas são as condições de elegibilidade que devem ser preenchidas para a participação política ativa e passiva. Rinaldo é oficial da Polícia Militar do Estado e conta mais de dez anos de serviço. Resolveu ser candidato a Deputado Estadual. Nesse caso, ele é

- a) elegível e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- b) inelegível, porque os policiais militares estaduais são inalistáveis.
- c) elegível e, se eleito, deverá permanecer afastado de suas funções até o término do mandato.
- d) inelegível, visto que o militar só pode ser candidato a cargo eletivo após vinte anos de serviço.
- e) elegível e só será afastado de suas funções se o requerer e não houver compatibilidade de horários.

208 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, que devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato, para veiculação de propaganda eleitoral,

- a) depende tanto da obtenção de licença municipal como da autorização prévia da Justiça Eleitoral.
- b) depende de autorização prévia da Justiça Eleitoral, mas independe de licença municipal.
- c) depende da obtenção de licença municipal onde se der a distribuição, mas independe de autorização de Justiça Eleitoral.
- d) independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral.
- e) independe de qualquer autorização ou licença, mas o material a ser veiculado deve ser depositado no Cartório Eleitoral 24 horas antes da distribuição.

209 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

Quanto aos programas que são utilizados nas urnas eletrônicas para o processo de votação e apuração das eleições, observe os seguintes itens:

- I. programas-fonte;
- II. sistema aplicativo;
- III. chaves eletrônicas privadas;

IV. programas-executáveis;

V. senhas eletrônicas de acesso;

VI. sistema de segurança;

VII. bibliotecas especiais.

Buscando aperfeiçoar o processo eleitoral mediante transparência, permanecem no sigilo da Justiça Eleitoral, não devendo ser apresentados para análise dos partidos e coligações, APENAS os itens

a) I e IV.

b) II e VI.

c) III e V.

d) III e VII.

e) V e VI.

210 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

Para dois crimes eleitorais diversos, estão cominadas as penas de "reclusão até 5 anos" e de "detenção até seis meses". As penas mínimas, nesses dois casos, entendese que devam ser de, respectivamente,

a) nove meses de reclusão e vinte dias de detenção.

b) seis meses de reclusão e dez dias de detenção.

c) três meses de reclusão e cinco dias de detenção.

d) dois anos de reclusão e trinta dias de detenção.

e) um ano de reclusão e quinze dias de detenção.

211 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Deferido o pedido de alistamento, o título de eleitor deverá ser entregue

a) ao próprio eleitor, pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado, em sessão solene.

b) ao próprio eleitor, retendo-se o documento que instruiu o pedido de alistamento para ser arquivado juntamente com o recibo obrigatório.

c) a delegado de partido político a que estiver filiado o eleitor, devidamente credenciado junto à Justiça Eleitoral.

d) ao próprio eleitor ou a representante seu, mediante recibo, que será encaminhado para registros e final arquivamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

e) pelo funcionário da Justiça Eleitoral, mediante recibo, a quem o eleitor autorizar por escrito.

212 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Do despacho proferido em processo de alistamento caberá recurso

- a) de ofício, ao Tribunal Regional Eleitoral competente.
- b) interposto por qualquer eleitor, em se tratando de decisão de deferimento do pedido de inscrição eleitoral.
- c) do alistando, quando a decisão indeferir a expedição do título de eleitor.
- d) interposto por partido político, na hipótese de indeferimento de pedido de inscrição eleitoral ou de transferência, apresentado por filiado.
- e) interposto por preparador ou funcionário da Junta Eleitoral, se identificado erro material na decisão exarada pelo Juiz.

213 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Da folha individual de votação e do título de eleitor deverá constar a indicação

- a) da seção em que o eleitor originariamente se inscreveu e da seção para a qual pediu transferência.
- b) do domicílio residencial do eleitor.
- c) da vinculação permanente do eleitor à seção eleitoral na qual se inscreveu.
- d) da seção em que o eleitor tiver sido inscrito, a qual não poderá ser localizada em distrito judiciário ou administrativo diferente do da respectiva residência.
- e) do distrito judiciário do domicílio comercial do eleitor.

214 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Constitui causa de cancelamento da inscrição eleitoral

- a) a duplicidade de inscrições.
- b) deixar de votar em duas eleições consecutivas.
- c) a solicitação de segunda via do título, sem apresentar prova concreta de extravio do originariamente expedido.
- d) o deferimento do pedido de inscrição, por força de despacho proferido após esgotado o prazo legal.
- e) protocolar o pedido de alistamento cento e vinte e dois dias antes da data da eleição.

215 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A organização de cada seção eleitoral deve observar, dentre outras condições,

- a) o mínimo de trinta eleitores para fins de composição.
- b) a instalação de uma só Mesa Receptora, cujos membros são nomeados pelo Juiz Eleitoral.
- c) a indicação da respectiva Mesa Receptora pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- d) o máximo de quinhentos eleitores nas capitais dos Estados.
- e) a garantia de exclusividade da seção destinada aos cegos.



216 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A nomeação dos membros das Mesas Receptoras, de competência do

- a) Tribunal Superior Eleitoral, pode vir a ser objeto de reclamação por parte de partido político, no prazo de dois dias contados da publicação do ato.
- b) Presidente da Junta Eleitoral, realiza-se em audiência pública, trinta dias antes da eleição.
- c) Presidente do Tribunal Regional do respectivo Estado, deve, preferencialmente, recair sobre eleitores da própria seção.
- d) Juiz Eleitoral, deve ocorrer em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência.
- e) Juiz Eleitoral, deve ser comunicada aos Presidentes das Mesas Receptoras no mínimo noventa dias antes da eleição.

217 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Todas as fases do processo de votação e de apuração poderão ser fiscalizadas por partidos e coligações, compreendendo

- a) a garantia do conhecimento antecipado dos programas de computador a serem utilizados.
- b) o direito de impugnar, oralmente, os programas de computador, no prazo de 10 dias do seu conhecimento.
- c) o recebimento, pelos partidos e coligações, de cópias dos dados do processamento parcial, a cada hora.
- d) a fiscalização de cada seção eleitoral por dois delegados e três fiscais credenciados por cada um dos partidos que tenham registrado candidatos às eleições majoritárias.
- e) a contratação de empresas especializadas em pesquisas e testes pré-eleitorais para acompanharem, independentemente de credenciamento, os trabalhos de apuração.

218 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No sistema eletrônico de votação, o voto será computado para

- a) a legenda partidária do candidato ao Senado Federal, quando o eleitor sufragar candidato a Presidente e a Senador de coligações distintas.
- b) a coligação que registrou o candidato a Presidente, quando a indicação do eleitor recair sobre candidato a Presidente de uma coligação e candidatos a deputado estadual e federal de partido não coligado.
- c) o candidato a Senador registrado pelo partido ou coligação que registrou, também, o candidato a Governador sufragado pelo eleitor.
- d) a legenda partidária, se for atribuído ao candidato a suplente de Senador.
- e) a legenda do partido, quando o eleitor indicar apenas o número deste ao votar para determinado cargo e somente para a eleição a este cargo será considerado.

219 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No dia marcado para as eleições, o processo de votação tem início

- a) no momento em que o Presidente da Mesa Receptora promover a verificação da presença de seus membros e dos fiscais de partido.
- b) quando o Presidente da Mesa Receptora declarar iniciados os trabalhos.
- c) às 7 horas, com a instalação da Mesa Receptora.
- d) às 7 horas, quando os candidatos presentes forem admitidos a votar.
- e) às 8 horas, quando o Presidente da Mesa Receptora depositar o seu voto na urna.

220 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Na hipótese de a Junta Eleitoral deixar de receber impugnação apresentada por delegado de partido ou coligação

- a) será, de imediato, declarada a sua extinção.
- b) lavrar-se-á ata própria, assinada pelos fiscais e delegados de partidos políticos presentes.
- c) caberá ao Tribunal Regional Eleitoral decidir sobre o recebimento, em quarenta e oito horas contadas a partir da entrada da impugnação recusada no seu protocolo.
- d) o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral deverá pronunciar-se sobre o recebimento, se nas quarenta e oito horas seguintes a impugnação recusada em primeira instância vier a ser protocolada junto a essa Corte, acompanhada de declaração subscrita por duas testemunhas.
- e) cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de quarenta e oito horas contadas a partir da decisão denegatória.

221 • Prova: MPE-SC - 2010 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

I - A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse e não quando do pedido de registro da candidatura.

II - Para concorrer às eleições o candidato deve não só possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, mas também estar filiado a partido político ao menos a um ano até o dia da eleição.

III - Ao eleitor também é preservada a legitimidade para promover a ação de impugnação de mandato eletivo, como interessado na preservação da lisura do certame eleitoral, no prazo de 15 dias a contar da diplomação.

IV - A propaganda partidária deve obedecer às mesmas regras estabelecidas para a propaganda eleitoral.

V - Nas eleições proporcionais contam-se como válidos os votos dados a candidatos regularmente inscritos, às legendas partidárias e os votos em branco para determinação do quociente eleitoral.

- a) apenas I, II e III estão corretos.
- b) apenas III, IV e V estão corretos.
- c) apenas II, IV e V estão corretos.

d) apenas III e IV estão corretos.

e) apenas I e II estão corretos.

222 • Prova: MPE-SC - 2010 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

I - A autorização do candidato por escrito é condição necessária para que o Partido Político proceda ao pedido de seu registro para concorrer às eleições.

II - Nos bens particulares independe de autorização da Justiça Eleitoral e licença municipal a veiculação de propaganda eleitoral através de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições.

III - A veiculação de propaganda eleitoral em casas comerciais é permitida desde que autorizada pela Justiça Eleitoral e com prévia licença municipal.

IV - O candidato, partido ou coligação ao pretender realizar ato de propaganda eleitoral em recinto fechado ou aberto deve comunicar o evento à autoridade policial com uma antecedência mínima de vinte e quatro horas antes de sua realização.

V - Concluído o primeiro turno das eleições para Governador do Estado, vindo a ocorrer a morte de um dos dois candidatos escolhidos para se enfrentarem no segundo turno, o Partido Político respectivo poderá optar em substituir o candidato morto por seu vice inscrito, para prosseguir na disputa.

a) apenas I, II e IV estão corretos.

b) apenas II, III, IV estão corretos.

c) apenas II, III e V estão corretos.

d) apenas III, IV e V estão corretos.

e) apenas I, II e V.

223 • Prova: MPE-MG - 2010 - MPE-MG - Promotor de Justiça

As inelegibilidades em matéria eleitoral são disciplinamentos, regras restritivas que vão implicar condições obstativas ou excludentes da participação passiva na atividade de sufrágio, reconhecidos privados de concorrer a cargos eletivos.

Dentre essas, é INCORRETO afirmar

a) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

b) Inata é a inelegibilidade resultante do ordenamento jurídico, que apanha o nacional em situação para as quais não tenha contribuído com um comportamento antijurídico. Não se trata de sanção, mas meio de equilíbrio da disputa eleitoral. Tal impedimento alcança os parentes do Chefe do Poder Executivo, até 3º grau.

c) Cominada é a inelegibilidade sanção. Quem comete um crime de tráfico de entorpecentes e tem contra si sentença condenatória transitada em julgado não pode se candidatar.

d) Os conscritos não podem sequer se alistarem.

e) Na inelegibilidade cominada potencial há projeção de inelegibilidade por algum tempo no futuro, caso em que o impedimento alcançará outras eleições, além daquela em que o ilícito foi cometido.

224 • Prova: MPE-GO - 2009 - MPE-GO - Promotor de Justiça

A filiação partidária é condição indispensável para a elegibilidade. Visando candidatar-se, um nacional filiou-se ao partido político A, mas no ano seguinte, desentendendo-se com os correligionários, filiou-se ao partido político B, sem qualquer comunicação ao partido A ou ao juiz eleitoral. Consultando o Cadastro Eleitoral, foi verificada a dupla filiação e cientificados os representantes dos partidos políticos A e B e o nacional duplamente filiado, sem que nenhuma das partes se manifestasse. Diante disto:

- a) Prevalece a primeira filiação, uma vez que era válida no momento de sua realização.
- b) Prevalece a segunda filiação, uma vez que indica a manifestação última da vontade do filiado.
- c) As duas filiações são consideradas nulas, uma vez que é vedada a dupla filiação.
- d) Cometeu o nacional o crime do artigo 320 do Código Eleitoral, que reza: "Inscrever-se o eleitor, simultaneamente, em 2 (dois) ou mais partidos".

225 • Prova: MPE-GO - 2009 - MPE-GO - Promotor de Justiça

Não constitui crime eleitoral:

- a) Fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira.
- b) Não apresentar o órgão do Ministério Público, no prazo legal, denúncia ou deixar de promover a execução de sentença condenatória.
- c) Colher assinatura do eleitor em mais de uma ficha de registro de partido.
- d) Colocar cartazes, para fins de propaganda eleitoral, em muros, fachadas ou qualquer logradouro público.

226 • Prova: MPE-GO - 2009 - MPE-GO - Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta:

- a) No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.
- b) Das decisões das juntas eleitorais não cabem recursos.
- c) Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, não poderá o diplomado exercer o mandato em toda sua plenitude.
- d) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 5(cinco) dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

227 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com relação à composição e competência das juntas eleitorais, assinale a opção incorreta.

- a) As juntas eleitorais são compostas por um juiz de direito, um escrivão eleitoral e, obrigatoriamente, quatro cidadãos de notória idoneidade.

- b) Os funcionários ocupantes de cargos de confiança do Poder Executivo, bem como os que integram o serviço eleitoral, não podem ser nomeados membros das juntas eleitorais.
- c) As atribuições das juntas eleitorais incluem a resolução de impugnações e incidentes verificados durante os trabalhos de apuração e a expedição dos boletins de apuração, uma vez concluída a contagem dos votos.
- d) Nos municípios com mais de uma junta eleitoral, a expedição dos diplomas será de competência da junta que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo.
- e) Constitui caso de afastamento imediato do presidente de junta eleitoral deixar de receber ou de mencionar em ata os protestos recebidos.

228 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com relação às normas para as eleições, assinale a opção correta.

- a) Será considerado eleito o candidato a governador que obtiver a maioria absoluta de votos válidos, computados os votos em branco como válidos, mas não, os nulos.
- b) A eleição para prefeito se realizará em dois turnos apenas nos municípios com mais de duzentos e cinquenta mil habitantes, concorrendo, nessa eleição, os dois candidatos mais votados na primeira votação.
- c) Poderá participar das eleições o partido que, até a data da realização do pleito, tenha registrado seu estatuto no TSE, conforme o disposto em lei.
- d) Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos para os candidatos regularmente inscritos e para as legendas partidárias.
- e) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, serão realizadas novas eleições, nas quais poderão concorrer quaisquer candidatos, abrindo-se, assim, novo prazo de registro eleitoral.

229 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Acerca do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, assinale a opção correta.

- a) No painel da urna eletrônica deverão constar o nome e a fotografia do candidato, assim como o nome do partido, podendo esses nomes ser substituídos pelo número do registro de cada um.
- b) Compete ao TSE colocar à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.
- c) Cabe ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), atuando em comum acordo com a justiça eleitoral, definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica, bem como disciplinar a hipótese de falha na urna que prejudique o regular processo de votação.
- d) Além dos membros das mesas eleitorais e dos fiscais dos partidos, os candidatos poderão votar em qualquer seção, mesmo que se adote a urna eletrônica, observando-se, nesse caso, a necessidade de colher a assinatura em folha própria.
- e) Na votação para as eleições proporcionais, serão considerados nulos os votos em que não seja possível a identificação do candidato, mesmo que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

230 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considerando a organização e as competências do TSE, assinale a opção correta.

- a) Os advogados que compõem o TSE são nomeados pelo presidente da República entre os indicados, em lista sêxtupla, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) O presidente, o vice-presidente e o corregedor eleitoral do TSE são escolhidos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.
- c) As funções de procurador geral junto ao TSE são exercidas pelo procurador geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.
- d) Em razão de o TSE constituir a instância máxima da justiça eleitoral, suas decisões são sempre irrecorríveis.
- e) Cabe ao TRE de cada estado da Federação enviar ao presidente da República a lista organizada pelos tribunais de justiça, entre cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, para, em número de dois, compor os TREs.

231 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que se refere aos juízes eleitorais e à criação das zonas eleitorais, assinale a opção incorreta segundo a Resolução n.º 614 do TRE/MG.

- a) Compete ao corregedor regional eleitoral indicar ao TRE o magistrado que se desincumbirá das funções eleitorais.
- b) As zonas são criadas por ato do juiz eleitoral, o qual entrará em vigor após aprovação do TRE.
- c) Nas comarcas com mais de uma vara, caberá ao TRE, com prévia indicação do corregedor regional eleitoral, designar o juiz de direito que exercerá as funções de juiz eleitoral, pelo período de dois anos.
- d) Entre três meses antes e dois meses após as eleições, não serão feitas alterações na jurisdição eleitoral, prorrogando-se automaticamente o exercício do juiz titular.
- e) As zonas eleitorais estão diretamente subordinadas à Corregedoria Regional Eleitoral.

232 • Prova: FCC - 2010 - DPE - SP - Agente de Defensoria - Assistente Social

No dia 1º de julho de 2009, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral aprovou, em sessão extraordinária, o calendário das eleições gerais de 2010. A respeito dessa eleição é correto afirmar que

- a) a partir de 1º de janeiro de 2010, os partidos políticos que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigados a registrá-las na Justiça Eleitoral.
- b) serão eleitos em 2010 o novo presidente da República e o vice-presidente, governadores e respectivos vices, senadores e respectivos suplentes, deputados federais, estaduais e distritais.
- c) as convenções para a escolha dos candidatos serão realizadas no mês de janeiro. Os partidos devem apresentar o registro de seus candidatos na primeira semana de março de 2010.
- d) debates e propagandas em páginas institucionais na internet poderão ocorrer até 30 de setembro.
- e) em 17 de agosto, a 33 dias da eleição, começa a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, que termina em 17 de setembro, três dias antes do primeiro turno da eleição.

233 • Prova: FCC - 2010 - DPE - SP - Agente de Defensoria - Administrador

No dia 1º de julho de 2009, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral aprovou, em sessão extraordinária, o calendário das eleições gerais de 2010. A respeito dessa eleição é correto afirmar que

- a) a partir de 1º de janeiro de 2010, os partidos políticos que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigados a registrá-las na Justiça Eleitoral.
- b) serão eleitos em 2010 o novo presidente da República e o vice-presidente, governadores e respectivos vices, senadores e respectivos suplentes, deputados federais, estaduais e distritais.
- c) as convenções para a escolha dos candidatos serão realizadas no mês de janeiro. Os partidos devem apresentar o registro de seus candidatos na primeira semana de março de 2010.
- d) debates e propagandas em páginas institucionais na internet poderão ocorrer até 30 de setembro.
- e) em 17 de agosto, a 33 dias da eleição, começa a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, que termina em 17 de setembro, três dias antes do primeiro turno da eleição.

234 Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

A propaganda

- a) exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia.
- b) eleitoral através de carreta é permitida no dia das eleições, desde que não dificulte o acesso dos eleitores aos locais de votação.
- c) eleitoral através de auto-falantes é permitida no dia das eleições até cem metros dos locais de votação
- d) eleitoral no rádio e na televisão só é gratuita no horário definido pela Justiça Eleitoral, devendo, no restante da programação, ser paga pelos partidos ou coligações
- e) partidária gratuita prevista em lei não poderá ser veiculada no primeiro semestre do ano da eleição.

235 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral NÃO é requisito para o Partido Político

- a) assegurar a exclusividade da sua denominação.
- b) poder participar do processo eleitoral
- c) receber recursos do Fundo Partidário
- d) ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
- e) definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

236 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do direito de resposta no horário eleitoral gratuito é correto afirmar:

- a) O ofendido usará, para resposta, o dobro do tempo do partido ou coligação responsável pela ofensa.

b) O prazo para o ofendido ou seu representante legal pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral é de vinte e quatro horas, contadas a partir da veiculação da ofensa.

c) A resposta será veiculada cinco vezes consecutivas no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa.

d) A resposta do ofendido ou de seu representante legal poderá versar sobre fatos diversos dos que foram veiculados pelo partido ou coligação responsável pela ofensa.

e) A resposta do ofendido ou de seu representante legal será veiculada sempre no final do programa do partido ou coligação responsável pela ofensa.

237 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

O prazo para desincompatibilização de um professor efetivo da rede estadual de ensino que deseja candidatar-se a Deputado Estadual, é de

a) 30 dias.

b) 3 meses.

c) 4 meses.

d) 5 meses.

e) 6 meses.

238 • Prova: FCC - 2010 - DPE - SP - Agente de Defensoria - Comunicação Social

No dia 1º de julho de 2009, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral aprovou, em sessão extraordinária, o calendário das eleições gerais de 2010. A respeito dessa eleição é correto afirmar que

a) a partir de 1º de janeiro de 2010, os partidos políticos que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigados a registrá-las na Justiça Eleitoral.

b) serão eleitos em 2010 o novo presidente da República e o vice-presidente, governadores e respectivos vices, senadores e respectivos suplentes, deputados federais, estaduais e distritais.

c) as convenções para a escolha dos candidatos serão realizadas no mês de janeiro. Os partidos devem apresentar o registro de seus candidatos na primeira semana de março de 2010.

d) debates e propagandas em páginas institucionais na internet poderão ocorrer até 30 de setembro

e) em 17 de agosto, a 33 dias da eleição, começa a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, que termina em 17 de setembro, três dias antes do primeiro turno da eleição.

239 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

O fato de esse candidato estar com o registro sub judice não o impede de praticar atos relativos à campanha e utilizar-se do horário eleitoral gratuito.

240 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa



Caso o registro desse candidato permaneça sub judice no dia da eleição, seu nome será mantido na urna eletrônica, mas a validade dos votos a ele atribuídos fica condicionada ao deferimento do registro de sua candidatura.

241 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Se o registro desse candidato permanecer sub judice no dia da eleição e o seu registro não for deferido, o cômputo dos votos será mantido em benefício do seu respectivo partido ou da coligação.

242 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

O cidadão que pretende concorrer a cargo eletivo poderá mudar de partido no ano do pleito, desde que ainda não tenha havido a convenção do partido com a finalidade de escolher seus respectivos candidatos

243 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

A lei limita o acesso dos órgãos de direção nacional dos partidos políticos às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral, como forma de assegurar a privacidade dos eleitores e dos candidatos, ainda que em relação aos partidos que se encontram filiados.

244 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

A lei admite que o eleitor, durante o processo de exclusão, vote validamente.

245 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

É defeso ao juiz eleitoral conhecer de ofício a exclusão do eleitor.

246 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Como o interesse de agir é exclusivo do eleitor, outro eleitor não poderá promover a sua defesa em caso de exclusão.

247 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Com relação ao registro da candidatura, julgue o próximo item.

A lei permite que o próprio candidato requeira o registro perante a justiça eleitoral, caso seu partido ou coligação não o faça.

248 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

As juntas eleitorais não são consideradas órgãos da justiça eleitoral, constituindo-se em mera divisão regional realizada pelo juiz que a preside.

249 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

A aprovação do afastamento de juízes dos tribunais regionais eleitorais é de competência do TSE.

250 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Compete privativamente ao TSE julgar os conflitos de competência de juízes eleitorais de determinado estado.

251 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Não há impedimento na legislação para que a coligação adote como denominação o nome de um dos candidatos. Por isso, não assiste razão ao partido que resolveu agir de forma isolada.

252 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Um partido político não tem legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral após ter participado da convenção. Assim, mesmo que tenha questionada a validade da coligação, não poderá agir de forma isolada.

253 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

Durante o processo eleitoral, os partidos políticos que compõem uma coligação funcionam como um só partido político frente à justiça eleitoral, devendo designar representante com atribuições de presidente de partido.

254 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Enfermagem

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de candidatos

- a) Membros das Prefeituras Municipais.
- b) a Governador e Vice-Governador do Estado.
- c) Membros do Congresso Nacional.
- d) à Presidente e Vice-Presidente da República.
- e) Membros das Assembléias Legislativas.

255 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

Com relação aos analfabetos, é incorreto afirmar que:

- a) a condição de semi-analfabeto, em que o interessado apenas assina e lê o nome, torna o candidato inelegível.
- b) é legítima a diligência judicial que, de ofício, busca apurar a condição de alfabetizado do candidato.
- c) o exercício de função pública não afasta a inelegibilidade do candidato analfabeto.
- d) é válida a aplicação de teste sumário para aferir o requisito de alfabetização do candidato.
- e) o artigo 14, § 4º, da CF consagra presunção juris et de jure de incapacidade para o exercício do mandato.

256 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

O domicílio eleitoral:

- a) subsume-se ao local em que a pessoa tenha vínculos sociais e empresariais.
- b) deve ser analisado de forma restritiva para evitar fraudes.
- c) é conceito que se identifica com o de domicílio civil.
- d) requer prova, a despeito de declaração escrita do eleitor.

e) no caso de funcionário público é obrigatoriamente o seu domicílio legal ou de lotação.

257 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

Analise as afirmativas a seguir:

I. O princípio da imediatividade do sufrágio é característica do sistema eleitoral brasileiro.

II. O sufrágio é universal, direito público subjetivo, que cabe a todos os nacionais, sem restrições.

III. No sistema brasileiro inexistente exceção à regra do voto direto.

IV. O requisito de idade mínima, como condição de elegibilidade, deve estar preenchido na data do certame e não na do registro.

V. É cabível a oponibilidade de inelegibilidade de ordem constitucional até no momento da diplomação.

Estão corretas as afirmativas:

a) I, III e V.

b) I, II, IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e IV

e) III, IV e V.

258 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

A Propaganda Eleitoral Irregular:

a) é definida por atos de promoção pessoal.

b) é caracterizada com a distribuição de informativo acerca da atuação do pré-candidato enquanto secretário municipal.

c) gera infração de caráter penal-eleitoral.

d) constitui abuso de poder econômico.

e) pode ocorrer de forma subliminar.

259 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

Havendo conexão entre crime eleitoral e crime comum é competente:

a) a Justiça Eleitoral.

b) a Justiça Comum.

c) o juiz que recebeu a denúncia.

d) a Justiça Comum, para o crime dessa natureza, e a Justiça eleitoral, para o crime eleitoral.

e) a Justiça para a qual foi inicialmente distribuída a denúncia envolvendo os crimes conexos.

260 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

Quanto à impugnação de candidatura, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Não há litisconsórcio passivo necessário entre o candidato e o partido para a ação de impugnação proposta por partido político opositor.
- b) O prazo para ajuizamento da ação de impugnação conta-se da publicação do edital com o nome dos candidatos.
- c) O candidato que teve seu registro impugnado pode realizar sua campanha eleitoral.
- d) Inviabiliza o exercício do mandato eletivo.
- e) São legitimados ativos o candidato a candidato, o partido político, a coligação partidária (como partido político temporário) e o Ministério Público.

261 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

As Juntas Eleitorais são compostas por:

- a) um juiz de direito, que será o presidente, 1 delegado de cada coligação e 1 ou 2 cidadãos de notória idoneidade.
- b) um juiz de direito, que será o presidente, um representante do Ministério Público, 1 delegado de cada partido ou 4 cidadãos de notória idoneidade.
- c) um juiz de direito, que será o presidente, e 2 ou 4 cidadãos de notória idoneidade.
- d) um juiz de direito, que será o presidente e 1 delegado de cada coligação ou partido com candidatos à eleição majoritária.
- e) um juiz de direito, que será o presidente, um representante do Ministério Público e 2 cidadãos de notória idoneidade.

262 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

O prazo de inelegibilidade de três anos, por abuso de poder econômico, é contado a partir:

- a) da data da eleição em que se verificou.
- b) da data da representação.
- c) da data do trânsito em julgado da decisão.
- d) da data do ato que originou a condenação.
- e) da data do julgamento da representação.

263 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

Os mesários serão nomeados de preferência:

- a) entre os eleitores da Zona Eleitoral a qual pertença a seção e, dentre estes, os funcionários públicos federais, estaduais ou municipais.

b) entre os eleitores que tenham transferido seu domicílio eleitoral antes da eleição e, dentre eles, os que contem com mais de 25 anos.

c) entre os eleitores com mais de 25 anos e, dentre estes, os que cursam ensino superior.

d) entre os eleitores que tenham sido indicados pelos partidos políticos e, dentre eles, os que tenham o segundo grau completo.

e) entre os eleitores da própria seção e, dentre estes, os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça.

264 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

À medida em que os votos forem sendo apurados, impugnações poderão ser apresentadas:

a) pelos eleitores da Zona Eleitoral.

b) apenas pelos fiscais e pelos membros da Junta Eleitoral.

c) pelos fiscais, delegados dos partidos e candidatos.

d) pelos membros dos diretórios dos partidos e representantes do Ministério Público.

e) pelos membros da mesa receptora e representantes do Ministério Público.

265 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

A propaganda de candidatos a cargos eletivos é permitida:

a) até 24 horas antes e logo após o encerramento da votação.

b) até 48 horas antes e logo após a proclamação do resultado da eleição.

c) até 48 horas antes e 24 horas após a eleição.

d) até 24 horas antes e 24 horas após a eleição.

e) até 48 horas antes e logo após o encerramento da votação.

266 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

O pedido de abertura de investigação judicial para apurar o uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico, através de representação à Justiça Eleitoral, poderá ser feito apenas:

a) pelo Ministério Público Eleitoral, após recebimento de denúncia de candidatos.

b) por qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público Eleitoral.

c) por membro do diretório regional de partido político, candidatos, partidos políticos ou coligação.

d) pelo Corregedor-Geral ou Regional da Justiça Eleitoral ou pelo Ministério Público Eleitoral.

e) por candidato, membro do diretório regional de partido político ou partido político.

267 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena de crime eleitoral, sem mencionar o quantum, deve o juiz, guardados os limites da pena cominada ao crime:

- a) fixá-lo entre 1/2 e 1/4.
- b) fixá-lo em 1/4.
- c) fixá-lo em 1/2.
- d) fixá-lo entre 1/5 e 1/3.
- e) fixá-lo entre 1/5 e 1/10.

268 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

A ocorrência de uma infração penal tipificada no Código eleitoral deverá ser comunicada:

- a) ao juiz da Zona Eleitoral onde a mesma se verificou.
- b) ao Ministério Público ou a qualquer juiz eleitoral.
- c) ao Tribunal Regional Eleitoral.
- d) ao Procurador Regional Eleitoral.
- e) a qualquer juiz eleitoral.

269 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

O sufrágio é um direito público subjetivo exercido por meio

- a) da eleição, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.
- b) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais, das Juntas Eleitorais e dos Juízes Eleitorais.
- c) do alistamento eleitoral, do sistema eleitoral, do voto secreto e da representação proporcional ou majoritária.
- d) da propaganda eleitoral gratuita, do sistema eletrônico de votação e totalização de votos, da fiscalização das eleições e da prestação de contas.
- e) do ato de votar, da impugnação dos registros de candidaturas, da impugnação dos votos apurados e do recurso dos resultados do pleito.

270 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

Assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal Superior Eleitoral é composto de no mínimo sete membros, sendo que três deverão ser escolhidos entre os membros do Supremo Tribunal Federal, e, outros três dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Os prazos na Justiça Eleitoral são contados de forma diversa da Justiça Comum, pois naquela computam-se sábados, domingos e feriados.

c) Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa da Constituição Federal ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais.

d) Compete aos Juízes Eleitorais resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração e expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

e) Até 10 (dez) dias antes da nomeação, os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas serão publicados no órgão oficial do Estado, podendo qualquer cidadão, no prazo de 3 (três) dias, em petição fundamentada, impugnar as indicações.

271 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

Leia as seguintes afirmações.

I. O requerimento de inscrição eleitoral é submetido ao juiz, que pode deferir o pedido, indeferi-lo ou ainda converter o julgamento em diligência. Em caso de indeferimento, cabe recurso interposto pelo alistando, no prazo de 10 (dez) dias.

II. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

III. Os oficiais de Registro Civil devem enviar ao juiz eleitoral da zona em que oficiarem, até o dia 10 de cada mês, comunicação dos óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior, para cancelamento das inscrições.

Estão corretas somente as assertivas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

272 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

a) exonerar-se do cargo, em razão da total incompatibilidade, 6 (seis) meses antes do pleito, podendo, no entanto, se não eleito, retornar ao cargo por reintegração.

b) pedir licença do cargo, no mínimo 6 (seis) meses antes do pleito, com direito a recebimento de proventos integrais nesse período.

c) exonerar-se do cargo, em razão da total incompatibilidade, 3 (três) meses antes do pleito, não podendo, mesmo se não eleito, retornar ao cargo que exercia.

d) pedir licença do cargo, no mínimo 3 (três) meses antes do pleito, com direito a recebimento de proventos integrais nesse período.

e) pedir licença do cargo, no mínimo 3 (três) meses antes do pleito, e, em sendo eleito, exonerar-se antes do ato de diplomação.

273 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

Partido político não apresentou contas relativas ao exercício financeiro de 2008, até 30.04.2009. Essa conduta é reiterada, pois também não prestou contas do exercício financeiro de 2005. Diante desses fatos,

- a) da decisão que desaproveitar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser recebido com efeito suspensivo.
- d) nenhuma sanção poderá ser aplicada, pois a prestação de contas não foi julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após 5 (cinco) anos de sua apresentação.
- e) a Justiça Eleitoral poderá aplicar a sanção de suspensão de novas cotas do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário).

274 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

Leia as seguintes afirmações.

- I. No pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão aos respectivos Tribunais Eleitorais os valores máximos de gastos que farão por cargo eletivo em cada eleição a que concorrerem, observados os limites legais.
- II. O responsável por gastos de campanha, em valores acima daqueles declarados à Justiça Eleitoral, fica sujeito ao pagamento de multa no valor de 5 a 10 vezes a quantia excedente.
- III. Confecção, aquisição e distribuição de camisetas, chaveiros e outros brindes de campanha são considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei n.º 9.504/97.
- IV. Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, desde que estes obedeçam ao limite de gastos declarados à Justiça Eleitoral.

Estão corretas somente as assertivas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

275 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

Assinale a alternativa correta.

- a) A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- b) A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e a fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.
- c) O boletim de urna, segundo modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conterá os nomes e os números dos candidatos nela votados, cumprindo ao Presidente da Junta Eleitoral acostar tal documento à impugnação de urna formulada por fiscal de partido ou coligação, devidamente credenciado.



d) Constitui crime, punível com 2 a 8 anos de detenção, obter acesso a sistema de tratamento automático de dados usado pelo serviço eleitoral, a fim de alterar a apuração ou a contagem de votos.

e) A impugnação não recebida pela Junta Eleitoral pode ser apresentada diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, em quarenta e oito horas, acompanhada de declaração de três testemunhas, sendo que o Tribunal decidirá sobre o recebimento em quarenta e oito horas, e, transmitirá imediatamente à Junta, via telex, fax ou qualquer outro meio eletrônico, o inteiro teor da decisão e da impugnação.

276 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

É nula a votação

a) se houver extravio de documento reputado essencial.

b) quando votar alguém com falsa identidade em lugar do eleitor chamado.

c) feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei.

d) quando for negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar, e o fato constar da ata ou de protesto interposto, por escrito, no momento.

e) se for constatado o emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei.

277 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do registro de candidatos é correto afirmar que

a) a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

b) os partidos políticos ou coligações não poderão substituir candidatos registrados que, posteriormente ao registro, forem considerados inelegíveis.

c) os partidos políticos não poderão solicitar à Justiça Eleitoral o cancelamento do registro de candidatos que dele tiverem sido expulsos.

d) o requerimento de registro de candidatos é atribuição exclusiva dos partidos políticos e coligações, não podendo os candidatos fazê-lo diretamente em nenhuma hipótese.

e) os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de dois algarismos à direita.

278 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

As convenções para a escolha de candidatos

a) serão presididas pelo Juiz Eleitoral competente.

b) deverão ser feitas de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições.

c) só poderão ser realizadas em prédios particulares, vedada a utilização de prédios públicos.

d) que causarem danos aos prédios públicos serão anuladas, arcando a Justiça Eleitoral com a respectiva indenização.

e) serão presididas pelo Ministério Público Eleitoral.

279 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os partidos políticos

a) podem não ter caráter nacional, sendo lícita a subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

b) não têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

c) adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

d) com registro no Tribunal Superior Eleitoral poderão credenciar delegados perante o Juiz Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral.

e) não podem ser incorporados uns pelos outros, situação que leva à extinção de ambos.

280 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido, pelo menos,

a) no primeiro dia útil do ano em que se realizarem as eleições.

b) seis meses antes da data fixada para as eleições majoritárias.

c) um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

d) três meses antes da data fixada para as eleições proporcionais.

e) até o dia da convenção para escolha de candidatos.

281 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os

a) maiores de dezoito anos.

b) funcionários da Justiça Eleitoral.

c) candidatos a cargos eletivos nas eleições majoritárias.

d) candidatos a cargos eletivos nas eleições proporcionais.

e) analfabetos.

282 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito do registro de candidatos, considere:

I. Cada partido ou coligação deverá, obrigatoriamente, reservar no mínimo 50% das vagas para candidatas do sexo feminino.

II. A substituição de candidato por falecimento só pode ser feita pelo partido ou coligação até o termo final do prazo para registro.

III. A prova da filiação partidária é, dentre outros, documento indispensável para o registro de candidatos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I.

283 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da impugnação do registro de candidatura é correto afirmar:

- a) A impugnação por parte de partido político ou coligação impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.
- b) A impugnação do pedido de registro do candidato poderá ser feita, em petição fundamentada, por partido político ou coligação, não podendo ser formulada por outro candidato.
- c) O prazo para impugnação é de 5 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.
- d) O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, sendo vedada a produção de prova testemunhal.
- e) Quando se tratar de candidato a Deputado Federal, a arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.

284 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito das prestações de contas referentes à arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, considere:

- I. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.
- II. A indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores deverá obrigatoriamente ser divulgada, pela rede mundial de computadores (internet), nos relatórios dos dias 6 de agosto e 6 de setembro do ano das eleições.
- III. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação dos candidatos, enquanto perdurar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

285 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

A partir de 1º de julho do ano da eleição é permitido às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,

- a) veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.
- b) divulgar debates políticos entre candidatos.
- c) dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação.
- d) divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada.
- e) usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou de vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação.

286 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional.
- b) O Corregedor-Geral ou Regional, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, indeferirá desde logo a inicial, quando não for o caso de representação ou lhe faltar algum requisito legal.
- c) No caso do Corregedor-Geral ou Regional indeferir a representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal competente, que resolverá dentro de vinte e quatro horas.
- d) Findo o prazo para defesa, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação.

287 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A certidão do juízo criminal é documento comprobatório apto a possibilitar o restabelecimento de direitos políticos de indivíduo condenado criminalmente junto à justiça eleitoral.

288 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral em até trinta dias após a realização da eleição incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral.

289 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os servidores de quaisquer órgãos da justiça eleitoral não podem pertencer a diretório de partido político ou exercer qualquer atividade partidária, sob pena de demissão.

290 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

291 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Se um estado da Federação tem oito cadeiras na Câmara dos Deputados, então o número máximo de candidatos a serem registrados para as referidas eleições proporcionais, por coligação, independentemente do número de partidos que a integrem, é de vinte.

292 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

293 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A doação oculta ocorre quando o partido não informa à justiça eleitoral, na prestação de contas relativas às eleições, o nome da empresa ou da pessoa natural que fez a doação.

294 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A lei eleitoral permite a doação oculta, que ocorre sobretudo quanto a recursos repassados a candidatos a cargos proporcionais.

295 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A recente mudança na lei eleitoral permitiu a propaganda paga na Internet, restrita aos sítios e blogs pessoais, mas vedou-a nos grandes sítios de notícias.

296 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A propaganda na Internet é permitida por meio de redes sociais, mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou por iniciativa de qualquer pessoa natural.

297 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Em nenhuma hipótese será permitida a censura à Internet, razão por que é vedado à justiça eleitoral, independentemente do fundamento ou motivo, suspender o acesso ao conteúdo informativo de um sítio que descumpra as regras legais respectivas.

298 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

É vedada pela lei a veiculação de propaganda na Internet em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

299 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A justiça eleitoral deverá indeferir essa candidatura, pois a CF veda que pessoa detentora de cidadania estrangeira seja candidata a esse cargo eletivo, ainda que se trate de caso de dupla cidadania.

300 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A justiça eleitoral deverá deferir a candidatura apenas se o candidato em apreço renunciar expressamente à cidadania de outro país.

301 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A candidatura considerada poderá ser deferida, mas, se o candidato for eleito, ele não poderá ocupar a presidência da Câmara dos Deputados.

302 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A candidatura em questão poderá ser deferida, mas, se o candidato for eleito, ele não poderá ocupar nenhum cargo da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

303 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

É vedada a mudança de partido, impondo-se a perda do mandato, conforme o entendimento do TSE, por configurar infidelidade partidária, ainda quando o mandatário pretenda fundar novo ente partidário.

304 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

É permitida a mudança de partido, sem perda de mandato, para quem demonstre a justa causa da mudança, como a perseguição por motivos políticos.

305 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A perda de mandato por infidelidade partidária decorre de interpretação da justiça eleitoral, promovida pelo TSE, pois a Lei dos Partidos não é específica quanto a essa questão.

306 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Nas eleições brasileiras, é vedada a propaganda eleitoral em outdoors.

307 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Admite-se a realização de showmícios, desde que os artistas não sejam remunerados.

308 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

309 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

A execução coercitiva da referida multa não dispensa a sua prévia inscrição em dívida ativa, ainda que requerida no mesmo juízo.

310 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Qualquer parte interessada no processo eleitoral que resultou na aplicação da multa tem legitimidade para promover a sua execução.

311 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Eventual ação a ser ajuizada com a pretensão de discutir a anulação da sanção imputada deve ser processada perante a justiça federal da seção judiciária do domicílio do executado.

312 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

Na hipótese de a multa não superar a quantia de R\$ 100,00, o responsável pela sua execução poderá deixar de propor a cobrança judicial do débito.

313 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

314 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Podem ser nomeados para compor uma mesma junta eleitoral servidores de uma mesma repartição pública ou empregados de uma mesma empresa privada.

315 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Mesmo que o alistamento eleitoral se dê por processamento eletrônico, o alistando está obrigado a apresentar em cartório, ou local previamente designado, o requerimento de alistamento acompanhado de três fotografias.

316 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

317 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Não se aplicará a pena de multa ao brasileiro nato, não analfabeto e não alistado, que requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo primeiro dia anterior à eleição subsequente à data em que completar dezoito anos de idade.

318 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O analfabeto que deixa de sê-lo não fica sujeito a multa quando requer sua inscrição eleitoral.

319 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Em caso de mudança de domicílio, configura exigência para transferência de inscrição de eleitor a observância do prazo de entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo de até cem dias antes da data da eleição.

320 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

321 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É garantido a toda instituição pública o acesso às informações constantes do cadastro eleitoral inerentes a relações de eleitores acompanhadas de dados como filiação do eleitor bem como sua data de nascimento.

322 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O batimento ou cruzamento das informações constantes do cadastro eleitoral configura-se como pressuposto para operações de alistamento, transferência e revisão de inscrições de eleitores.

323 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O formulário de atualização da situação do eleitor, cuja tabela de códigos é estabelecida pela corregedoria-geral, é a ferramenta para registro de informações no histórico de inscrição no cadastro.

324 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A competência para decidir a respeito das duplicidades e pluralidades de inscrições, na esfera penal, será sempre do juiz criminal com atuação na circunscrição da zona onde foi efetuada a inscrição mais recente.

325 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

Paulo é Deputado Estadual pelo Estado do Amazonas e deseja candidatar-se a Deputado Federal. Nesse caso,

- a) não há necessidade de afastar-se suas funções.
- b) o prazo para desincompatibilização é de 6 meses.
- c) o prazo para desincompatibilização é de 4 meses.
- d) o prazo para desincompatibilização é de 3 meses, sem remuneração.
- e) o prazo para desincompatibilização é de 3 meses, garantida a percepção dos vencimentos integrais.

326 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) Corregedor-Geral Eleitoral.
- b) Corregedor Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- c) Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- e) Ministério Público Eleitoral.

327 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

É vedado aos agentes públicos, servidores ou não, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos,

- a) a transferência ex officio de agentes penitenciários.
- b) a nomeação para cargos em comissão.
- c) a transferência ex officio de policiais civis.
- d) a remoção de servidores públicos em geral.
- e) a nomeação para cargos dos Tribunais de Contas.

328 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

O prazo para interposição de recurso da decisão do Juiz Eleitoral que rejeitar impugnação de registro de candidato a Prefeito Municipal e do acórdão do Tribunal Regional Eleitoral que confirmar a decisão de primeiro grau é de

- a) 3 dias.
- b) 3 e 5 dias, respectivamente.
- c) 5 dias.
- d) 5 e 7 dias, respectivamente.
- e) 15 dias.

329 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da criação e do registro dos Partidos Políticos, considere:

II. Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional.

III. O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.



d) II e III.

e) II, III e IV.

330 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da filiação partidária é INCORRETO afirmar que

a) considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.

b) é facultado aos partidos políticos estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária inferiores aos previstos em lei, com vistas a candidaturas a cargos eletivos.

c) os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

d) para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

e) quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido e ao Juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação.

331 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do Fundo Partidário, é correto afirmar que

a) a Justiça Eleitoral não pode investigar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, em razão da autonomia administrativa dos partidos políticos.

b) os partidos políticos não necessitam prestar contas à Justiça Eleitoral das despesas realizadas com o Fundo Partidário.

c) serão destinados pelos partidos políticos, no mínimo 20% do total recebido, para a criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.

d) os recursos dele oriundos, até 80%, podem ser aplicados no pagamento de pessoal.

e) não pode ser constituído por doações de pessoas físicas ou jurídicas, mas somente por dotações orçamentárias da União.

332 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

NÃO constitui crime eleitoral:

a) reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.

b) permitir o Presidente da Mesa Receptora que o eleitor vote sem estar de posse de seu título eleitoral.

c) tentar violar o sigilo do voto.

d) votar em lugar de outrem.

e) tentar votar mais de uma vez.

333 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

Se o órgão do Ministério Público, recebendo comunicação de infração penal eleitoral, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas,

- a) recorrerá de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral competente.
- b) instaurará a ação penal através de Portaria.
- c) intimará o órgão do Ministério Público a oferecer denúncia, sob pena de desobediência.
- d) permitirá ao autor da comunicação que ajuíze a ação penal privada.
- e) fará a remessa da comunicação ao Procurador Regional Eleitoral.

334 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

Da decisão de Tribunal Regional Eleitoral que denegar mandado de segurança

- a) cabe agravo de instrumento.
- b) não cabe recurso.
- c) cabe recurso ordinário.
- d) cabe reclamação.
- e) só cabe pedido de reconsideração.

335 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

A respeito das coligações, considere:

- I. Na chapa da coligação, podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.
- II. Os partidos integrantes da coligação devem designar um representante, que terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político, no trato dos interesses e na representação da coligação, no que se refere ao processo eleitoral.
- III. Apesar de coligados, cada partido político integrante da coligação conservará sua autonomia e a coligação não funcionará como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) III.

336 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

A respeito do alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que

- a) o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- b) é facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.
- c) o brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- d) o alistamento eleitoral do analfabeto é facultativo.
- e) do despacho que deferir o requerimento de alistamento eleitoral não cabe recurso.

337 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

Em suas faltas, suspeições ou impedimentos, o Presidente será substituído sucessivamente: pelo Vice-Presidente; pelo

- a) Corregedor Regional Eleitoral; e pelo Relator mais antigo do Tribunal.
- b) Corregedor Regional Eleitoral; e pelo suplente do Vice-Presidente.
- c) suplente do Vice-Presidente; e pelo membro mais antigo do Tribunal.
- d) substituto mais antigo do Tribunal; e pelo suplente do Vice-Presidente.
- e) membro mais antigo do Tribunal; e pelo suplente do Vice-Presidente.

338 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Biblioteconomia

A respeito do alistamento eleitoral, é INCORRETO afirmar que

- a) o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- b) é facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.
- c) o brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição eleitoral.
- d) o alistamento eleitoral do analfabeto é facultativo.
- e) do despacho que deferir o requerimento de alistamento eleitoral não cabe recurso.

339 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Biblioteconomia

As decisões que importarem em declaração de inconstitucionalidade de lei e anulação geral das eleições, entre outras, só poderão ser tomadas por

- a) maioria simples dos Membros do Tribunal e dos respectivos substitutos.
- b) unanimidade dos Membros do Tribunal.
- c) sentença do Presidente do Tribunal, após ouvido o Procurador Regional Eleitoral.

- d) deliberação conjunta do Presidente do Tribunal e Corregedor Regional Eleitoral.
- e) maioria absoluta dos Membros do Tribunal.

340 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente

- a) os crimes eleitorais cometidos pelos seus próprios juízes.
- b) o registro e a cassação de registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.
- c) a suspeição ou impedimento ao Procurador-Geral Eleitoral.
- d) o registro e o cancelamento de registro dos dire- tórios estaduais e municipais de partidos políticos.
- e) os habeas corpus, em matéria eleitoral, relativos a atos de Ministros de Estado.

341 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

- a) Juan e Paulo.
- b) Juan e Manuel.
- c) Juan e Pedro.
- d) Paulo.
- e) Pedro.

342 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

Identificada situação em que um mesmo eleitor possua duas ou mais inscrições liberadas ou regulares, agrupadas ou não pelo batimento, o cancelamento de uma ou mais delas deverá, preferencialmente, recair

- a) na inscrição mais recente, efetuada contrariamente às instruções em vigor.
- b) na inscrição que não corresponda ao domicílio eleitoral do eleitor.
- c) naquela cujo título não haja sido entregue ao eleitor.
- d) naquela cujo título não haja sido utilizado para o exercício do voto na última eleição.
- e) na mais antiga.

343 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

No sistema da representação proporcional, considera-se quociente partidário para cada partido ou coligação

- a) a soma dos votos válidos a candidatos de cada partido ou coligação, mais os votos da respectiva legenda.
- b) a divisão do número total de votos válidos pelo número de lugares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.
- c) a divisão pelo quociente eleitoral do número de votos válidos alcançados pela legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

d) a divisão do número total de votos, incluindo os votos em branco, pelo número de lugares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.

e) a divisão do número total de votos, incluindo os votos em branco e os votos nulos, pelo número de lugares na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais.

344 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

NÃO é causa de cancelamento de inscrição

- a) deixar o eleitor de votar em três eleições consecutivas.
- b) a suspensão dos direitos políticos.
- c) a perda dos direitos políticos.
- d) o falecimento do eleitor.
- e) a mudança de residência do eleitor para o exterior.

345 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, considere:

I. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, sem seguida, os referentes às eleições majoritárias.

II. A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, a identificação da urna em que foi registrado e o nome do eleitor.

III. No sistema eletrônico de votação considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

346 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito das coligações, é INCORRETO afirmar:

- a) A coligação funciona como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.
- b) A coligação poderá nomear até cinco delegados perante do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Na chapa da coligação podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.

d) Na propaganda para eleição proporcional, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.

e) A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a compõem.

347 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Compete à Junta Eleitoral, dentre outras atribuições,

a) aplicar penas disciplinares aos Juízes Eleitorais.

b) processar e julgar originariamente as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos quanto à sua contabilidade.

c) organizar o fichário dos eleitores do Estado.

d) julgar a arguição de suspeição ou impedimento dos Juizes Eleitorais.

e) expedir diploma aos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.

348 Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da obrigatoriedade do voto, é correto afirmar que

a) o voto é facultativo para os maiores de 60 anos.

b) o eleitor que deixar de votar em três eleições consecutivas terá sua inscrição cancelada.

c) para o eleitor que se encontrar no exterior, o prazo para justificação é de 30 dias contados da data da eleição.

d) os menores de 18 anos que deixarem de votar estarão sujeitos à multa.

e) os estrangeiros não naturalizados brasileiros votarão em separado.

349 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O sistema da representação proporcional é o adotado no Brasil nas eleições para

a) Governador e Vice-Governador de Estado.

b) o Senado Federal, e a Câmara dos Deputados.

c) a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

d) Presidente e Vice-Presidente da República.

e) Prefeito Municipal e para as Câmaras Municipais.

350 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

a) João e Manuel.

b) José e Pedro.

c) José, Pedro e Paulo.

d) João e José.

e) João e Paulo.

351 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Se um candidato ao cargo de Deputado Estadual vier a falecer 30 dias antes do pleito,

a) não poderá ser substituído.

b) poderá ser substituído pelo órgão de direção do partido dentro de 10 dias contados da data do óbito.

c) poderá ser substituído pelo presidente do partido, se o novo candidato também tiver sido escolhido em convenção.

d) a sua substituição dependerá de nova convenção.

e) a substituição será feita pela ordem de votação dos nomes que concorreram à escolha na convenção.

352 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da constituição das Mesas Receptoras de votos, considere:

I. eleitores da própria seção.

II. membros de diretórios de partidos que exerçam função executiva.

III. professores.

IV. funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo.

V. agentes policiais.

VI. serventuários da justiça.

Podem ser nomeados Presidentes e mesários os indicados APENAS em

a) II e V.

b) II, IV, V e VI.

c) III.

d) I, III e VI.

e) I e III.

353 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A urna eletrônica

a) disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam a identificação da urna em que cada voto foi registrado e do eleitor que o registrou.

b) disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto.

c) terá uma chave de segurança, cuja definição cabe aos partidos políticos ou coligações.

d) contabilizará cada voto, não sendo possível fiscalização por parte de partidos políticos, coligações ou candidatos.

e) exhibirá sempre ao eleitor primeiramente os painéis referentes às eleições majoritárias.

354 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente

a) o registro e as cassações de registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

b) as impugnações à apuração do resultado geral na eleição de Presidente da República.

c) as impugnações à proclamação dos eleitos e expedição de diploma na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.

d) os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes.

e) os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes Eleitorais.

355 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

a) Tadeu não poderá ser nomeado, porque 2010 é ano eleitoral.

b) Tadeu somente será nomeado após a divulgação dos resultados da eleição.

c) O concurso somente terá o seu resultado divulgado após as eleições

d) A nomeação de Tadeu poderá ocorrer no ano de 2010, por se tratar de cargo do Poder Judiciário.

e) A nomeação de Tadeu no ano da eleição constituirá conduta vedada e sujeita o autor da nomeação a responder por crime eleitoral.

356 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

a) Maria será obrigada a votar tanto no primeiro quanto no segundo turno.

b) Maria não será obrigada a votar em nenhum turno.

c) Maria será obrigada a votar no primeiro turno, mas não no segundo.

d) Maria somente será obrigada a votar nos dois turnos se for alfabetizada.

e) Ao completar 70 anos de idade, o título eleitoral de Maria será cancelado.

357 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Assinale a opção correta a respeito da organização da justiça eleitoral e, especialmente, do TRE.

a) O juiz corregedor do TRE é o representante legal do Ministério Público Eleitoral.

b) Três advogados de notável saber jurídico compõem o TRE e são responsáveis pela indicação do vice-presidente.

c) É vedada a indicação de juiz de primeira instância para compor o TRE.

d) O presidente do TRE deve ser um dos desembargadores do tribunal de justiça.



e) Uma vaga do TRE é assegurada a membro do Ministério Público estadual.

358 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A Lei Eleitoral n.º 9.504/1997 foi alterada para incluir o delito da captação de sufrágio. Ocorrerá essa infração eleitoral quando o candidato

- a) prometer emprego público a um parente de um eleitor.
- b) prometer obras na cidade que podem gerar empregos para muitos parentes de diversos eleitores.
- c) prometer eliminar o desemprego, ainda que as condições econômicas sejam difíceis.
- d) enviar correspondência pessoal para a casa do eleitor desempregado, prometendo o pleno emprego.
- e) insinuar que sua eleição implicará grande aumento na máquina pública, estimulando o aumento do emprego.

359 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Um jovem com menos de 18 anos de idade no ano da eleição

- a) somente pode alistar-se após completar 16 anos de idade.
- b) pode alistar-se no ano em que completa 16 anos de idade, mas somente tem direito ao voto se fizer aniversário até o dia da eleição.
- c) deve completar 16 anos de idade no ano anterior à eleição para poder votar.
- d) somente pode votar se completar 16 anos de idade até a data final do alistamento eleitoral.
- e) deve comprovar que completa 16 anos de idade até 31 de dezembro do ano da eleição para poder votar.

360 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

De acordo com o sistema eleitoral vigente no Brasil, em uma eleição majoritária estão em disputa os cargos de

- a) vereador e prefeito.
- b) vereador e deputado estadual.
- c) governador e presidente da República.
- d) presidente da República e deputado federal.
- e) senador e deputado estadual.

361 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Em uma eleição ocorrida no Brasil na década de 60 do século passado, Jânio Quadros, candidato a presidente da República por certo partido, elegeu-se, mas teve como vice-presidente João Goulart, candidato por uma aliança oposta àquela que elegeu o presidente. No atual sistema eleitoral brasileiro, tal situação

- a) seria possível, porque a justiça eleitoral acabou com a verticalização.
- b) seria possível, porque a justiça eleitoral não obriga a fidelidade partidária do eleitor.
- c) seria impossível, porque a eleição do presidente importa a do candidato a vice-presidente com ele registrado.
- d) seria impossível, porque um candidato a presidente com mais apelo ajuda a eleição do candidato a vice-presidente ligado a ele.
- e) seria impossível, porque a fidelidade partidária engloba também os candidatos majoritários.

362 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considerando que, para as eleições à assembleia legislativa de um estado que conta com 24 vagas para deputados estaduais, haja candidatos de partidos isolados e de coligações, assinale a opção correta.

- a) Um partido isolado pode lançar até 36 candidatos, e uma coligação, até 48 candidatos.
- b) Um partido isolado pode lançar até 24 candidatos, e uma coligação, até 26 candidatos.
- c) Um partido isolado ou uma coligação de vários partidos somente podem lançar até 24 candidatos.
- d) Um partido isolado e uma coligação de vários partidos podem lançar até 36 candidatos.
- e) Não é possível determinar o número máximo de candidatos de um partido ou coligação.

363 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

- a) É assegurado um mínimo de candidaturas às mulheres, mas não aos homens.
- b) É determinado que pequena parte das vagas pertença a candidatos do sexo feminino.
- c) É determinado que cada sexo tenha, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% dos candidatos.
- d) Caso o partido não consiga candidatos do sexo feminino, deve preencher suas vagas com candidaturas de pessoas do sexo masculino.
- e) Quando o candidato majoritário for homem, o vice ou suplente deve ser mulher, e vice-versa.

364 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Os votos conferidos a Joaquim serão imediatamente anulados e o candidato mais votado, a seguir, de qualquer partido, será convocado para a expedição do diploma.
- b) Os votos conferidos a Joaquim serão válidos, mas a sua diplomação será suspensa, em benefício do candidato mais votado do mesmo partido ou coligação.
- c) Os votos conferidos a Joaquim serão nulos e, por isso, será necessário novo cômputo de todo o quadro de eleitos.
- d) Os votos conferidos a Joaquim serão considerados votos de legenda.

e) Os votos obtidos por Joaquim serão válidos, e, caso ele complete 21 anos de idade até a data da posse, o TRE conceder-lhe-á o diploma.

365 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

- a) A pena será agravada se o servidor da justiça eleitoral cometer o crime prevalecendo-se do cargo.
- b) A pena será reduzida, em face da condição especial de servidor da justiça eleitoral.
- c) Não há distinção entre servidores da justiça eleitoral e demais servidores públicos, nesse caso.
- d) A pena será agravada, em qualquer caso, pois o servidor da justiça eleitoral deve ser isento.
- e) A pena será mitigada, pois a função do servidor da justiça eleitoral é orientar o eleitor na hora do voto.

366 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do título eleitoral, da sua forma e do seu conteúdo, além de outros aspectos legais a ele pertinentes, nos termos como determina a legislação e, em especial, a Resolução n.º 21.538/2003, do TSE, é correto afirmar que

- a) a emissão do título eleitoral deve ser realizada por escrivão autorizado, que utilize modelo impresso.
- b) o título eleitoral deve ser emitido obrigatoriamente por computador.
- c) deve constar, no título eleitoral, sempre a fotografia do eleitor.
- d) a data de emissão do título eleitoral será aquela da primeira emissão, ainda que o eleitor solicite segunda via.
- e) o processo de alistamento é ininterrupto, e os requerimentos de transferência são recebidos a qualquer tempo.

367 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Assinale a opção correta a respeito da composição e do funcionamento das juntas eleitorais.

- a) Não podem participar das juntas eleitorais bancários e empregados de empresas estatais.
- b) É permitida e até recomendável a participação de servidores da justiça eleitoral nas referidas juntas.
- c) São admitidos membros de diretórios de partidos políticos, desde que não ocupem função executiva, na composição das citadas juntas.
- d) Pessoas que ocupem cargos de confiança no Poder Executivo, desde que nomeadas no ano anterior à eleição, podem participar das juntas eleitorais.
- e) É vedada a participação em juntas eleitorais de parentes dos candidatos, ainda que por afinidade, até o segundo grau.

368 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A jurisdição de cada uma das zonas eleitorais cabe a um juiz de direito em efetivo exercício, diz o Código Eleitoral. A respeito das funções, das responsabilidades e da competência do juiz eleitoral, assinale a opção correta.

- a) É atribuição do juiz eleitoral expedir o diploma dos eleitos nos pleitos municipais.
- b) Compete ao juiz eleitoral fornecer ao eleitor que não votou, mas justificou a ausência, certificado que o isente das sanções.
- c) Incumbe ao juiz eleitoral designar e nomear os integrantes das juntas eleitorais.
- d) É da competência do juiz eleitoral designar a sede da junta eleitoral.
- e) Cabe ao juiz eleitoral conceder licenças e férias aos servidores da justiça eleitoral.

369 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

- a) a movimentação de candidatos e partidos na área do município ensejar fundadas suspeitas.
- b) a quantidade de diretórios políticos abertos no município sugerir comportamentos irregulares de dirigentes partidários.
- c) houver caso comprovado de propaganda eleitoral antecipada.
- d) existir clara movimentação de eleitores da zona ou município solicitando transferência de domicílio eleitoral para outras localidades.
- e) o eleitorado for superior a 65% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

370 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das garantias eleitorais, é correto afirmar que

- a) os candidatos não poderão ser presos, salvo caso de flagrante delito, desde quinze dias antes das eleições.
- b) os partidos políticos não gozam de prioridade postal nos sessenta dias anteriores à votação, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.
- c) os membros das Mesas Receptoras não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito, nos trinta dias anteriores à data da eleição.
- d) a força pública poderá policiar o interior do edifício em que funciona a Mesa Receptora, mas não poderá ingressar na cabine de votação.
- e) a denúncia ao Corregedor-Geral ou Regional de interferência do poder econômico e de desvio ou abuso de poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, é prerrogativa exclusiva dos partidos políticos e dos candidatos.

371 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O registro de candidatos a membro do Congresso Nacional, a Governador do Estado e a Prefeito Municipal compete, respectivamente, ao

- a) Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral .
- b) Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.

- c) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.
- d) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral.
- e) Tribunal Regional Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Juiz Eleitoral.

372 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os juízes de Direito que integram o Tribunal Regional Eleitoral devem ser

- a) indicados pelo Ministério Público Federal e nomeados pelo Presidente da República.
- b) nomeados pelo Governador do respectivo Estado.
- c) escolhidos por nomeação do Presidente da República.
- d) escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- e) escolhidos pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República.

373 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Pelas Mesas Receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor,

- a) somente os candidatos registrados.
- b) os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos políticos.
- c) somente os delegados e fiscais dos partidos políticos.
- d) somente os fiscais dos partidos políticos.
- e) qualquer cidadão que esteja portando seu título eleitoral.

374 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Na composição das Mesas Receptoras de votos, NÃO poderão, dentre outros, ser nomeados mesários

- a) os serventuários da Justiça.
- b) os eleitores da própria Seção Eleitoral.
- c) os diplomados em escola superior.
- d) os professores.
- e) as autoridades policiais.

375 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da polícia dos trabalhos eleitorais, é INCORRETO afirmar que

- a) o Presidente da Mesa Receptora fará retirar do recinto ou do edifício quem estiver praticando qualquer ato atentatório da liberdade eleitoral.
- b) ao Presidente da Mesa Receptora e ao Juiz Eleitoral cabe a polícia dos trabalhos eleitorais.

c) o Presidente da Mesa Receptora fará retirar do recinto ou do edifício quem não guardar ordem e compostura devidas.

d) o Secretário da Segurança Pública pode intervir nos trabalhos eleitorais das Mesas Receptoras, quando suspeitar de qualquer procedimento fraudulento.

e) o eleitor somente poderá permanecer no recinto da Mesa Receptora durante o tempo necessário à votação.

376 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Após às 17 horas do dia marcado para a eleição só poderão votar

a) os eleitores que apresentarem documento que justifique o atraso.

b) os eleitores que tenham recebido senha e entregue seu título ao Presidente da Mesa Receptora.

c) os candidatos e os fiscais de partido político.

d) as autoridades regularmente constituídas.

e) os que apresentarem dificuldade de locomoção.

377 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O eleitor que tiver perdido o título eleitoral

a) somente poderá votar no Cartório Eleitoral correspondente ao seu domicílio.

b) não poderá votar.

c) poderá votar em qualquer Seção da circunscrição eleitoral.

d) somente poderá votar no Tribunal Regional Eleitoral.

e) será admitido a votar, desde que seja inscrito na Seção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação.

378 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das Seções Eleitorais, é que

a) cada Seção Eleitoral terá uma Mesa Receptora para cada 300 eleitores.

b) cada Seção Eleitoral terá no mínimo 300 eleitores.

c) a cada Seção Eleitoral corresponde uma Mesa Receptora de votos.

d) cada Seção Eleitoral terá no máximo 1.500 eleitores e 5 Mesas Receptoras.

e) não haverá, nas capitais, limite mínimo nem máximo de eleitores integrantes de cada Seção Eleitoral.

379 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito dos lugares de votação, considere:

I. Funcionário as Mesas Receptoras nos lugares destinados pelos Juízes Eleitorais 60 dias antes da eleição, publicandose a designação.

II. As propriedades particulares poderão ser cedidas para lugar de votação, mediante contrato de locação, precedido de concorrência pública.

III. A decisão do Juiz Eleitoral a respeito da designação dos lugares de votação é irrecorrível, por basear-se em prévia instrução do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

380 • Prova: FCC - 2008 - MPE-CE - Promotor de Justiça

Dispõe a legislação eleitoral brasileira:

- a) O quociente eleitoral resulta da divisão do número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, contando-se como válidos os votos em branco.
- b) É nula a eleição quando mais da metade dos eleitores vota "nulo".
- c) Nas eleições presidenciais e federais, a circunscrição eleitoral é o país; nas eleições estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo Município.
- d) Nas unidades da Federação que têm o mínimo de Deputados ? oito ? a cláusula de barreira é 12,5% dos votos válidos.

381 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que

- a) é facultativo o alistamento do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive, no ano em que se realizarem eleições.
- b) o brasileiro nato deve alistar-se até seis meses após a data em que completar 18 anos de idade.
- c) o brasileiro naturalizado deve alistar-se até três meses depois de adquirida a cidadania brasileira.
- d) o certificado de quitação do serviço militar é documento obrigatório para o alistamento de maiores de 16 e menores de 18 anos, do sexo masculino.
- e) caberá recurso interposto por qualquer delegado de partido, no prazo de 15 dias contados da publicação da listagem, do despacho que indeferir o requerimento de inscrição.

382 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

O cancelamento e a exclusão de eleitores

- a) por pluralidade de inscrição se processarão de forma sumária, não estando sujeitos a contestação, nem a dilação probatória.
- b) dependerão de requerimento de delegado de partido, não podendo ser promovidos ex officio.
- c) dependerão de decisão do Juiz Eleitoral, da qual caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 3 dias.
- d) terão efeito retroativo à data de instauração do processo, impedindo o eleitor de votar validamente durante a respectiva tramitação.
- e) não poderão ter como causa a suspensão, mas apenas a perda dos direitos políticos.

383 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da representação proporcional, considere:

- I. Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de eleitores pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior.
- II. Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.
- III. Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

384 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considere as eleições para

- I. Presidente e Vice-Presidente da República.
- II. o Senado Federal.
- III. a Câmara dos Deputados.
- IV. Governador e Vice-Governador do Estado.
- V. as Assembléias Legislativas.
- VI. Prefeito e Vice-Prefeito.
- VII. as Câmaras Municipais.



A circunscrição será o Estado e será adotado o princípio da representação proporcional nas eleições indicadas APENAS em

- a) I e IV.
- b) I, VI e VII.
- c) II, III e V.
- d) II, IV e V.
- e) III e V.

385 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

A coligação

- a) não implicará em unidade partidária, conservando, cada partido dela integrante, sua autonomia no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses partidários.
- b) usará, obrigatoriamente, na propaganda para a eleição proporcional, sob a sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- c) formará chapa na qual poderão inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.
- d) terá denominação própria, que não poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram.
- e) poderá ser formada para a eleição majoritária ou para a proporcional, jamais para ambas, ainda que em circunscrições eleitorais diferentes.

386 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

Numa eleição proporcional, o eleitor digitou corretamente o número da legenda, mas assinalou número de candidato inexistente. Nesse caso, o voto será

- a) considerado nulo.
- b) computado para a legenda.
- c) considerado em branco.
- d) computado para o candidato com numeração mais próxima.
- e) computado para o candidato menos votado da legenda.

387 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

O partido político

- a) pode ter caráter estadual ou municipal, desde que exerça suas atividades de acordo com seu estatuto e seu programa.
- b) adquire personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

c) tem direito à exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, independentemente do registro no Tribunal Superior Eleitoral.

d) tem autonomia para definir sua estrutura interna, mas a sua organização é regulamentada pela Justiça Eleitoral.

e) é pessoa jurídica de direito privado e as pessoas a ele filiadas têm iguais direitos e deveres.

388 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

Tício filiou-se ao partido político Alpha. Posteriormente, filiou-se ao partido político Beta, sem comunicar ao partido Alpha nem ao Juiz de sua Zona Eleitoral. Nesse caso,

a) as duas filiações serão consideradas nulas para todos os efeitos.

b) somente a segunda filiação será considerada nula para todos os efeitos.

c) somente a primeira filiação será considerada nula para todos os efeitos.

d) o eleitor será chamado perante a Justiça Eleitoral para optar por um dos referidos partidos.

e) caberá ao Juiz Eleitoral indicar, após ouvir o interessado, a que partido político passará a pertencer.

389 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

Lauro é Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Maria é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado; e Mário é advogado de notável saber jurídico e idoneidade moral. Nesse caso, preenchidas os demais requisitos legais,

a) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado; e Mário pode vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.

b) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; e Mário pode vir a integrar somente o Tribunal Regional Eleitoral.

c) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria e Mário podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.

d) Lauro, Maria e Mário podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral.

e) Lauro pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; Maria pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral; e Mário pode vir a integrar somente o Tribunal Regional Eleitoral.

390 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

a) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes que os integram.

b) processar e julgar originariamente a suspeição e impedimento aos juízes que os integram.

c) dividir a Zona Eleitoral em Seções Eleitorais.

d) nomear os membros das Mesas Receptoras.

e) exercer a ação pública e promovê-la até o final.

391 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

Integram os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros,

a) dois Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, nomeados pelo Presidente da República.

b) dois Juízes de Direito, escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

c) um representante do Ministério Público Eleitoral, indicado pelo Procurador-Geral Eleitoral.

d) um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente da República.

e) um Juiz Federal nomeado pelo Presidente da República.

392 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

Cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que

a) decretarem a perda do tempo relativo ao horário eleitoral gratuito.

b) confirmarem imposição de multa por infração de norma relativa à propaganda eleitoral.

c) denegarem o direito de resposta no horário eleitoral gratuito.

d) aplicarem sanção a partido político por infração de normas relativas à propaganda partidária.

e) denegarem mandado de segurança.

393 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

A partir de 1o de julho do ano da eleição, NÃO é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,

a) divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção.

b) transmitir, em forma de entrevista jornalística, imagens da realização de pesquisa, em que seja possível identificar o entrevistado.

c) difundir opinião contrária a representante de partido político.

d) veicular programa jornalístico com alusão a candidato ou partido político.

e) veicular novelas ou minisséries com crítica dissimulada a partido político.

394 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

A respeito da inelegibilidade, considere:

I. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham ocupado cargo ou função de direção em entidades representativas de classe, mantidas parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.

II. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos membros do Tribunal de Contas da União.

IV. É de 3 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

395 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Marcos Ramaiana. Código eleitoral comentado. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2004 (com adaptações).

A respeito dos preceitos do Código Eleitoral brasileiro relativos à composição e à competência dos TREs, assinale a opção incorreta.

- a) O presidente do TRE será sempre um dos desembargadores indicados pelo tribunal de justiça do respectivo ente.
- b) O corregedor regional da justiça eleitoral será um juiz federal.
- c) Compete aos TREs processar e julgar, originariamente, os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do mesmo estado.
- d) As decisões dos TREs são irrecorríveis, em princípio, mas o código admite exceções.
- e) Os TREs deliberam por maioria de votos, presente a maioria dos seus integrantes.

396 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Julgue os itens que se seguem, considerando o que estatui o Código Eleitoral sobre a competência e a jurisdição das juntas e dos juízes eleitorais.

I Um magistrado pode ter competências sobre mais de uma zona eleitoral.

II Integrante de diretório de partido político pode trabalhar como escrivão eleitoral, na hipótese legal.

III A nomeação dos integrantes das mesas receptoras é de competência do juiz eleitoral.

IV Além do juiz eleitoral, integram as juntas eleitorais cidadãos nomeados pelo TRE do estado respectivo.

V A expedição do boletim de apuração é da competência do juiz eleitoral.

Estão s apenas os itens

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, III e V.

397 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com base no que dispõe o Código Eleitoral a respeito dos juízes eleitorais, julgue os itens subseqüentes.

I Os juízes eleitorais são juízes de direito.

II Nas comarcas em que houver mais de uma vara, o serviço eleitoral será de competência de todos os juízes.

III É da competência dos juízes eleitorais fazer o registro das candidaturas a prefeito.

IV O juiz eleitoral é competente para dividir a zona eleitoral em seções.

V O juiz eleitoral é competente para constituir as juntas eleitorais.

A quantidade de itens s é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

398 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da composição e das atribuições das juntas eleitorais, nos termos do Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) As juntas eleitorais são compostas de sete integrantes.
- b) Compete às juntas eleitorais a expedição dos títulos de eleitor.
- c) Compete ao presidente da junta eleitoral nomear os escrutinadores das eleições.
- d) Servidor da justiça eleitoral, em situações específicas previstas no código, pode ser designado membro de junta eleitoral.
- e) Policiais militares podem ser designados membros de junta eleitoral.

399 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Ainda com relação ao que dispõe a Resolução n.º 21.538/2003 do TSE, julgue os itens subseqüentes.

I As informações de caráter personalizado, sobre o eleitor, somente são acessíveis ao Ministério Público, comprovado o exercício dos seus deveres funcionais.

II As informações constantes do cadastro de eleitores são, em princípio, reservadas, não podendo ser fornecidas a qualquer instituição, pública ou privada.

III Na hipótese de duplicidade de inscrições, o cancelamento recairá preferencialmente sobre a inscrição mais recente.

IV A decisão sobre os casos de duplicidade de inscrições compete, em princípio, ao juiz eleitoral da zona em que foi efetuada a inscrição mais antiga.

V O juiz eleitoral é competente para determinar a regularização, o cancelamento de qualquer inscrição, ainda que não esteja vinculada à sua jurisdição.

Estão s apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e V.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

400 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Ao atuar como mesário em uma eleição, um profissional liberal

- a) exerce cargo público temporário.
- b) exerce função pública.
- c) exerce emprego público por tempo determinado.
- d) atua como permissionário de serviço público.
- e) atua como concessionário de serviço público.

401 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere um eleitor que não tem prova de que votou na última eleição, nem pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente. Nessa situação, o referido eleitor pode

- a) propor ação popular.
- b) obter passaporte ou carteira de identidade.
- c) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou declaração de renda.
- d) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública e investir-se ou empossar-se nele.
- e) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos estados, dos territórios, do DF ou dos municípios.

402 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Julgue os itens a seguir, relativos ao alistamento eleitoral.

I O alistamento faz-se mediante a qualificação e a inscrição do eleitor.

II Não se aplica pena de multa ao não-alistado que requerer a inscrição eleitoral até o término do prazo estabelecido para alistamento anterior à eleição subsequente à data em que completar 19 anos de idade.

III O empregado pode deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 dias, para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência.

IV Cessada a causa do cancelamento do título de eleitor, o interessado pode requerer novamente a sua qualificação e inscrição.

V Qualquer irregularidade determinante de exclusão do alistamento deve ser comunicada, por escrito e por iniciativa de qualquer interessado, à justiça eleitoral.

A quantidade de itens s é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

403 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Julgue os próximos itens, relativos às eleições e à celebração de coligações.

II Os partidos integrantes da coligação devem designar dois delegados para tratar dos interesses e representar a coligação, no que se refere ao processo eleitoral.

IV Na propaganda para eleições majoritária e proporcional, a coligação deve usar, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.

Estão s apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e V.
- c) II e IV.
- d) II e V.
- e) III e IV.

404 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Acerca das convenções para escolha de candidatos pelos partidos políticos, assinale a opção correta.

a) Em regra, as normas para escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações devem ser estabelecidas pelo órgão de direção nacional do partido até 180 dias antes das eleições.

c) A escolha de candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações devem ser feitas no período de 10 de junho a 30 de junho do ano em que se realizem as eleições.

d) Para a realização de convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos podem usar prédios públicos, desde que custeiem os gastos de manutenção do período da realização do evento.

405 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que se refere ao registro de candidatos para a Câmara dos Deputados, para a Câmara Legislativa, para as assembleias legislativas estaduais e para as câmaras municipais, assinale a opção incorreta.

b) Cada partido ou coligação pode registrar candidatos até 150% do número de lugares a preencher.

c) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse e não a do pedido de registro.

d) Em regra, o partido ou a coligação pode substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo de registro, ou, ainda, tiver o registro indeferido ou cancelado.

e) Estão sujeitos ao cancelamento do registro os candidatos que, até a data da eleição, forem expulsos do partido, em processo no qual seja assegurada ampla defesa e sejam observadas as normas estatutárias.

406 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Quanto ao sistema eletrônico de votação e de totalização dos votos, assinale a opção incorreta.

a) A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardando o anonimato do eleitor.

b) A urna eletrônica contabiliza cada voto, assegurando ao eleitor o sigilo e a inviolabilidade, sendo garantida ampla fiscalização a partidos políticos, coligações e candidatos.

d) A votação e a totalização dos votos são feitas por sistema eletrônico, mas o TSE deve autorizar outro sistema quando houver solicitação do procurador-geral eleitoral.

e) No sistema eletrônico de votação, considera-se voto de legenda quando o eleitor assinala o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para aquele é computado o voto.

407 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta.

a) A ação de um partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e seu programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

b) A incorporação de um partido político por outro depende de prévia decisão judicial.

c) O partido político não pode definir sua estrutura e organização internas de acordo com os princípios do parlamentarismo.

d) É permitido ao partido político ministrar instrução militar, mas lhe é proibido utilizar-se de organização de natureza militar.



e) Um partido político pode adotar uniforme para seus membros.

408 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Ainda a respeito dos partidos políticos, assinale a opção incorreta.

a) A personalidade jurídica do partido político é adquirida na forma da lei civil.

b) Ter adquirido personalidade jurídica é condição suficiente para um partido poder participar de processo eleitoral, receber recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.

d) Com o registro do estatuto no TSE o partido assegura a exclusividade da sigla.

e) Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres.

409 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que se refere à filiação a partidos políticos, assinale a opção incorreta.

a) Só pode filiar-se a partido o eleitor que estiver em pleno gozo de seus direitos políticos.

c) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deve estar filiado ao respectivo partido pelo menos até 31 de dezembro do ano anterior ao da eleição.

d) Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

410 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal e com o Código Eleitoral, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para a maioria dos cidadãos com 18 anos ou mais de idade. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

I O alistamento e o voto são obrigatórios para os analfabetos.

II O voto não é obrigatório para quem tem 70 anos ou mais de idade.

III Adolescentes com idade entre 16 e 18 anos podem votar sem alistar-se em cartório eleitoral.

IV Estrangeiros e oficiais das forças armadas não podem alistar-se em cartório eleitoral.

V O Código Eleitoral exclui da obrigatoriedade de alistamento os inválidos.

Estão s apenas os itens

a) I e IV.

b) I e V.

c) II e III.

d) II e V.

e) III e IV.

411 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No Brasil, o voto é obrigatório, ressalvadas as exceções citadas na Constituição Federal e no Código Eleitoral. O eleitor que deixou de votar na última eleição e não justificou sua ausência está impedido de

I inscrever-se em concursos públicos.

II obter empréstimos de bancos públicos e privados.

III renovar a matrícula em universidade pública federal.

IV obter passaporte.

V ser proprietário de empresa comercial.

Constituem impedimentos apenas os itens

a) I, II e V.

b) I, III e IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e IV.

e) II, III e V.

412 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da repartição de competências entre os órgãos da justiça eleitoral, no sistema constitucional brasileiro, considerando as atribuições que o Código Eleitoral confere a cada órgão, julgue os itens subseqüentes.

I Cabe ao TSE julgar conflito de jurisdição entre juízes eleitorais de estados diferentes.

II Compete ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) julgar crimes eleitorais cometidos por juízes eleitorais.

III Compete ao TSE julgar recursos contra atos das juntas eleitorais.

IV Compete aos juízes eleitorais julgar crimes comuns conexos a crimes eleitorais.

V A expedição de títulos eleitorais é de competência do TRE.

Estão s apenas os itens D

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

413 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

I Na eleição para o cargo de senador, adota-se o princípio majoritário.

II Na eleição para vereador, elege-se o representante de cada distrito do município.

III Nas eleições para o cargo de deputado federal, a circunscrição é o país.

IV As eleições para governador e presidente da República ocorrem no mesmo dia.

V É admitida candidatura de pessoa sem filiação partidária.

Estão s apenas os itens

a) I e IV.

b) I e V.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e V.

414 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

I Os partidos adquirem personalidade jurídica na forma de leis administrativas.

II Partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

III Para concorrer às eleições, a pessoa deve estar filiada a um partido político um ano antes da data das eleições.

IV A perda dos direitos políticos implica o cancelamento da filiação.

V Aos partidos políticos é vedado receber auxílio pecuniário de entidade sindical.

Estão s apenas os itens

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

415 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Acerca do disposto na Lei n.º 9.504/1997, a que se refere o texto I, assinale a opção correta.

a) Nas eleições proporcionais, os votos em branco são computados como votos válidos.

b) O partido que não participa de coligação pode registrar candidatos às casas legislativas até 200% do número de lugares a preencher.

c) É vedada a utilização de edificações públicas pelos partidos políticos, em face do princípio da moralidade pública.

d) A idade mínima que a Constituição Federal estabelece como condição de elegibilidade tem como referência a data das eleições.

e) Caso o partido ou a coligação não requeira o registro do candidato no prazo legal, o próprio candidato pode fazer o registro nas 48 horas seguintes ao encerramento desse prazo.

416 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considerando a lei explicitada no texto I, assinale a opção correta.

a) A contribuição financeira de pessoa física a candidato é limitada a 1% dos seus rendimentos brutos no ano anterior à eleição.

b) Doação feita diretamente em conta-corrente de candidato pode ser efetuada por meio de cheque ao portador.

c) Antes de divulgar uma pesquisa, a empresa que a realizou deve registrar diversas informações junto à Justiça Eleitoral, como o nome de quem pagou pela realização do trabalho.

d) Aluguel de muro de uma residência para afixar propaganda eleitoral não é considerado gasto eleitoral do candidato.

e) É proibida a veiculação de toda e qualquer propaganda paga, inclusive na imprensa escrita.

417 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Acerca dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.

I A suspensão ou perda dos direitos políticos implica o cancelamento da inscrição do indivíduo como eleitor.

II O alistamento eleitoral é obrigatório para os brasileiros maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

III O militar em serviço ativo é inelegível, razão pela qual só pode ser candidato se se afastar em definitivo da atividade.

IV Como instrumentos da democracia direta, o plebiscito e o referendo podem ser realizados tanto mediante autorização do Congresso Nacional quanto por iniciativa popular.

Estão s apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) III e IV.

418 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Com respeito aos partidos políticos, à propaganda e ao processo eleitoral, assinale a opção correta.

a) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, assembléias legislativas e câmaras municipais até o dobro do número de lugares a preencher.

b) Os partidos políticos poderão, quando imprescindível, em face da absoluta carência de recursos de eleitores da zona rural, fornecer-lhes refeições, correndo, nessa hipótese, as despesas por conta do fundo partidário.

c) A propaganda eleitoral no rádio e na televisão deve restringir-se ao horário gratuito, vedada a veiculação de propaganda paga.

d) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas, por meio de resoluções, pela justiça eleitoral.

419 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Acerca da diplomação dos eleitos e dos recursos eleitorais, assinale a opção correta.

a) Tanto os candidatos eleitos como os respectivos suplentes receberão diploma no qual constará o nome do candidato, a legenda pela qual concorreu, o cargo para o qual foi eleito ou sua classificação como suplente.

b) Enquanto o TSE não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, o diplomado não poderá exercer o mandato em toda a sua plenitude.

c) Somente caberá recurso contra a expedição de diploma nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato e de errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional.

d) São preclusivos os prazos para interposição de recurso, mesmo quando nele se discute matéria constitucional.

420 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Quanto a financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, é correto afirmar que

a) qualquer eleitor poderá realizar gastos em apoio a candidato de sua preferência, nos valores e limites que julgar adequados, devendo o candidato favorecido prestar contas na forma disciplinada pela justiça eleitoral.

b) é permitido, a partido e a candidato, receber doação em dinheiro, ou estimável em dinheiro, de entidade de classe ou sindical, até a quantia equivalente a 1.000 UFIR.

c) comprovada a captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.

d) as prestações de contas dos candidatos, tanto às eleições majoritárias quanto às proporcionais, deverão ser feitas pelo próprio candidato.

421 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Com relação aos instrumentos de combate ao abuso de poder nas eleições, assinale a opção correta.

a) O prazo máximo para propositura da ação de impugnação de mandato eletivo é de trinta dias, contados da eleição.

b) A captação ilícita de sufrágio se configura quando se está diante de ato ocorrido entre a convenção partidária para escolha dos candidatos e o dia da eleição, inclusive.

c) É proibida a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

d) O recurso contra a expedição de diploma é cabível no prazo de quinze dias após a realização do pleito eleitoral.

422 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Assinale a opção correta acerca de tribunais e juízes eleitorais.

a) Das decisões dos TREs caberá recurso quando denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.

b) As decisões do TSE são irrecorríveis.

d) Os juízes dos tribunais eleitorais são vitalícios, somente podendo perder o cargo por meio de decisão judicial transitada em julgado.

423 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considerando a composição e as atribuições dos TREs, assinale a opção correta.

a) Os membros dos TREs são, todos eles, nomeados pelo presidente da República, entre cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo tribunal de justiça de cada estado da Federação.

b) Os TREs deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.

d) As decisões dos TREs são irrecorríveis, e, portanto, terminativas, quando versarem sobre expedição de diplomas em eleições estaduais.

424 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que se refere ao alistamento e aos serviços eleitorais, assinale a opção correta.

a) É facultado o alistamento, no ano anterior àquele em que se realizarem as eleições, do menor que completar 16 anos de idade até seis meses antes da data do pleito.

b) Identificada situação em que um mesmo eleitor tenha duas ou mais inscrições regulares, é facultado ao eleitor manifestar-se sobre a inscrição de sua preferência, devendo as outras ser canceladas pela autoridade judiciária.

c) As informações constantes do cadastro eleitoral são acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos do que estabelece resolução do TSE, ressalvadas as informações de caráter personalizado.

d) Detectada a duplicidade de inscrições eleitorais, o juiz eleitoral deverá determinar a regularização ou a suspensão da inscrição, independentemente de ela pertencer, ou não, à sua jurisdição.

425 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que concerne às normas acerca da composição e das atribuições das juntas eleitorais, assinale a opção correta.

- a) Os partidos e os candidatos têm o direito legal de, até dez dias antes da data do pleito, em petição fundamentada, impugnar as indicações dos membros que irão compor as juntas eleitorais.
- b) Os membros de diretórios de partidos políticos, estejam estes registrados no TSE ou não, só podem ser nomeados membros das juntas eleitorais se os respectivos nomes tiverem sido aprovados pelo TRE e, após isso, oficialmente publicados.
- c) As matérias de competência da junta eleitoral são decididas pelo juiz eleitoral que a preside, no exercício da jurisdição eleitoral.
- d) Depois de aprovação do TRE, os membros das juntas eleitorais serão nomeados pelo presidente daquele tribunal, a quem cumpre também designar-lhes a sede.

426 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das competências dos tribunais eleitorais, assinale a opção incorreta.

- a) Compete ao TSE julgar, originariamente, os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo estado.
- b) No desempenho de suas atribuições, o corregedor regional da Justiça Eleitoral poderá locomover-se para as zonas eleitorais, a requerimento de partido político, deferido pelo TRE.
- c) São irrecorríveis as decisões do TSE, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à CF e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.
- d) Não podem fazer parte do TSE cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se, nesse caso, o que tiver sido escolhido por último.

427 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Tendo em vista a disciplina legal sobre os partidos políticos, é correto afirmar que

- a) os partidos não podem estabelecer, em seus estatutos, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na legislação, com vistas a candidaturas a cargos eletivos.
- b) é vedado, aos partidos políticos, receber doações de pessoas jurídicas, quaisquer que sejam.
- c) o partido, a fim de evitar embaraços e disputas de natureza político-partidária, está impedido de examinar as prestações de contas dos demais partidos, sendo esta uma atribuição exclusiva da Justiça Eleitoral.
- d) dois ou mais partidos poderão, por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, fundir-se em um só ou incorporar-se um ao outro.

428 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considerando as normas atinentes ao título e ao cadastro eleitoral, assinale a opção correta.

- b) Como regra, e em atenção ao princípio da publicidade, os juízes e os tribunais estão autorizados a fornecer dados do cadastro de eleitores, pertencentes ou não à sua jurisdição.

c) Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data da emissão do título será a de preenchimento do requerimento.

d) Caso tenha sido removido ou transferido de seu local de trabalho, o servidor público civil ou militar pode obter a transferência de domicílio eleitoral independentemente da prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

429 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Quanto à restrição de direitos políticos e ao comparecimento às eleições, assinale a opção correta.

a) O eleitor que deixar de votar, por se encontrar no exterior na data do pleito, deverá justificar-se perante o juiz eleitoral em até 60 dias após a realização da eleição.

b) A regularização da situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante comprovação de haver cessado o seu impedimento.

c) O eleitor, mesmo que esteja quite com suas obrigações eleitorais, só poderá requerer a expedição de certidão de quitação na zona eleitoral em que é inscrito.

d) Não se admite, no Brasil, a perda dos direitos políticos, mas tão-somente a sua suspensão.

430 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Em relação às disposições do Código Eleitoral brasileiro acerca das eleições, assinale a opção correta.

a) No processo de apuração, compete aos juízes das zonas eleitorais determinar o quociente eleitoral e o partidário, bem como a distribuição das sobras.

b) Nenhuma autoridade poderá, desde três dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito.

d) Compete aos TREs fazer a apuração parcial das eleições para presidente e vice-presidente da República.

431 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Também fazem parte da composição do Superior Tribunal Eleitoral, através de nomeação do Presidente da República,

a) dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

b) dois juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

c) dois juízes dentre os Desembargadores dos Tribunais de Justiça do Estado.

d) dois juízes dentre juízes de direito de qualquer Estado da Federação.

e) três juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

432 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Superior Eleitoral

a) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes Eleitorais.

b) processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro de candidatos ao Senado Federal.



- c) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou negarem habeas-corpus e mandado de segurança.
- d) processar e julgar originariamente as impugnações à expedição de diploma na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- e) constituir na forma da lei as Juntas Eleitorais, bem como designar a respectiva sede e jurisdição.

433 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Obedecerá ao princípio da representação proporcional a eleição para

- a) o Senado Federal.
- b) a Câmara dos Deputados.
- c) Prefeito Municipal.
- d) Governador do Estado.
- e) Presidente da República.

434 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do registro de candidaturas, é correto afirmar:

- a) Os partidos políticos e coligações poderão solicitar à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até 6 meses antes do pleito.
- b) É permitido o registro de candidato para cargos diferentes por mais de uma circunscrição eleitoral.
- c) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data do registro da candidatura.
- d) Só os partidos políticos ou coligações poderão requerer o registro de seus candidatos, que não poderão, em nenhuma hipótese, fazê-lo diretamente.
- e) O candidato poderá ser registrado sem o prenome, ou com o nome abreviado, desde que a supressão não estabeleça dúvida quanto à sua identidade.

435 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os partidos políticos

- a) só adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) podem ter caráter estadual ou apenas municipal, se assim permitirem seus estatutos.
- c) podem funcionar livremente, mesmo que subordinados a entidades ou governos estrangeiros.
- d) têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e todos os seus filiados têm iguais direitos e deveres.
- e) são pessoas jurídicas de direito público interno e podem adotar uniforme e outros sinais identificativos para seus membros.

436 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

As credenciais de fiscais e delegados serão expedidas exclusivamente

- a) pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado onde a eleição se realizar.
- b) pelo Juiz Eleitoral da circunscrição onde a eleição se realizar.
- c) pelos partidos políticos ou coligações.
- d) pela Junta Eleitoral da circunscrição onde a eleição se realizar.
- e) pelas Mesas Receptoras de Votos da circunscrição onde a eleição se realizar.

437 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das convenções para escolha de candidatos, é que

- a) os órgãos superiores do partido não poderão anular, nos termos do respectivo estatuto, a deliberação e os atos de convenção partidária de nível inferior que se opuser às diretrizes estabelecidas pela convenção nacional.
- b) a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no prazo de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições.
- c) para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos não poderão usar gratuitamente prédios públicos, devendo obrigatoriamente fazê-lo em prédios de propriedade de particulares.
- d) para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, 6 meses antes do pleito.
- e) havendo fusão ou incorporação de partidos políticos, o prazo de domicílio eleitoral do candidato na respectiva circunscrição será considerado a partir da data da fusão ou incorporação.

438 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No sistema eletrônico de votação,

- a) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- b) caberá aos fiscais de partidos definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica.
- c) a urna eletrônica disporá de assinatura digital que permita o registro de cada voto e a identificação do eleitor que o digitou, posteriormente arquivado no Cartório Eleitoral.
- d) o Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.
- e) serão considerados nulos na votação para as eleições proporcionais os votos em que não seja possível identificar o candidato, ainda que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

439 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

NÃO podem alistar-se como eleitores, dentre outros, os

- a) brasileiros naturalizados.
- b) estrangeiros.
- c) analfabetos.
- d) maiores de 16 e menores de 18 anos.
- e) inválidos.

440 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere as afirmações abaixo.

I. Os candidatos não poderão ser detidos ou presos desde 15 dias antes das eleições, salvo o caso de flagrante delito.

II. A Força Pública permanecerá no interior do local de votação para policiamento e retirada de quem estiver praticando ato atentatório à liberdade eleitoral.

III. Se o eleitor não souber utilizar a urna eletrônica, o Presidente da Mesa poderá digitar os números dos candidatos por ele indicados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

441 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

As prestações de contas da campanha eleitoral

- a) mencionarão o valor das contribuições, doações e receitas recebidas pelo valor histórico e em ordem cronológica.
- b) só podem ser feitas pelo próprio candidato quando se tratar de candidatura à eleições majoritárias.
- c) devem ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias após a realização das eleições.
- d) devem ser encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral, se houver segundo turno, até 60 dias após a realização do pleito.
- e) podem ser feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato quando se tratar de candidatura à eleições proporcionais.

442 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Em termos eleitorais, as credenciais de delegados e fiscais

- a) podem ser dadas a pessoa menor de 18 e maior de 16 anos.
- b) serão expedidas pela Justiça Eleitoral.
- c) serão expedidas pelos Partidos ou coligações e rubricadas pelo Juiz Eleitoral.
- d) serão expedidas exclusivamente pelos Partidos ou coligações.
- e) podem ser dadas a membro de Mesa Receptora.

443 Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

As seções eleitorais poderão ser instaladas em

- a) propriedade rural privada gratuitamente cedida, desde que no local exista prédio público.
- b) propriedade rural privada gratuitamente cedida.
- c) prédio urbano particular gratuitamente cedido.
- d) propriedades pertencentes a autoridades policiais.
- e) propriedades pertencentes a parentes, desde que por afinidade, de delegados de partido.

444 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

No dia marcado para a eleição, a votação terá início às

- a) 7:00 horas, com a coleta dos votos dos eleitores de idade avançada, enfermos ou mulheres grávidas.
- b) 8:00 horas, colhendo-se inicialmente os votos dos membros da mesa
- c) 8:00 horas, colhendo-se inicialmente os votos dos fiscais dos partidos.
- d) 8:00 horas, mas podendo, a partir das 7:00 horas, ser colhidos os votos de candidatos, membros da mesa, fiscais dos partidos e autoridades.
- e) 8:00 horas, colhendo-se os votos dos candidatos e eleitores que já estiverem presentes no momento da abertura dos trabalhos.

445 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A votação

- a) encerrar-se-á impreterivelmente às 17:00 horas, não se admitindo prorrogação em nenhuma hipótese.
- b) prorrogar-se-á após às 17:00 horas, sem limitação de horário, para a coleta de votos de eleitores que nesse horário estiverem presentes e tiverem recebido senhas.
- c) ficará prorrogada até às 17:30 horas, se, no horário de encerramento, ainda existirem eleitores na fila.
- d) estender-se-á até às 18:00 horas, se, no horário de encerramento, ainda existirem eleitores na fila.
- e) poderá prolongar-se após às 17:00 horas, devendo ser colhidos em separado os votos dos eleitores que, nesse horário, estiverem na fila.

446 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os fiscais de partido poderão

- a) auxiliar o eleitor a votar, quando não souber digitar o número de seus candidatos na urna eletrônica
- b) permanecer no interior da cabine de votação, para zelar pela liberdade no exercício do voto.
- c) intervir no funcionamento da Mesa, quando reputar contrário às normas legais.
- d) ser nomeados para fiscalizar mais de uma seção eleitoral no mesmo local de votação.
- e) exigir prioridade na votação e votar antes das 8:00 horas do dia da eleição.

447 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A competência para processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de partidos políticos é

- a) do Superior Tribunal de Justiça.
- b) do Tribunal Regional Eleitoral.
- c) das Juntas Eleitorais.
- d) da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral.
- e) do Superior Tribunal Eleitoral.

448 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Se o eleitor digitar corretamente o número do Partido e prosseguir digitando número de candidato inexistente, o voto será

- a) computado alternadamente, para o candidato com o número mais próximo do digitado.
- b) considerado nulo.
- c) computado para a legenda.
- d) computado para o candidato mais votado do Partido.
- e) considerado em branco.

449 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A Mesa Receptora de votos será nomeada

- a) pela Junta Eleitoral.
- b) pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- c) pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- d) pelo Juiz Eleitoral.
- e) pela Corregedoria Regional da Justiça Eleitoral.

450 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

NÃO podem ser nomeados Presidentes e Mesários os

- a) diplomados em escola superior.
- b) agentes policiais.
- c) professores.
- d) serventuários da justiça.
- e) estudantes de direito.

451 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

Tício, advogado militante em Belo Horizonte, pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais por nomeação do

- a) Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- b) Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- e) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

452 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras atribuições,

- a) processar e julgar originariamente as impugnações à apuração do resultado geral na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, os resultados finais das eleições de membros do Congresso Nacional.
- c) aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais ou a criação de novas Zonas Eleitorais.
- d) aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos Juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) registrar e cassar o registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

453 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

Se, antes da realização do segundo turno das eleições para Governador de Estado, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de um dos dois candidatos que a disputam,

- a) considerar-se-á eleito o outro.

- b) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.
- c) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- d) far-se-á nova eleição com reabertura do prazo para registro de candidatos.
- e) far-se-á nova eleição entre os que participaram do primeiro turno.

454 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

A respeito do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos, é INCORRETO afirmar que

- a) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- b) a urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.
- c) serão computados para a legenda partidária, na votação para as eleições proporcionais, os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.
- d) será considerado voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.
- e) a urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade, garantida aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.

455 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

Dentre outras atribuições, compete à Junta Eleitoral

- a) designar, até sessenta dias antes das eleições, os locais das seções.
- b) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- c) instruir os membros das Mesas Receptoras sobre as suas funções.
- d) determinar a inscrição e a exclusão de eleitores.
- e) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

456 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

A atribuição de fiscalizar a execução da pena nos processos de competência da Justiça Eleitoral do Estado de Minas Gerais é inerente ao

- a) respectivo Juiz Eleitoral.
- b) Corregedor Regional Eleitoral.
- c) Procurador Regional Eleitoral.
- d) Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- e) correspondente Chefe de Cartório.

457 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A prova do domicílio para o alistamento eleitoral deve ser feita por meio de

- a) atestado de residência expedido pela Justiça Eleitoral.
- b) declaração do interessado, sob responsabilidade penal.
- c) atestado de residência expedido pela autoridade policial.
- d) declaração firmada por duas testemunhas.
- e) atestado expedido por qualquer órgão público.

458 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Quanto ao alistamento eleitoral, um chinês, com 40 anos de idade, casado com brasileira e com filhos nascidos no Brasil, poderá alistar-se

- a) apenas no caso de se naturalizar brasileiro.
- b) apenas um ano após ter-se naturalizado brasileiro.
- c) no caso de possuir visto de permanência válido.
- d) no caso de possuir Registro de Estrangeiro, mas não poderá ser candidato.
- e) independentemente de naturalização, tendo em conta o tempo em que se encontra no país e a existência de prole brasileira.

459 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada por ocasião do pedido de registro de candidatura, tendo por referência a data

- a) da convenção partidária que indicou o candidato.
- b) em que o pedido de registro foi protocolado.
- c) do pleito eleitoral.
- d) da posse.
- e) do último dia de prazo para registro de candidatura.

460 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Maria é delegada de polícia da capital do Estado e Joana é servidora pública estadual, exercendo o cargo de médica. Para se candidatarem à Assembléia Legislativa devem afastar-se de seus cargos no prazo de até

- a) 6 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.
- b) 4 meses antes do pleito.
- c) 4 meses e 6 meses antes do pleito, respectivamente.
- d) 4 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.



e) 3 meses antes do pleito.

461 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere as afirmações:

II. São inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, por crimes eleitorais, pelo prazo máximo de 2 anos após o cumprimento da pena.

III. São inelegíveis, para qualquer cargo, os Ministros de Estado até 6 meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.

Está correto APENAS o que se afirma em

a) I.

b) III.

c) I e II.

d) I e III.

e) II e III.

462 Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A diplomação dos candidatos eleitos é ato

a) correcional, da competência do Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.

b) administrativo, da competência do Juiz Eleitoral da circunscrição em que a eleição tiver se realizado.

c) jurisdicional típico, da competência dos órgãos colegiados da Justiça Eleitoral.

d) político, da competência do Juiz Eleitoral da circunscrição em que a eleição tiver se realizado.

e) administrativo, da competência do Ministério Público Eleitoral.

463 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Têm legitimidade para fiscalizar a diplomação dos candidatos eleitos APENAS

a) os Partidos Políticos, as coligações, os candidatos e o Ministério Público Eleitoral.

b) os candidatos e o Ministério Público Eleitoral.

c) os Partidos Políticos, as coligações e o Ministério Público Eleitoral.

d) o Ministério Público Eleitoral.

e) os Partidos Políticos, as coligações e os candidatos.

464 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Na Teoria Geral do Direito Eleitoral, tecnicamente, sufrágio é o

a) documento oficial onde se assinala a escolha de um candidato.

- b) instrumento por meio do qual se escolhe um candidato.
- c) modo de externar à Justiça Eleitoral a preferência por um candidato.
- d) poder ou direito de se escolher um candidato.
- e) ato de digitar na urna eletrônica o número do candidato escolhido.

465 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Para a composição de Tribunal Regional Eleitoral, a nomeação de 2 Juízes dentre 6 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça, será feita pelo

- a) Presidente da Assembléia Legislativa do respectivo Estado.
- b) Governador do respectivo Estado.
- c) Presidente do Senado Federal.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Presidente da República.

466 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Joaquim, brasileiro nato, com 19 anos de idade, em pleno exercício de seus direitos políticos, é filiado a partido político e alistado eleitoralmente. O cargo mais elevado ao qual poderá concorrer como candidato é o de

- a) Senador.
- b) Presidente da República.
- c) Vereador.
- d) Deputado Federal.
- e) Deputado Estadual.

467 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, considere as afirmações abaixo.

- I. A composição dos Tribunais Eleitorais é híbrida, integrando-os juizes de outros tribunais e juristas da classe dos advogados.
- II. Os substitutos dos juizes dos tribunais eleitorais serão escolhidos juntamente com os titulares, pelo mesmo processo e em número igual para cada categoria.
- III. As Juntas Eleitorais serão compostas por 3 ou 5 membros, os quais, por eleição e pelo voto secreto, escolherão seu presidente.

Esta correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II

- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) III

468 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais, dentre outros,

- a) os irmãos e o cônjuge dos candidatos.
- b) os membros do Ministério Público.
- c) as autoridades e agentes policiais.
- d) os primos dos candidatos.
- e) os que pertencerem ao serviço eleitoral.

469 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

- a) Deputado Estadual
- b) Deputado Federal.
- c) Vereador.
- d) Senador.
- e) Presidente da República.

470 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O filho do Presidente da Câmara Municipal

- a) pode candidatar-se a Prefeito desse Município, sem qualquer restrição.
- b) só pode candidatar-se a Prefeito desse Município se seu pai não tiver substituído ou sucedido o atual Prefeito eleito para o presente mandato.
- c) não pode candidatar-se a Prefeito pois a Constituição Federal impede a formação de oligarquia familiar no Governo do Município.
- d) só pode candidatar-se a Prefeito desse Município se não pertencer ao mesmo Partido Político do pai.
- e) só pode candidatar-se a Prefeito desse Município se seu pai afastar-se do cargo até 6 meses antes do pleito.

471 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O alistamento eleitoral e o voto são

- a) facultativos para os estrangeiros e para os analfabetos.

- b) obrigatórios para os analfabetos e facultativos para os estrangeiros.
- c) obrigatórios para os estrangeiros e facultativos para os analfabetos.
- d) facultativos para os maiores de 70 anos e obrigatórios para os analfabetos.
- e) facultativos para os analfabetos e para os maiores de 70 anos.

472 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do alistamento eleitoral é INCORRETO afirmar que

- a) os cegos alfabetizados pelo sistema Braille, que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.
- b) o empregado, mediante comunicação com 48 horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não superior a 2 dias, para o fim de alistar-se eleitor.
- c) o pedido de inscrição eleitoral só será admitido se o requerimento estiver instruído com carteira de identidade ou certidão de idade extraída do registro civil.
- d) no caso de indeferimento do pedido de alistamento eleitoral, o Cartório devolverá ao requerente, mediante recibo, as fotografias e o documento com o qual houver instruído o seu requerimento.
- e) o Ministério Público Eleitoral e os Partidos Políticos poderão fiscalizar o alistamento eleitoral.

473 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os Fiscais de Partido, durante o exercício das suas funções,

- a) poderão requisitar a presença de força pública no edifício onde funcionar a Mesa Receptora.
- b) poderão permanecer na cabina eleitoral, enquanto o eleitor estiver votando para zelar pela liberdade de escolha.
- c) poderão expedir salvo conduto em favor de eleitor que possa vir a sofrer coação na sua liberdade de votar.
- d) não poderão ser detidos ou presos por qualquer autoridade, salvo em caso de flagrante delito.
- e) não têm legitimidade para denunciar à Justiça Eleitoral a interferência do poder econômico em desfavor da liberdade do voto.

474 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da Votação e do Sistema Eletrônico de Votação é que

- a) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- b) todos os cidadãos qualificados pela Justiça Eleitoral, sem intermediários, têm o direito de escolher os titulares dos mandatos e dos cargos eletivos.

c) iniciada a votação pelo sistema eletrônico, não poderá, em nenhuma hipótese, ocorrer alteração para o sistema convencional de cédulas impressas.

d) a fiscalização da votação eletrônica pode ser exercida apenas pelo Ministério Público Eleitoral, pelos Partidos Políticos e pelas Coligações Partidárias.

e) nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, poderão nela votar o Presidente e os mesários da Mesa Receptora, ainda que seus nomes não constem da respectiva folha de votação.

475 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

a) creditado apenas à legenda.

b) considerado nulo.

c) considerado em branco.

d) creditado ao candidato de numeração mais próxima.

e) creditado ao candidato da mesma legenda que tiver obtido mais votos.

476 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A competência para diplomar os Prefeitos Municipais e os Deputados Federais eleitos, é, respectivamente,

a) das Câmaras Municipais e das Assembléias Legislativas.

b) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.

c) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Congresso Nacional.

d) das Juntas Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.

e) das Juntas Eleitorais e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

477 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

De acordo com a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que caberá recurso da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que

a) representar divergência na interpretação da lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.

b) for proferida contra expressa disposição de lei.

c) conceder habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.

d) versar sobre inelegibilidade ou expedição de diploma nas eleições estaduais.

e) decretar a perda de mandato eletivo federal ou estadual.

478 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Em cada Estado da Federação e no Distrito Federal haverá um Tribunal Regional Eleitoral, composto por Desembargadores do Tribunal de Justiça, Juízes de Direito, advogados e um

a) Juiz do Tribunal da Alçada, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista sêxtupla.

b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça, escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, mediante eleição e voto secreto.

c) representante do Ministério Público Estadual, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista sêxtupla.

d) representante do Ministério Público Federal, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista tríplice.

e) Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

479 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

José é brasileiro nato, tem 19 anos de idade, mora e estuda na Espanha desde os 14 anos de idade. João tem 21 anos, mas é analfabeto. Maria tem 18 anos, mas é inválida. O alistamento eleitoral é

a) obrigatório para José e facultativo para João e Maria.

b) facultativo para José, João e Maria.

c) facultativo para Maria e obrigatório para José e João.

d) obrigatório para José, João e Maria.

e) facultativo para João e obrigatório para José e Maria.

480 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Dentre as condições de elegibilidade NÃO se inclui

a) o domicílio eleitoral na circunscrição.

b) o alistamento eleitoral.

c) o pleno exercício dos direitos políticos.

d) a idade máxima de 70 anos.

e) a filiação partidária a pelo menos um ano antes do pleito.

481 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os analfabetos são inelegíveis

a) para qualquer cargo eletivo.

b) apenas para Presidente e Vice-Presidente da República.

c) para Governador e Vice-Governador de Estado, entre outros.

d) para Senador e Deputado Federal, entre outros.

e) para Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito, entre outros.

482 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere as afirmações:

I. A urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade.

II. No sistema eletrônico de votação, a fiscalização será exercida com exclusividade pelo Ministério Público Eleitoral.

III. A adoção do sistema de votação por cédulas convencionais poderá ser autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral quando ocorrer falha insanável do sistema eletrônico.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e III.

e) III.

483 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das garantias eleitorais,

a) apenas os candidatos têm legitimidade para denunciar responsáveis por abuso de poder de autoridade em desfavor da liberdade do voto.

b) o Ministério Público Eleitoral poderá expedir salvo conduto em favor do eleitor que sofrer violência física ou moral.

c) ocorrendo qualquer prisão, o preso ficará em cela especial e o fato será comunicado ao Juiz competente após o encerramento da votação.

d) os candidatos não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito, desde 15 dias antes das eleições.

e) a prioridade postal dos Partidos Políticos será excluída durante os 60 dias anteriores à realização das eleições.

484 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os Tribunais Regionais Eleitorais NÃO têm competência para apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, os resultados finais das eleições para

a) Prefeitos Municipais.

b) Governadores de Estado.

c) Vice-Governadores de Estado.

d) Deputados Federais.

e) Deputados Estaduais.

485 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A competência para expedição de diplomas aos eleitos para os cargos de Prefeito Municipal e Vereador é

a) do Corregedor-Geral Eleitoral.

b) do Superior Tribunal Eleitoral.

c) do Ministério Público Eleitoral.

d) dos Tribunais Regionais Eleitorais.

e) das Juntas Eleitorais.

486 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

a) só poderia agir dessa forma se fosse o Presidente da Mesa Receptora.

b) só poderia agir dessa forma se houvesse solicitação do eleitor.

c) agiu incorretamente, pois violou o sigilo do voto.

d) agiu com a, pois o eleitor estava embaraçando o processo de votação.

e) agiu com a, mas não poderá revelar o voto do eleitor a ninguém.

487 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Sobre a diplomação dos eleitos é INCORRETO afirmar que

a) é da competência dos órgãos colegiados da Justiça Eleitoral.

b) tem a natureza jurídica de ato administrativo.

c) os candidatos, Partidos e Coligações têm legitimidade para fiscalizá-la.

d) a sua fiscalização é plena, tanto quanto à forma quanto ao conteúdo.

e) será nula se realizada por autoridade judiciária incompetente.

488 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

NÃO pode servir como Escrivão Eleitoral, sob pena de demissão, aquele que, dentre outras situações,

a) já tenha sido candidato a qualquer cargo eletivo.

b) esteja ou tenha sido filiado a um partido político.

c) seja parente por afinidade, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo.

d) tenha um tio candidato a cargo eletivo na mesma circunscrição.

e) tenha um sobrinho candidato a cargo eletivo na circunscrição.



489 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A circunscrição eleitoral, nas eleições

- a) federais, é o País.
- b) municipais, é o Município.
- c) estaduais, é cada Município do Estado.
- d) presidenciais, é cada Estado do País.
- e) presidenciais e federais, é o País.

490 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Observe as afirmações abaixo:

Dentre outros casos, devem ser realizadas simultaneamente as eleições para

- I. Presidente da República e Deputados Estaduais.
- II. Deputados Federais e Vereadores.
- III. Senadores e Deputados Estaduais.
- IV. Governadores dos Estados e Vereadores.

São corretos APENAS

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

491 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O sigilo do voto é assegurado, dentre outros requisitos,

- a) pela requisição de força armada para garantia do pleito.
- b) pela indicação de mesários pelos partidos políticos.
- c) pelos fiscais e delegados dos partidos políticos junto às seções de votação.
- d) pelo isolamento do eleitor em cabine indevassável.
- e) por uma imprensa vigilante, livre e democrática.

492 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Valdir é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulus é Juiz Federal e Brutus é Desembargador de Tribunal de Justiça. Valdir, Paulus e Brutus, observados os demais requisitos legais quanto à escolha e forma de provimento, podem vir a fazer parte

a) de Tribunal Regional Eleitoral, de Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.

b) de Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.

c) do Tribunal Superior Eleitoral, de Tribunal Regional Eleitoral e de Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.

d) do Tribunal Superior Eleitoral.

e) de Tribunal Regional Eleitoral.

493 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das mesas receptoras de votos, é correto afirmar:

a) Cabe ao Tribunal Regional Eleitoral a nomeação dos integrantes das mesas receptoras.

b) As autoridades e os agentes policiais podem ser nomeados presidentes e mesários.

c) A nomeação dos integrantes das mesas eleitorais poderá ocorrer até trinta dias antes da eleição.

d) Os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça não podem ser nomeados mesários.

e) É constituída por um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente.

494 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A polícia dos trabalhos eleitorais cabe

a) à Polícia Federal.

b) ao presidente da mesa receptora e ao Juiz Eleitoral.

c) ao Exército Nacional.

d) às Polícias Militares de cada Estado.

e) às Guardas Civis Metropolitanas.

495 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere as proposições abaixo.

I. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais deverão ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições.

II. As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias deverão ser feitas pelo comitê financeiro e as dos candidatos às eleições proporcionais pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.

III. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação dos candidatos, tanto nas eleições majoritárias, como nas eleições proporcionais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I.

496 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Paulo foi eleito Senador; José foi eleito Deputado Federal e Pedro foi eleito Deputado Estadual. A expedição dos diplomas referentes aos cargos para os quais foram eleitos será feita pelo

- a) Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.
- b) Tribunal Regional Eleitoral, nos três casos.
- c) Tribunal Superior Eleitoral, nos três casos.
- d) Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral e Junta Eleitoral, respectivamente.
- e) Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e Junta Eleitoral, respectivamente.

497 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das garantias eleitorais, é correto afirmar que

- a) apenas os candidatos e partidos políticos têm legitimidade para denunciar interferência do poder econômico ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto.
- b) a pessoa presa, em qualquer hipótese, será recolhida ao cárcere e a prisão será comunicada ao juiz dentro de 24 horas, para verificação da legalidade do ato.
- c) os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito.
- d) deverá permanecer um policial federal, durante o ato eleitoral, no interior de cada Seção Eleitoral, para garantir a liberdade do exercício do direito de votar.
- e) a tropa da Força Pública do Estado, durante o ato eleitoral, deverá permanecer nas imediações dos edifícios em que funcionarem as mesas receptoras, para poder intervir em qualquer situação de emergência.

498 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que

- a) o local de votação é escolhido pelo juiz, não podendo o requerente manifestar sua preferência entre os estabelecidos para a zona eleitoral.

- b) o menor que completar 16 anos até a data do pleito não poderá alistar-se no ano em que se realizarem eleições.
- c) o brasileiro naturalizado pode alistar-se até dois anos depois de adquirida a nacionalidade brasileira.
- d) a prova da nacionalidade brasileira só pode ser feita por certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil.
- e) a apresentação de certificado de quitação do serviço militar é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

499 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

Os Tribunais Regionais Eleitorais dentre outras situações,

- a) são compostos por juízes escolhidos pelo Presidente da República dentre Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado e advogados.
- b) não têm caráter permanente e só são compostos por ocasião de cada eleição.
- c) têm a atribuição de diplomar os Prefeitos Municipais e Vereadores eleitos dentro dos respectivos Estados.
- d) elegerão seu Presidente e Vice-Presidente dentre os Desembargadores que o compõem.
- e) têm sede na capital de cada Região da Federação, podendo existir mais de um para cada Estado e para o Distrito Federal.

500 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

É que no sistema eleitoral brasileiro,

- a) o sufrágio não é universal, é indireto e o voto só é obrigatório para Presidente da República.
- b) adotar-se-á o princípio da representação proporcional para o Senado Federal.
- c) a eleição para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas obedecerá o princípio majoritário.
- d) o eleitor, no caso de comprovado e justificado impedimento, poderá votar por procuração.
- e) nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo Município.

501 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) encaminhará os autos à Corregedoria Regional.
- b) poderá instaurar a ação penal através de Portaria.
- c) estará obrigado a atender.
- d) remeterá os autos ao Tribunal Regional Eleitoral.
- e) notificará a vítima para oferecer ação penal privada subsidiária.

502 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

João é professor efetivo do Estado e Paulo é servidor de fundação mantida pelo Poder Público. Ambos desejam candidatar-se a Deputado Estadual. Para tanto, deverão afastar-se de seus cargos até

- a) 3 meses anteriores ao pleito.
- b) 4 meses anteriores ao pleito.
- c) 6 meses anteriores ao pleito.
- d) 3 meses e 4 meses anteriores ao pleito, respectivamente.
- e) 6 meses e 3 meses anteriores ao pleito, respectivamente.

503 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito da filiação partidária, é correto afirmar:

- a) Quem já é filiado a partido político e se filia a outro partido pode concorrer às eleições com duas legendas.
- b) O pleno gozo dos direitos políticos é necessário para o registro de candidatura e não para a filiação partidária.
- c) Para concorrer ao cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos seis meses antes da data fixada para as eleições.
- d) O Estatuto do partido não pode prever outras formas de cancelamento da filiação partidária além daquelas previstas em lei.
- e) Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.

504 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

Inclui-se dentre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoras eleitorais:

- a) nomear os aprovados em concursos públicos homologados até o início do prazo de três meses que antecedem o pleito.
- b) exonerar servidores públicos de cargos em comissão, bem como designar ou dispensar de funções de confiança.
- c) nomear servidores públicos para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselheiros de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- d) fazer pronunciamento em cadeia de rádio ou televisão, fora do horário eleitoral gratuito, quando não se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- e) transferir ou remover ex officio militares, policiais civis ou agentes penitenciários.

505 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

Quanto aos recursos oriundos do Fundo Partidário, os partidos políticos poderão aplicar, no pagamento de pessoal a qualquer título e na manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política,

- a) no mínimo 20% do total recebido e até o limite de 20% do total recebido, respectivamente.
- b) até o limite de 20% do total recebido e no mínimo 20% do total recebido, respectivamente.
- c) até o limite de 20% do total recebido.
- d) no mínimo 20% do total recebido.
- e) no mínimo 25% do total recebido e até o limite 25% do total recebido, respectivamente.

506 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito dos recursos em matéria eleitoral, considere as afirmativas abaixo.

I. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 3 (três) dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

II. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que denegarem habeas corpus ou mandado de segurança cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.

III. Denegado o Recurso Especial pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o recorrente poderá interpor, dentro de 10 (dez) dias, agravo de instrumento.

IV. O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral não poderá negar seguimento ao agravo de instrumento contra a decisão denegatória de Recurso Especial, ainda que interposto fora de prazo

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

507 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

O recurso contra a apuração

a) independe da indicação expressa de qual a eleição a que se refere, inclusive quando ocorrerem eleições simultâneas.

b) será admitido independentemente de ter ocorrido prévia impugnação, perante a Junta no ato da apuração, contra as nulidades argüidas.

c) interposto verbalmente ou por escrito, deverá ser fundamentado no prazo de 48 horas para que tenha seguimento.

d) deverá ser instruído com peças fornecidas pelo próprio recorrente, sendo vedado a instrução de ofício através da certidão da decisão recorrida.

e) não poderá ser interposto por fiscais e candidatos, uma vez que a legitimidade para a sua proposição é exclusiva dos partidos e das coligações.

508 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considere as afirmativas abaixo a respeito da impugnação de registro de candidatura.

I. Caberá a qualquer candidato e a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 10 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

II. A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de 7 dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la.

III. A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

IV. O impugnante poderá arrolar, até no máximo de 5 testemunhas, especificando os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

509 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

Nas eleições para Governador de Estado, as transgressões pertinentes ao abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto serão apuradas mediante

- a) procedimento ordinário de investigação judicial, realizado pelos Ministérios Públicos Estaduais.
- b) procedimento ordinário de investigação judicial, realizado pelos Corregedores Regionais Eleitorais.
- c) procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizado pelos Ministérios Públicos Estaduais.
- d) procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizado pelos Corregedores Regionais Eleitorais.
- e) inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Estadual em razão da representação de partido político ou candidato.

510 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

Em regra, as reclamações ou representações relativas ao descumprimento das normas estabelecidas na Lei no 9504/97 em eleições municipais podem ser feitas

- a) por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se aos Juízes Eleitorais.
- b) por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) apenas por partido político ou coligação e devem dirigir-se aos Juízes Eleitorais.

- d) apenas por partido político ou coligação e devem dirigir-se aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) apenas por candidato devidamente registrado e devem dirigir-se aos Tribunais Regionais Eleitorais.

511 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A competência para processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento de registro de candidatos a Senador é

- a) do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) das Juntas Eleitorais.
- c) da Corregedoria Regional Eleitoral.
- d) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) da Corregedoria-Geral Eleitoral.

512 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

O alistamento eleitoral é

- a) obrigatório para os estrangeiros naturalizados brasileiros e facultativo para os analfabetos e para os maiores de 70 anos.
- b) facultativo para os estrangeiros naturalizados brasileiros e para os analfabetos e obrigatório para os maiores de 70 anos.
- c) obrigatório para os analfabetos e maiores de 70 anos e facultativo para os estrangeiros naturalizados brasileiros.
- d) facultativo para os analfabetos, para os estrangeiros naturalizados brasileiros e para os maiores de 70 anos.
- e) facultativo para os analfabetos e obrigatório para os estrangeiros naturalizados brasileiros e maiores de 70 anos.

513 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É do Juiz Eleitoral a competência para designação dos membros das mesas receptoras de votos. Dentre outros, poderão ser nomeados Mesários

- a) parentes por afinidade de candidatos, até o segundo grau, inclusive.
- b) advogados e jornalistas pertencentes à própria Seção Eleitoral.
- c) membros de Diretórios de partido com função executiva.
- d) autoridades e agentes policiais.
- e) funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo.

514 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

As sobras de recursos financeiros de campanha serão



- a) obrigatoriamente, recolhidas aos cofres públicos, como renda da União, para custeio da Justiça Eleitoral.
- b) utilizadas pelos partidos políticos, no todo ou em parte, para financiar a propaganda partidária paga no rádio e na televisão.
- c) destinadas pelos partidos políticos, de forma integral e exclusiva a entidades beneficentes ou campanhas de combate à fome.
- d) utilizadas pelos partidos políticos, no todo ou em parte, para custear a respectiva organização e funcionamento.
- e) utilizadas pelos partidos políticos, de forma integral e exclusiva, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.

515 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do ato de votar, é correto afirmar que

- a) poderão votar fora das respectivas seções os candidatos a Prefeitos, em qualquer seção do Município, desde que dele sejam eleitores.
- b) poderá votar fora da respectiva seção o Presidente da República, que, nas eleições presidenciais, poderá votar em qualquer Seção Eleitoral do País.
- c) poderão votar fora das respectivas seções os Governadores, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual.
- d) nas seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação.
- e) poderão votar fora das respectivas seções os candidatos a Vereador, em qualquer seção do Município, desde que dele sejam eleitores.

516 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A apuração das eleições para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual compete

- a) ao Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- b) ao Tribunal Superior Eleitoral.
- c) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) aos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, e Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
- e) aos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.

517 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É que a diplomação

- a) tem natureza declaratória.

- b) tem natureza constitutiva.
- c) é ato administrativo.
- d) é ato de Corregedoria Eleitoral.
- e) tem natureza executiva.

518 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da fiscalização perante as Mesas Receptoras, é que podem permanecer na cabina de votação

- a) os candidatos e um fiscal de cada partido.
- b) os candidatos, um fiscal e um delegado de cada partido.
- c) o eleitor, durante o tempo necessário à votação.
- d) os candidatos e um delegado de cada partido.
- e) um fiscal e um delegado de cada partido.

519 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito das garantias eleitorais, considere:

- I. Os membros das Mesas Receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo no caso de flagrante delito.
- II. O eleitor não é parte legítima para pedir a abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.
- III. Aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante os 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

520 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Especialidade - Análise de Sistemas - Desenvolvimento

A respeito do sistema eletrônico de votação, considere as afirmativas abaixo.

- I. Considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.
- II. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

III. A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam a identificação da urna em que o voto foi registrado e do eleitor que o registrou.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

521 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Especialidade - Análise de Sistemas - Desenvolvimento

Concorreram à eleição para Presidente da República seis candidatos. O mais votado obteve 30 por cento dos votos válidos. Após o primeiro turno, o segundo mais votado faleceu e o terceiro mais votado desistiu. Nesse caso,

- a) far-se-á nova eleição entre os três candidatos restantes e o que ganhar disputará terceiro turno com o mais votado.
- b) o pleito será anulado e, após substituição do falecido e do que renunciou, far-se-á nova eleição.
- c) far-se-á nova eleição entre os quatro candidatos remanescentes independentemente da respectiva votação.
- d) convocar-se-á para o segundo turno, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- e) convocar-se-á para o segundo turno, dentre os remanescentes, o mais idoso.

522 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Especialidade - Operação de Computador

Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro de candidatos a

- a) Deputado Federal.
- b) Deputado Estadual.
- c) Prefeito Municipal.
- d) Senador.
- e) Presidente da República.

523 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Dentre outros, fazem parte da composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes

- a) entre seis advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.

b) escolhidos entre os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, escolhidos pelo Presidente da República.

c) escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto, entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

d) escolhidos entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e nomeados por livre escolha do Presidente da República.

e) federais, escolhidos pelos Tribunais Regionais Federais e nomeados pelo Presidente da República.

524 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Dentre outras atribuições, compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

a) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos cometidos pelos Juízes do próprio Tribunal Regional Eleitoral.

b) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes Eleitorais que concederem ou denegarem habeas corpus ou mandado de segurança.

c) fornecer aos que não votaram por motivo justificado um certificado que os isente das sanções legais.

d) processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e Juízes Eleitorais de Estados diferentes.

e) providenciar para a solução das ocorrências que se verificarem nas Mesas Receptoras.

525 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Durante ato eleitoral, a Força Pública

a) circulará pela seção eleitoral à paisana, procurando preservar a ordem pública, e a segurança dos eleitores e a liberdade de voto.

b) permanecerá nas proximidades da seção eleitoral e poderá aproximar-se do lugar da votação e nele penetrar em caso de solicitação de qualquer eleitor.

c) permanecerá nas proximidades da seção eleitoral e poderá aproximar-se do lugar da votação e nele penetrar em caso de solicitação de fiscais de Partido Político ou Coligações Partidárias.

d) conservar-se-á a 100 metros da seção eleitoral e não poderá aproximar-se do lugar da votação, ou nele penetrar, sem ordem do Presidente da Mesa.

e) fará o policiamento ostensivo, mantendo plantão dentro de cada seção eleitoral, com a finalidade de evitar "boca de urna" e zelar pela liberdade de escolha do eleitor.

526 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

No dia marcado para a eleição, o recebimento dos votos começará às 8:00 horas e terminará às 17:00 horas. Após esse horário, só poderão votar os eleitores que

a) chegarem ao local de votação no prazo de tolerância de 15 minutos, ainda que não tenham recebido senha.

b) tiverem recebido senha do Presidente e entreguem seus títulos à Mesa Receptora.

c) apresentarem justificativa ao Presidente da Mesa e por este aceita, ainda que não tenham recebido senha.

d) comprovarem residir em bairro distante do local de votação e tenham tido dificuldade de obter condução, ainda que não tenham recebido senha.

e) apresentarem atestado médico ao Presidente da Mesa, comprovando dificuldade de locomoção, ainda que não tenham recebido senha.

527 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Cada partido ou coligação poderá nomear dois fiscais junto a cada Mesa Receptora, funcionando um de cada vez, cujas credenciais serão expedidas

a) pela autoridade policial do local de votação.

b) pelo Juiz Eleitoral da circunscrição onde a eleição se realizar.

c) pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.

d) pelas Mesas Receptoras de votos de cada Seção Eleitoral.

e) exclusivamente pelos partidos políticos ou coligações.

528 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Considere:

I. Presidente da República.

II. Vice-Presidente da República.

III. Senador.

IV. Governador do Estado.

V. Vice-Governador do Estado.

VI. Deputado Federal.

VII. Deputado Estadual.

VIII. Prefeito Municipal.

IX. Vereador.

Compete ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral expedir os diplomas dos candidatos eleitos para SOMENTE os cargos indicados em

a) I, II, III e VI.

b) I, II, IV, V e VIII.

c) III, IV, V, VI e VII.

d) IV, V, VII, VIII e IX.

e) VI, VII, VIII e IX.

529 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos

a) quatro anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

b) quatro anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo ou que, nos oito anos anteriores, tenha integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

c) oito anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

d) oito anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo ou que, nos quatro anos anteriores, tenha integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

e) dez anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

530 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Mario foi diplomado como Governador do Estado de Sergipe. Seu mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de

a) dez dias contados da diplomação.

b) dez dias contados da publicação do resultado das eleições.

c) dez dias contados do deferimento do registro de sua candidatura.

d) quinze dias contados da diplomação.

e) quinze dias contados da publicação do resultado das eleições.

531 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

Considere as alternativas abaixo a respeito das representações da Lei no 9.504/97:

I. Na eleições Municipais, em regra, quando a circunscrição abranger mais de uma Zona Eleitoral, as representações devem dirigir-se ao Tribunal Regional Eleitoral.

II. Recebida a representação, a Justiça Eleitoral notificará imediatamente o representado para, querendo, apresentar defesa em quarenta e oito horas.

III. Transcorrido o prazo legal, apresentada ou não a defesa, o órgão competente da Justiça Eleitoral decidirá e fará publicar a decisão em vinte e quatro horas.

É correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) III.

c) I e II.

d) I e III.

e) II e III.

532 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

De acordo com as disposições legais e constitucionais vigentes, assinale a opção incorreta.

a) O Código Eleitoral contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos; precipuamente, os de votar e ser votado.

b) Diversamente do que ocorre com as leis em geral, compete ao TSE expedir instruções para a fiel execução do Código Eleitoral e das demais normas eleitorais.

d) Entre os que não podem alistar-se como eleitores, estão os analfabetos.

e) Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.

533 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

De acordo com os comandos constitucionais e legais aplicáveis ao direito eleitoral, assinale a opção incorreta.

c) Produção ou patrocínio de espetáculos ou eventos promocionais de candidatura e pagamento de cachê de artistas ou animadores de eventos relacionados a campanha eleitoral são exemplos de gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites legais.

534 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

e) Liliane poderia votar em 23 de outubro, desde que obtivesse o título de eleitor, que teria plena validade desde a data de emissão.

535 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

a) A Constituição Federal admite a fusão de partidos políticos sem restrições, já que o pluripartidarismo é um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

b) O novo partido que surgir da fusão das legendas mencionadas no texto adquirirá personalidade jurídica quando registrar seu estatuto no TSE.

c) A estrutura interna do novo partido político que advier da fusão mencionada no texto será definida de modo padronizado pela justiça eleitoral.

d) As normas disciplinares do novo partido político serão definidas em resolução específica do TSE, se a legenda resultante da fusão tiver abrangência nacional.

e) O novo partido político resultante da fusão referida no texto não pode ter finalidade paramilitar.

536 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Especialidade - Contabilidade

Acerca do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que é composto por sete juízes, assinale a opção correta.

a) O TSE, pelo voto secreto, elege três juízes entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dois entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

b) O presidente da República nomeia dois juizes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo TSE.

c) Não podem fazer parte do TSE cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau.

d) A nomeação dos juizes escolhidos entre os advogados poderá recair em cidadão que ocupe cargo de ministro de Estado, mas o nomeado não poderá exercer mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.

e) O TSE elegerá seu presidente entre os ministros do Supremo Tribunal Federal; o vice-presidente, entre os ministros do STJ; e o corregedor eleitoral, entre seus membros.

537 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Especialidade - Contabilidade

b) As eleições de âmbito municipal, vale dizer, para prefeito, vice-prefeito e vereador, são realizadas simultaneamente.

c) O candidato a presidente ou a governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, será considerado eleito.

e) O partido que, até um ano antes do pleito, não tenha registrado seu estatuto no TSE, ou não tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, não poderá participar das eleições.

538 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Especialidade - Contabilidade

Acerca do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, regulado pela Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção correta.

a) A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico. Em caráter excepcional poderão ser utilizadas cédulas oficiais e este procedimento será autorizado pelo TRE.

b) A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado.

c) A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.

d) Caberá à justiça eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica, garantida a partidos políticos, coligações e candidatos ampla participação.

e) Compete ao TRE disciplinar a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.

539 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

a) O registro da candidatura de Júlio deverá ser requerido ao TRE-DF.

b) Os registros de Paulo e Manoel far-se-ão concomitantemente com o registro de Júlio.

c) O partido político de Júlio deverá requerer seu registro até o dia 5 de julho do ano da eleição.

d) No ato do registro da candidatura, Júlio passará automaticamente para a inatividade.

540 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária



- a) Os fundadores do PPEN devem ser domiciliados em, no mínimo, nove unidades federativas do Brasil, a fim de formularem pedido de requerimento do partido no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- b) O registro do estatuto do PPEN no Registro Civil das Pessoas Jurídicas assegura a exclusividade de sua denominação, sua sigla e seus símbolos em âmbito nacional.
- c) Para concorrer ao cargo de deputado federal, Ivan deve filiar-se ao PPEN pelo menos um ano antes da data das eleições.
- d) Se, na forma de seu estatuto, o PPEN se fundir com outro partido, será cancelado seu registro perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

541 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) Qualquer cidadão, no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, mediante petição fundamentada, sobre a qual decidirá o juiz eleitoral competente.
- b) Para candidatar-se ao cargo eletivo, Aníbal deveria ter-se afastado do cargo de delegado de polícia nos seis meses anteriores ao pleito eleitoral.
- c) Compete ao TRE-MG conhecer e decidir eventual argüição de inelegibilidade contra o registro da candidatura de Aníbal.
- d) Breno encontra-se impedido de impugnar o registro da candidatura de Aníbal.

542 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) As doações à campanha de Ametista, feitas por pessoas físicas, deverão ser limitadas a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição.
- b) O partido político de Ametista deverá comunicar ao respectivo TRE os valores máximos de gastos com sua campanha, no ato do pedido de registro da candidatura.
- c) Despesas com o transporte ou deslocamento de Ametista, quando em campanha, são consideradas gastos eleitorais.
- d) Ametista é a única responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha.

543 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Um indivíduo, ao integrar uma junta eleitoral na qualidade de cidadão de notória idoneidade,

- a) ocupa cargo público de natureza especial.
- b) ocupa cargo público temporário.
- c) ocupa cargo público honorífico.
- d) não ocupa cargo público.

544 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Assinale a opção correta quanto às normas atinentes ao título eleitoral disciplinadas na Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

- a) O título eleitoral deve ter as dimensões de 10 cm × 5 cm e ser impresso nas cores preto, verde e azul, em frente e verso.
- b) O título eleitoral pode ser emitido por computador ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que conste o nome do eleitor, sua data de nascimento e a seção eleitoral onde vota.
- c) O servidor da justiça eleitoral pode entregar o título eleitoral diretamente ao eleitor ou a qualquer parente consanguíneo ou afim até o segundo grau.
- d) Até a data de sua emissão, o título eleitoral faz prova de quitação do eleitor para com a justiça eleitoral.

545 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Tomando como parâmetro inicial a situação apresentada e com fulcro na disciplina normativa da Resolução do TSE n.º 21.538/2003, assinale a opção incorreta.

- a) Um dos objetivos do batimento levado a efeito pela justiça eleitoral é expurgar possíveis duplicidades ou pluralidades de inscrições eleitorais.
- b) A inscrição de Eleonor deverá ser submetida a apreciação e decisão de autoridade judiciária.
- c) Caso seja requerido por Eleonor, a autoridade judiciária deverá deferir pedido de segunda via de título eleitoral.
- d) Verificada a inscrição em duplicidade, Eleonor deverá ser notificada para regularizar sua situação eleitoral.

546 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Ainda tomando como parâmetro inicial a situação apresentada e com fulcro na disciplina normativa da Resolução do TSE n.º 21.538/2003, assinale a opção correta.

- a) Decisão quanto à duplicidade da inscrição de Eleonor, na esfera administrativa, deverá ser proferida pelo TRE.
- b) Sendo de sua competência, o corregedor-geral poderá se pronunciar quanto ao caso de duplicidade envolvendo a inscrição de Eleonor.
- c) Na esfera penal, caberá ao delegado de polícia competente decidir sobre questões relativas a duplicidades.
- d) As decisões relativas às duplicidades detectadas deverão ser proferidas no prazo máximo de 180 dias, contados da data da realização do respectivo batimento.

547 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

- a) Se o Ministério Público considerar que houve indício de ilícito penal eleitoral, por parte de Fernando, deverá remeter os autos à Polícia Civil do Estado de Goiás.
- b) Não sendo apurada a ocorrência de ilícito penal eleitoral, os autos deverão ser arquivados na zona eleitoral onde Fernando encontra-se regularmente inscrito.
- c) O servidor da justiça eleitoral envolvido em caso de inscrição irregular será, juntamente com o eleitor, responsabilizado civil, penal e administrativamente, conforme o caso.

d) Tendo tomado conhecimento de alistamento eleitoral irregular, qualquer eleitor poderá dirigir-se formalmente ao juiz eleitoral competente, noticiar o fato e indicar as provas.

548 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Por trabalhar em empresa multinacional, Neide foi convocada para desempenhar suas funções e residir em Portugal. Em razão disso, o Estado português outorgou a ela o gozo de direitos políticos naquele país.

Tendo como motivação inicial a situação apresentada, assinale a opção correta acerca das normas da Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

a) A outorga a Neide de gozo de direitos políticos em Portugal implica a perda de seus direitos políticos no Brasil.

b) A autoridade judiciária eleitoral que tomar conhecimento da outorga de direitos políticos a Neide em Portugal deverá requerer a imediata instauração de processo administrativo contra esta, para apurar eventual irregularidade.

c) O TSE deverá ser comunicado da outorga dos direitos políticos a Neide em Portugal.

d) Para que Neide possa regularizar sua situação eleitoral no Brasil, quando decidir restabelecer seu domicílio neste país, deverá comprovar a cessação do impedimento, mediante ação judicial proposta para esse fim específico.

549 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Com referência à Resolução do TSE n.º 21.538/03 e à situação hipotética descrita acima, assinale a opção incorreta.

a) A transferência do domicílio de Tenório para Florianópolis - SC não será deferida, em virtude de ter transcorrido menos de 1 ano da última transferência.

b) Tenório não terá êxito na transferência de seu domicílio eleitoral se solicitá-la dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição.

c) É requisito para qualquer pedido de transferência de domicílio eleitoral prova de quitação com a justiça eleitoral.

d) Os requisitos para transferência de domicílio eleitoral são os mesmos para todo cidadão brasileiro.

550 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Acerca da revisão de eleitorado disciplinada pela Resolução do TSE n.º 21.538/2003 e considerando a situação hipotética apresentada no texto, assinale a opção correta.

a) O TSE não pode determinar revisão de eleitorado de ofício.

b) Em regra, as revisões de eleitorado não devem ocorrer em ano eleitoral.

c) Os postos de revisão criados pelos juízes eleitorais funcionam pelo período máximo de duas horas diárias.

d) A revisão de eleitorado é presidida por escrutinador nomeado pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão.

551 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Ainda acerca da revisão de eleitorado disciplinada pela Resolução do TSE n.º 21.538/2003 e considerando a situação hipotética apresentada no texto, assinale a opção incorreta.

- a) Na hipótese em apreço, os procedimentos de revisão do eleitorado devem ser iniciados no prazo máximo de 60 dias a contar de 5 de maio, data de aprovação da revisão.
- b) Convocados, os eleitores deverão fazer prova de suas identidades pessoalmente.
- c) Os partidos políticos deverão ser informados do procedimento de revisão, sendo-lhes facultado o acompanhamento e a fiscalização desse procedimento.
- d) A fim de levar a efeito os trabalhos de revisão, o juiz eleitoral competente poderá requisitar a utilização de instalações de prédios públicos.

552 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Assinale a opção correta no tocante à disciplina normativa relativa aos juízes eleitorais.

- a) Os juízes eleitorais são designados pelo TSE para presidir as zonas eleitorais.
- b) Todos os mandados de segurança em matéria eleitoral devem ser processados e julgados pelos juízes eleitorais de primeira instância.
- c) Os juízes de direito não podem atuar como juízes eleitorais por período superior a dois biênios consecutivos.
- d) Os juízes eleitorais despacharão quinzenalmente nas zonas eleitorais que jurisdicionam.

553 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Assinale a opção incorreta em relação aos órgãos da justiça eleitoral.

- a) São órgãos da justiça eleitoral as juntas eleitorais.
- b) O TSE será composto por sete ministros, dos quais três serão do STF e dois, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- c) Os TREs elegerão seus presidentes entre os seus desembargadores.
- d) Compete ao TSE processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do mesmo estado.

554 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Assinale a opção incorreta no que pertine aos documentos produzidos pela justiça eleitoral, conforme a disciplina normativa da Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

- a) Na folha de votação, emitida pela justiça eleitoral, deverá constar apenas o nome dos eleitores com inscrições regulares ou liberadas, em ordem alfabética.
- b) Ao votar, o eleitor receberá o comprovante de comparecimento (canhoto), que deverá conter seu nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, endereço residencial, referência a data e turno de votação.
- c) Os formulários utilizados pelos cartórios e tribunais eleitorais serão conservados em cartório por prazos determinados.

d) A folha de votação será conservada em cartório pelo prazo de oito anos.

555 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Em domingo de eleição, Hilário se encontrava na África. No ano seguinte, retornou ao Brasil no dia 20 de janeiro e até o dia 3 de julho ainda não havia apresentado justificativa do não-comparecimento à eleição.

Tomando como motivação inicial a situação apresentada, assinale a opção correta acerca das disposições da Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

- a) Hilário deveria ter apresentado a justificativa do nãocomparecimento à eleição até o dia 19 de fevereiro do ano em que retornou ao Brasil.
- b) Eventual pedido de Hilário, de justificativa do nãocomparecimento à eleição, deverá ser endereçado ao presidente do TSE.
- c) O indeferimento do pedido de justificativa de Hilário é passível de recurso e, nesse caso, a justiça eleitoral não poderá aplicar qualquer penalidade ao eleitor faltoso.
- d) Será cancelada a inscrição de Hilário se ele se abster de votar em duas eleições consecutivas sem apresentar justificativa nos termos da lei.

556 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Acerca dessa situação hipotética e da Resolução n.º 21.538/2003, assinale a opção incorreta.

- a) O alistamento eleitoral de Flávia será facultativo, quanto ao pleito de 2010.
- b) Se Luiz requerer seu alistamento eleitoral até o centésimo quinquagésimo primeiro dia anterior às eleições de 2010, não pagará multa.
- c) Se Flávia requerer seu alistamento eleitoral em 2010, o seu título somente surtirá seus efeitos quando ela completar 16 anos e ela poderá votar nas eleições de 2010.
- d) Se José, por seus estudos, deixar de ser analfabeto, deverá requerer seu alistamento eleitoral, no prazo máximo de 1 ano, sob pena de pagamento de multa.

557 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

Aos setenta anos de idade, um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) aposentou-se, deixando, desse modo, o cargo de desembargador do respectivo TRE.

Acerca da situação acima apresentada e das disposições da Lei n.º 4.737/1965, assinale a opção correta.

- a) O TJPA deverá organizar lista tríplice, que será enviada ao TRE, com as indicações de substitutos ao cargo de desembargador desta Corte eleitoral.
- b) A referida lista poderá conter nomes de membros do Ministério Público estadual.
- c) Os partidos poderão impugnar qualquer indicação constante da lista tríplice e, se julgada procedente a impugnação, a lista será devolvida ao tribunal de origem para complementação.
- d) O filho do primo de um dos desembargadores que compõem o TRE não poderá ser nomeado desembargador deste mesmo tribunal, em virtude de seu grau de parentesco.

558 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

- a) João não poderá ser nomeado escrivão eleitoral, para a circunscrição em que Jorge tiver registrado sua candidatura.
- b) Na falta do juiz eleitoral para julgar o requerimento de João, caberá ao juiz federal o julgamento.
- c) É da competência do escrivão eleitoral mandar organizar, em ordem alfabética, a relação dos eleitores de cada seção, para remessa à mesa receptora.
- d) É da competência do juiz eleitoral conceder transferência de eleitor.

559 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com referência à Resolução do TSE n.º 21.538/03 e à situação hipotética descrita acima, assinale a opção incorreta.

- a) A transferência do domicílio de Tenório para Florianópolis - SC não será deferida, em virtude de ter transcorrido menos de 1 ano da última transferência.
- b) Tenório não terá êxito na transferência de seu domicílio eleitoral se solicitá-la dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição.
- c) É requisito para qualquer pedido de transferência de domicílio eleitoral prova de quitação com a justiça eleitoral.
- d) Os requisitos para transferência de domicílio eleitoral são os mesmos para todo cidadão brasileiro.

560 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

- a) O voto de Cirilo é facultativo, mas o de Carl é obrigatório.
- b) Cirilo não poderá candidatar-se a cargo eletivo.
- c) Carl somente poderá candidatar-se a cargo eletivo se for domiciliado no Brasil há mais de quinze anos.
- d) Cidadania é o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a um determinado Estado.

561 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

Constitui hipótese de suspensão dos direitos políticos o(a)

I cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado.

II superveniente incapacidade civil absoluta.

III perda da nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra.

IV condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os efeitos da condenação.

A quantidade de itens s é igual a

- a) 1.
- b) 2.

c) 3.

d) 4.

562 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

Luana tomou posse no cargo de juíza há cerca de seis meses e já foi designada para presidir zona eleitoral em Porto Alegre - RS. Com referência a essa situação hipotética e às normas que regem a justiça eleitoral, assinale a opção correta.

a) O exercício do cargo de juiz eleitoral requer exclusividade, não sendo possível acumular as funções jurisdicionais anteriormente exercidas com as da justiça eleitoral.

b) Não é possível que juiz em estágio probatório assuma funções de juiz eleitoral.

c) Para presidir zona eleitoral em Porto Alegre - RS, é necessário que Luana seja juíza federal.

d) É competência do juiz eleitoral expedir títulos eleitorais.

563 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

Emerson, que foi designado para compor junta eleitoral no município de seu domicílio, é candidato ao cargo de vereador. Acerca dessa situação hipotética e da disciplina normativa das juntas eleitorais, assinale a opção incorreta.

a) Emerson não poderá participar da junta eleitoral, por expressa vedação legal.

b) Caso Emerson seja eleito ao cargo de vereador, caberá à junta eleitoral expedir o competente diploma.

c) As juntas eleitorais são órgãos colegiados de 2.<sup>a</sup> instância da justiça eleitoral.

d) O presidente da junta eleitoral deverá ser sempre um juiz de direito.

564 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

a) Ao requerer a alteração de seu domicílio eleitoral, Edna deverá comprovar residência por, no mínimo, três meses em Salvador.

b) Se Edna não comprovar a quitação com a justiça eleitoral, o juiz eleitoral em Salvador arbitrará o valor de multa a ser paga.

c) Aos partidos políticos é vedado o exame dos documentos relativos aos pedidos de transferência de eleitores.

d) Ao promover a alteração do domicílio eleitoral de Edna, o servidor da justiça eleitoral consignará no registro próprio a operação 5 - revisão.

565 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

a) dois juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

b) dois juízes, dentre Ministros do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto.

c) um representante do Ministério Público Estadual indicado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado.

- d) um representante do Ministério Público Federal indicado pela Procuradoria-Geral da República.
- e) um representante dos Partidos Políticos indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

566 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Os eleitores que chegarem ao local de votação após as 17:00 horas só poderão votar se

- a) apresentarem ao Presidente da Mesa justificativa que este considerar grave e relevante.
- b) apresentarem ao Presidente da Mesa declaração firmada por dois médicos, atestando impossibilidade transitória de locomoção.
- c) o atraso não exceder de minutos, prazo de tolerância recomendado pelos usos e costumes.
- d) tiverem recebido senha do Presidente e entregue seus títulos à Mesa Receptora.
- e) demonstrem, mediante prova de residência, que moram em bairro com notória dificuldade de transporte coletivo.

567 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da polícia dos trabalhos eleitorais, é correto afirmar que

- a) a Polícia Militar poderá ingressar no lugar da votação em caso de solicitação de fiscais de partidos políticos.
- b) a Polícia Militar poderá ingressar no lugar da votação em caso de solicitação de qualquer eleitor.
- c) cabe ao Presidente da Mesa Receptora e ao Juiz Eleitoral.
- d) a Polícia Militar permanecerá concentrada a cem metros do local de votação, mas alguns policiais circularão pela seção eleitoral.
- e) dentro de cada prédio onde ocorrer votação haverá um plantão policial para orientar os eleitores e manter a ordem dos trabalhos.

568 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Do despacho do Juiz Eleitoral que indeferir o requerimento de inscrição

- a) caberá recurso pelo partido que requereu a inscrição do eleitor.
- b) não caberá recurso.
- c) caberá recurso interposto por qualquer delegado de partido.
- d) caberá recurso pelo partido político a que pertenceria o alistando.
- e) caberá recurso interposto pelo alistando.

569 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da prestação de contas das campanhas eleitorais, considere:



I. Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá ser encaminhada à Justiça Eleitoral, para recolhimento ao Fundo Partidário.

II. A documentação concernente a suas contas será conservada pelos candidatos e partidos até cento e oitenta dias após a diplomação, ainda que esteja pendente processo judicial a elas referente.

III. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

570 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito dos lugares de votação,

- a) da decisão do Juiz Eleitoral sobre a reclamação quanto à designação dos lugares de votação não cabe nenhum recurso.
- b) dar-se-á preferência aos edifícios particulares, recorrendo-se aos edifícios públicos se faltarem aqueles em número e condições adequadas.
- c) da designação do lugar de votação poderá qualquer partido reclamar ao Juiz Eleitoral dentro de 10 dias contados da publicação.
- d) a propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para funcionar como lugar de votação.
- e) é permitida a instalação de Mesas Receptoras em propriedade pertencente a candidato, se não houver reclamação no prazo de 10 dias.

571 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Um eleitor entra na cabina de votação acompanhado de outra pessoa que irá auxiliá-lo a digitar os números dos candidatos. Esse procedimento

- a) não é permitido, porque implicaria em quebra do sigilo do voto.
- b) é permitido se o eleitor for cego.
- c) é permitido se o eleitor estiver gravemente enfermo.
- d) só é permitido se a pessoa que o acompanhar for mesário.
- e) só é permitido se for analfabeto.

572 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Considere:

- I. Cassação de registro de partidos políticos.
- II. Constituição das Juntas Eleitorais e designação da respectiva sede e jurisdição.
- III. Divisão da Zona em Seções Eleitorais.

Tais atribuições se inserem, dentre outras, na competência

- a) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Juízes Eleitorais e dos Juizes Eleitorais, respectivamente.
- b) do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Juizes Eleitorais, respectivamente.
- e) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Juizes Eleitorais, respectivamente.

573 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

NÃO deverão ser instaladas Seções onde haja pelo menos 50 eleitores, se se tratar de

- a) institutos para cegos.
- b) estabelecimentos de internação coletiva.
- c) prédio público localizado em propriedade rural privada.
- d) leprosários.
- e) vilas e povoados.

574 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Paulo foi eleito Senador; Pedro foi eleito Deputado Federal; e Plínio ficou na condição de Suplente de Deputado Estadual. Nesse caso,

- a) os diplomas de Paulo e Pedro serão expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e Plínio não receberá diploma.
- b) os diplomas de Paulo, Pedro e Plínio serão expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- c) os diplomas de Paulo, Pedro e Plínio serão expedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) o diploma de Paulo será expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral e os de Pedro e Plínio pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
- e) o diploma de Paulo será expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral, o de Pedro pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e Plínio não receberá diploma.

575 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

Os presidentes de mesas receptoras de votação ocupam cargos públicos comissionados de provimento temporário.

576 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

Os votos em branco e os votos nulos não têm qualquer influência na definição dos resultados de um pleito eleitoral.

577 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

O referido candidato tem direito a conhecer a identidade do policial que efetuou a sua prisão.

578 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

Essa prisão foi ilegal, pois candidatos não podem ser presos durante a realização de eleições.

579 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

580 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É proibido que candidato a deputado federal receba contribuição de sindicato para o custeio de sua campanha eleitoral.

581 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Existem partidos políticos municipais, estaduais e nacionais, sendo que os primeiros somente podem registrar candidatos a eleições para vereador e prefeito.

582 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Moacir é analfabeto e tem vinte anos de idade. Nessa situação, é vedado a Moacir eleger-se vereador na cidade onde mora.

583 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do alistamento, é INCORRETO afirmar que

a) do despacho que deferir o requerimento de inscrição caberá recurso por parte de qualquer delegado de partido.

b) a restituição de qualquer documento não poderá ser feita antes de despacho do pedido de alistamento pelo Juiz Eleitoral.

c) do despacho que indeferir o requerimento de inscrição caberá recurso interposto pelo alistando.

d) a entrega do título far-se-á ao próprio eleitor, mediante comprovante de recolhimento da taxa de 1/4 do salário mínimo em estabelecimento bancário oficial.

e) é obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor após a expedição do seu título.

584 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito da filiação partidária,

a) o estatuto do partido não pode prever outras formas de cancelamento da filiação partidária além dos casos previstos em lei.

b) considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária com o atendimento das regras estatutárias do partido.

c) constatada a dupla filiação, será considerada nula a filiação partidária mais antiga.

d) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos há seis meses antes da data do pleito.

e) o eleitor que não estiver no pleno gozo de seus direitos políticos pode filiar-se a partido, mas não pode concorrer a cargo eletivo.

585 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa

O requerimento do registro de partido político dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal, deve ser subscrito por seus fundadores, em número nunca inferior a

a) cinqüenta, com domicílio eleitoral em todos os Estados da Federação.

b) duzentos, com domicílio eleitoral em, no mínimo, a metade dos Estados.

c) cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.

d) quinhentos, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um quarto dos Estados.

e) dez por cento dos votos válidos da última eleição para Presidente da República.

586 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Aos magistrados do TRE/AL é vedado dedicar-se a atividade político-partidária.

587 Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Ao TRE/AL é vedado decidir pela inconstitucionalidade de norma de direito eleitoral, pois cabe a ele aplicar as leis sem questionar a sua validade.

588 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Compete ao TRE/AL apreciar tanto o pedido de registro da candidatura de Adriana quanto o pedido de impugnação feito pelo partido Alfa.

589 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Caso permaneça com dupla filiação, Adriana não poderá candidatar-se, porque ambas as filiações serão consideradas nulas para todos os efeitos.

590 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Antes do deferimento de seu registro como candidata, Adriana não poderia ser sujeito ativo de crime eleitoral, pois apenas candidatos devidamente registrados podem ser sujeitos ativos desse tipo de crime.

591 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

João é agente policial. José desempenha cargo de confiança do Executivo. Paulo pertence ao serviço eleitoral. Pedro é advogado militante na região. Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais, APENAS

- a) Paulo.
- b) Paulo e Pedro.
- c) João e Paulo.
- d) José e Pedro.
- e) Pedro.

592 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

O Partido Político "X" formulou requerimento de registro do candidato Luiz, indicado na respectiva convenção, para o cargo de Deputado Estadual, mas este, 45 dias antes do pleito, veio a falecer. Nesse caso, o Partido Político

- a) poderá substituir o candidato Luiz, desde que obedeça o critério de escolha previsto no estatuto do partido.
- b) poderá substituir o candidato Luiz por qualquer outro filiado que preencha os demais requisitos legais para registro de candidatura.
- c) não poderá substituir o candidato Luiz porque o falecimento ocorreu em prazo inferior a 60 dias antes do pleito.
- d) só poderá substituir o candidato Luiz se o nome do substituto for aprovado em outra convenção partidária.
- e) poderá substituir o candidato Luiz por outro filiado indicado na respectiva convenção partidária e que não tenha completado a documentação necessária em tempo de formular o pedido de registro.

593 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

Em relação à coligação, é correto afirmar que

- a) cada partido integrante da coligação será representado perante o Tribunal Regional Eleitoral por um único delegado por ele nomeado.
- b) na chapa da coligação não poderão inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.
- c) a coligação não funciona como partido político no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.
- d) na propaganda para eleição majoritária, cada partido usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- e) na propaganda para eleição proporcional, é obrigatória a utilização das legendas de todos os partidos que integram a coligação.

594 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

Do número de vagas que poderá registrar para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, cada Partido Político ou Coligação deverá ser

- a) o mínimo de 20% e o máximo de 60% para candidaturas de cada sexo.
- b) o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.
- c) o mínimo de 10% para candidaturas do sexo feminino, sem limite máximo.
- d) até 50% para as candidaturas de cada sexo.
- e) o mínimo de 10% para candidaturas do sexo masculino, sem limite máximo.

595 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito da filiação partidária, é correto afirmar que

- a) se considera deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias.
- b) pode filiar-se a partido político o eleitor que não estiver no pleno gozo de seus direitos políticos, só não podendo candidatar-se a cargo eletivo.
- c) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos 6 meses antes da data fixada para as eleições.
- d) é facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária inferiores aos previstos em lei, com vistas à candidaturas a cargos eletivos.
- e) os prazos de filiação partidária fixados no estatuto do partido político, com vistas à candidatura a cargos eletivos, podem ser alterados no ano da eleição.

596 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

Quanto à prestação de contas em matéria eleitoral, considere as afirmativas abaixo.

- I. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos.
- II. Se, ao final da campanha, após a prestação de contas, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá obrigatoriamente ser transferida, mediante doação, ao Fundo Partidário.
- III. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais poderão ser feitas pelos próprios candidatos.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

597 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito do alistamento eleitoral é INCORRETO afirmar que

- a) as certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.
- b) o alistamento de cegos somente poderá ser feito na presença do Juiz Eleitoral, que verificará se o eleitor é cego e se conhece o "Sistema Braille", sendo que atestará que a folha individual de votação e vias do título foram subscritas pelo próprio.
- c) o empregado, mediante comunicação de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, afim de alistar-se eleitor ou requerer transferência.
- d) os cegos alfabetizados pelo "Sistema Braille" que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.
- e) se, no alistamento realizado através do "Sistema Braille", o número de eleitores não alcançar o mínimo exigido, este se completará com a inclusão de outros, ainda que não sejam cegos.

598 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) mais antiga.
- b) mais recente.
- c) cujo título não tenha sido entregue ao eleitor.
- d) que não corresponda ao domicílio eleitoral.
- e) cujo título não tenha sido utilizado para o exercício do voto na última eleição.

599 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considere as eleições para:

- I. Presidente da República.
- II. Vice-Presidente da República
- III. Senador.
- IV. Deputado Federal
- V. Governador.
- VI. Vice-Governador.
- VII. Deputado Estadual
- VIII. Prefeito Municipal.
- IX. Vice-Prefeito Municipal.
- X. Vereador.

Obedecerão ao princípio da eleição proporcional SOMENTE

- a) I, II, V, VI, VIII e IX.
- b) III, IV, VII e X.
- c) IV, VII e X.
- d) I, II, III e IV.
- e) V, VI, VII, VIII, IX e X.

600 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

No processo das infrações penais eleitorais, observar-seão os prazos de

- a) 8 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 5 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 10 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.
- b) 15 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 3 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 8 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.
- c) 5 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 5 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 10 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.
- d) 3 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 3 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 3 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.
- e) 10 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 10 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 5 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.

601 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

É de 4 meses o prazo de desincompatibilização, para candidatarem-se ao Senado Federal, dentre outros, dos que estiverem exercendo cargo de

- a) direção em entidade representativa de classe mantida parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.
- b) Secretário de Estado, Prefeito Municipal e Diretor- Geral do Departamento de Polícia Federal.
- c) Diretor de Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas.
- d) Chefe de órgão de assessoramento direto, civil e militar da Presidência da República.
- e) Advogado-Geral da União, Chefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

602 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) definitiva e permanente.



- b) por dois anos.
- c) por um ano.
- d) por cinco anos.
- e) até o próximo pleito.

603 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

Dentre outros casos, cabe recurso especial das decisões dos Tribunais Regionais quando

- a) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais.
- b) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
- c) denegarem habeas corpus.
- d) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais.
- e) denegarem mandado de segurança.

604 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Numa determinada eleição e antes de realizado o segundo turno, ocorreu a morte do candidato a Presidente da República. Nesse caso,

- a) abrir-se-á o prazo de vinte dias para o alistamento de candidatos ao cargo, para nova eleição em turno único.
- b) será declarado eleito, na mesma fase da eleição, o candidato remanescente.
- c) far-se-á nova eleição em até trinta dias da data prevista para o segundo turno, com todos os candidatos remanescentes.
- d) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- e) inexistindo candidato remanescente será convocado o Presidente do Senado Federal e no seu impedimento o Presidente da Câmara dos Deputados, para concorrer ao segundo turno.

605 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

- a) Pedro, Paulo e Mário.
- b) José, Paulo e Mário.
- c) João, José e Pedro.
- d) João, José e Mário.
- e) José e Pedro.

606 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Cabe recurso ordinário das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, entre outras das que

- a) versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições municipais.

- b) concederem habeas corpus.
- c) denegarem mandado de segurança.
- d) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
- e) divergirem de outro Tribunal Eleitoral na interpretação de lei.

607 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Antonio é Prefeito Municipal de uma cidade do interior do Estado . Seu filho adotivo, Jonas não é titular de mandato eletivo, mas pretende candidatar-se ao cargo de Vereador. Nesse caso, Jonas

- a) não pode em nenhuma situação ser candidato a Vereador, ainda que Antonio renuncie o mandato de Prefeito.
- b) pode ser candidato a Vereador, porque se trata de outra eleição, diferente daquela em que Antonio se elegeu Prefeito Municipal.
- c) pode ser candidato a Vereador, porque o impedimento legal não alcança os filhos adotivos do Prefeito Municipal.
- d) só pode ser candidato a Vereador se Antonio renunciar o mandato de Prefeito Municipal até 6 meses antes do pleito.
- e) pode ser candidato a Vereador, posto que o impedimento decorrente da condição de descendente não se aplica às eleições municipais.

608 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Constitui crime a promoção de comício ou carreata

- a) no dia da eleição, mesmo após o horário previsto para encerramento da votação.
- b) no dia da eleição, até o horário previsto para encerramento da votação.
- c) na véspera do dia das eleições, entre vinte e vinte e duas horas.
- d) na véspera do dia das eleições, entre vinte e duas e vinte e quatro horas.
- e) nos cinco dias anteriores ao dia marcado para as eleições.

609 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Dentre outros, NÃO se incluem os gastos eleitorais sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei no 9.504 de 30/9/97:

- a) Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita.
- b) Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos.
- c) Realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura.
- d) Multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral ainda que estejam sendo questionadas judicialmente.

e) Produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.

610 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

A respeito das doações de pessoa física ou jurídica, é que

- a) podem ser efetuadas em dinheiro, entregue diretamente, em espécie, aos órgãos de direção de partido político.
- b) podem ser efetuadas por intermédio de depósito bancário diretamente na conta do Fundo Partidário.
- c) quando não forem feitas em dinheiro, não precisam ser lançadas na contabilidade do partido.
- d) quando originários de entidade de classe ou sindicato, devem ser aprovadas pela respectiva Assembléia Geral.
- e) quando provenientes de entidade ou governo estrangeiro, devem ser previamente aprovadas pelo Senado Federal.

611 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que

- a) o local de votação é escolhido pelo juiz, não podendo o requerente manifestar sua preferência entre os estabelecidos para a zona eleitoral.
- b) o menor que completar 16 anos até a data do pleito não poderá alistar-se no ano em que se realizarem eleições.
- c) o brasileiro naturalizado pode alistar-se até dois anos após adquirida a nacionalidade brasileira.
- d) a prova da nacionalidade brasileira só pode ser feita por certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil.
- e) a apresentação de certificado de quitação do serviço militar é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

612 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Carlos é parente, por afinidade, em quarto grau, de candidato. Diana é esposa de candidato. Tiago pertence ao serviço eleitoral. Geraldo é formado em engenharia. A nomeação para membro de Junta Eleitoral pode recair em

- a) Carlos e Geraldo.
- b) Carlos e Tiago.
- c) Tiago e Geraldo.
- d) Diana e Tiago.
- e) Carlos e Diana.

613 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

É que as eleições para o Senado Federal, para as Assembléias Legislativas e para as Câmaras Municipais obedecerão

a) o princípio da representação proporcional, majoritário e da representação proporcional, respectivamente.

b) o princípio majoritário, da representação proporcional e da representação proporcional, respectivamente.

c) o princípio da representação proporcional, da representação proporcional e majoritário, respectivamente.

d) o princípio majoritário.

e) o princípio da representação proporcional.

614 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Nelson era candidato a Deputado Federal e renunciou à sua candidatura. Nesse caso, o partido a que pertencia

a) poderá substituí-lo até cinco dias contados do fato que deu origem à substituição e até noventa dias antes do pleito.

b) poderá substituí-lo até trinta dias contados do fato que deu origem à substituição e até trinta dias antes do pleito.

c) poderá substituí-lo até dez dias contados do fato que deu origem à substituição e até sessenta dias antes do pleito.

d) não poderá substituí-lo, pois a substituição de candidato só é admissível em caso de falecimento.

e) poderá substituí-lo até trinta dias contados do fato que deu origem à substituição e até dez dias antes do pleito.

615 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito da fiscalização das eleições, considere:

I. A escolha de fiscais e delegados, pelos partidos e coligações, poderá recair em quem já faça parte de Mesa Receptora.

II. As credenciais de fiscais e delegados serão expedidas, exclusivamente, pelos partidos ou coligações, por expressa disposição legal.

III. O fiscal poderá ser nomeado para fiscalizar mais de uma Seção Eleitoral, no mesmo local de votação.

É correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e II.

c) I e III.

d) III.

e) II e III.

616 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

A respeito do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos, é correto afirmar que

a) nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, poderão votar eleitores cujos nomes não estiverem nas respectivas folhas de votação, se forem autoridades ou candidatos.

b) a urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam a identificação da urna em que foi registrado e do eleitor que o registrou.

c) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais ambas para mandatos federais.

d) considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.

e) a urna eletrônica é extremamente segura e inviolável, motivo porque não podem ser fiscalizadas pelos partidos políticos, coligações ou candidatos.

1

Certo

2 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público)

Errado

3 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público)

Certo

4 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público)

Certo

5 • Prova:( CESPE - 2010 - DPU - Defensor Público)

Errado

6 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

(A)

7 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa )

(C)

8 • Prova: ( FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

(B)

9 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

(A)

10 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

(E)

11 • Prova: (FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

(D)

12 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

13 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

14 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

15 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

16 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

17 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

18 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

19 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

20 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

21 Prova: CESPE - 2008 - MPE-RO - Promotor de Justiça

(C)

22 • Prova: CESPE - 2008 - MPE-RO - Promotor de Justiça

(E)

23 • Prova: CESPE - 2008 - MPE-RO - Promotor de Justiça

(A)

24 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Certo

CERTO

25 Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Certo

CERTO

26 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

27 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

CERTO

28 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

29 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Certo

30 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

31 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

32 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

ERRADO

33 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Certo

34 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

35 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

CERTO

36 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

37 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Errado

38 • Prova: CESPE - 2008 - MPE - RR - Promotor de Justiça

Certo

39 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

40 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

41 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa



(C)

42 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

43 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

44 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

45 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

46 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

47 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

48 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

49 • Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

(A)

50 • Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

(D)

51 • Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

(C)

52 Prova: CESPE - 2010 - MPE - ES - Promotor de Justiça

(E)

53 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(E)

54 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(C)

55 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(A)

56 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(D)

57 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(C)

58 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(C)

59 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(D)

60 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(A)

61 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(A)

62 • Prova: CESPE - 2009 - MPE-RN - Promotor de Justiça

(B)

63 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(E)

64 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

65 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(E)

66 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(B)

67 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(A)

68 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(D)

69 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(D)

70 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(B)

71 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(A)

72 • Prova: FCC - 2009 - TJ-GO - Juiz

(C)

73 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(B)

74 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(E)

75 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(A)

76 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(C)

77 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(E)

78 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(C)

79 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(E)

80 • Prova: FCC - 2010 - TJ-MS - Juiz

(A)

81 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

82 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

83 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

84 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

85 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

86 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

87 Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

88 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

89 • Prova: FCC - 2010 - TRE-RS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

90 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

91 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

92 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

93 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

94 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

95 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

96 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

97 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

98 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

99 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

100 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

101 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

102 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

103 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

104 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

105 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

106 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

107 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

108 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

109 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

110 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

111 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

112 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

113 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

- 114 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 115 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 116 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 117 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 118 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 119 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(D)
- 120 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 121 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 122 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 123 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária  
(E)
- 124 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária  
(D)
- 125 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária  
(B)
- 126 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária  
(A)
- 127 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária  
(E)
- 128 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

129 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

130 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

131 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

132 • Prova: FCC - 2006 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

133 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(E)

134 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(B)

135 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(E)

136 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(B)

137 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(C)

138 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(B)

139 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(C)

140 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(A)

141 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(E)

142 • Prova: CONSULPLAN - 2008 - TRE-RS - Técnico Administrativo

(A)

143 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(C)

144 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(E)

145 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(B)

146 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(A) OK

147 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(D)

148 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(E)

149 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(D)

150 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(E)

151 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(E)

152 • Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

(A)

153 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

(C)

154 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

(D)

155 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

(E)

156 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

(B)

157 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas



(C)

158 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

159 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

160 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

161 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

162 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

163 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

164 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

165 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

166 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

167 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

168 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

169 • Prova: CESPE - 2009 - PGE-PE - Procurador de Estado

(D)

170 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

(B)

171 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

(A)

172 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

(D)

173 • Prova: FGV - 2008 - Senado Federal - Advogado

(C)

174 • Prova: CESPE - 2010 - MS - Analista Técnico - Administrativo - PGPE 1

CERTO

175 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

176 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

177 Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

178 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

179 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

180 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

(E)

181 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

(D)

182 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

(B)

183 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

(D)

184 • Prova: CESPE - 2010 - MPE-SE - Promotor de Justiça

(E)

185 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

186 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

187 Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

188 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

189 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

190 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

191 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

192 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

193 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

194 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

195 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

196 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

197 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

198 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

199 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

200 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

201 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

202 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

203 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

204 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

205 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

206 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(B)

207 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(A)

208 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(D)

209 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(C)

210 • Prova: FCC - 2002 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(E)

211 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

212 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

213 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

214 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

215 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

216 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

217 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

218 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

219 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

220 • Prova: FCC - 2002 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

221 • Prova: MPE-SC - 2010 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

(E)

222 • Prova: MPE-SC - 2010 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Matutina

(A)

223 • Prova: MPE-MG - 2010 - MPE-MG - Promotor de Justiça

(B)

224 • Prova: MPE-GO - 2009 - MPE-GO - Promotor de Justiça

(C)

225 • Prova: MPE-GO - 2009 - MPE-GO - Promotor de Justiça

(D)

226 • Prova: MPE-GO - 2009 - MPE-GO - Promotor de Justiça

(A)

227 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

228 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

229 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

230 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

231 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

232 • Prova: FCC - 2010 - DPE - SP - Agente de Defensoria - Assistente Social

(B)

233 • Prova: FCC - 2010 - DPE - SP - Agente de Defensoria - Administrador

(B)

234 Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

235 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

236 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

237 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

238 • Prova: FCC - 2010 - DPE - SP - Agente de Defensoria - Comunicação Social

(B)

239 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

CERTO

240 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

CERTO

241 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

242 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

243 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

244 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

CERTO

245 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

246 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

247 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

CERTO

248 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

249 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

CERTO

250 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

251 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

252 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

253 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa

CERTO

254 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Enfermagem

(D)

255 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

(A)

256 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

(A)

257 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

(C)

258 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

(E)

259 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

(A)

260 • Prova: FGV - 2008 - TJ-MS - Juiz

(D)

261 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(C)

262 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(A)

263 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(E)

264 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(C)

265 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(C)



266 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(B)

267 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(D)

268 • Prova: FGV - 2009 - TJ-PA - Juiz

(A)

269 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(A)

270 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(B)

271 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(C)

272 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(D)

273 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(E)

274 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(A)

275 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(B)

276 • Prova: VUNESP - 2009 - TJ-MT - Juiz

(C)

277 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

278 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

279 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

280 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

281 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

282 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Contabilidade

(A)

283 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

284 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

285 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

286 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

287 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

288 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

289 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

290 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

291 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

292 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

293 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

294 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

295 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

296 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

297 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

298 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

299 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

300 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

301 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

302 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

303 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

304 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

305 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

306 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

307 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

308 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

309 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

310 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

311 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

ERRADO

312 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Analista Judiciário - Área Judiciária

CERTO

313 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

314 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

315 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

316 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

317 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

318 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

319 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

320 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

321 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

322 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

323 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

324 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

325 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

326 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

327 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

328 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

329 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

330 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

331 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

332 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

333 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

334 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

335 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

(C)

336 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

(E)

337 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

(C)

338 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Biblioteconomia

(E)

339 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Biblioteconomia

(E)

340 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

341 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

342 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

343 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

344 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

345 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

346 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

347 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

348 Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

349 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

350 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

351 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

352 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

353 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

354 • Prova: FCC - 2010 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

355 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

356 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

357 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

358 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

359 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

360 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

361 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

362 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)



- 363 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 364 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 365 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 366 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 367 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 368 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 369 • Prova: CESPE - 2010 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 370 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 371 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 372 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(D)
- 373 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 374 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 375 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(D)
- 376 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 377 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

378 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

379 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

380 • Prova: FCC - 2008 - MPE-CE - Promotor de Justiça

(D)

381 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

382 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

383 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

384 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

385 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

386 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

387 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

388 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

389 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

390 • Prova: FCC - 2009 - TRE-PI - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

391 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(B)

392 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(E)

393 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(D)

394 • Prova: FCC - 2008 - MPE-PE - Promotor de Justiça

(C)

395 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

396 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

397 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

398 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

399 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

400 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MT - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

401 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

402 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

403 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

404 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

405 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

406 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

407 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

408 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

409 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-MA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

410 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

411 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

412 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

413 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

414 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

415 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

416 • Prova: CESPE - 2005 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

417 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

418 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

419 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

420 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

421 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

422 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

423 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

424 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

425 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

426 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

427 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

428 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

429 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

430 • Prova: CESPE - 2009 - TRE-GO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

431 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

432 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

433 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

434 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

435 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

436 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

437 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

438 • Prova: FCC - 2006 - TRE-AP - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

439 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

440 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

441 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

442 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

443 Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

444 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

445 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

446 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

447 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

448 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

449 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

450 • Prova: FCC - 2004 - TRE-PE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

451 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

(D)

452 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

(B)

453 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

(C)

454 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

(A)

455 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

(E)

456 • Prova: FCC - 2005 - TRE-MG - Técnico Judiciário - Especialidade - Programação de Sistemas

(C)

457 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

458 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

459 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

460 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

461 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

462 Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

463 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

464 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

465 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

466 • Prova: FCC - 2003 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

467 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

468 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

469 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

470 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

471 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

472 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

473 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

474 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

475 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

476 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AC - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

477 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

478 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)



- 479 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 480 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(D)
- 481 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 482 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 483 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(D)
- 484 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 485 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(E)
- 486 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 487 • Prova: FCC - 2003 - TRE-AM - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 488 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 489 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(B)
- 490 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(A)
- 491 • Prova: FCC - 2002 - TRE-PI - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(D)
- 492 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa  
(C)
- 493 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

494 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

495 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

496 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

497 • Prova: FCC - 2005 - TRE-RN - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

498 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

499 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

500 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

501 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

502 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

503 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

504 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

505 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

506 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

507 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

508 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

509 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

510 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

511 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

512 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

513 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

514 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

515 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

516 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

517 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

518 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

519 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

520 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Especialidade - Análise de Sistemas - Desenvolvimento

(B)

521 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Especialidade - Análise de Sistemas - Desenvolvimento

(D)

522 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Técnico Judiciário - Especialidade - Operação de Computador

(E)

523 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

524 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

525 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

526 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

527 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

528 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

529 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

530 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

531 • Prova: FCC - 2007 - TRE-SE - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

532 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

533 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

534 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

535 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

536 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Especialidade - Contabilidade

(C)

537 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Especialidade - Contabilidade

(D)

538 • Prova: CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário - Especialidade - Contabilidade

(B)

539 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

540 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

541 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

542 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

543 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

544 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

545 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(C)

546 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(B)

547 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(A)

548 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(C)

549 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

550 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(B)

551 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(A)

552 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(C)

553 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

554 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(B)

555 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(A)

556 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

557 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(C)

558 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

559 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

560 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

(B)

561 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

(B)

562 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

(D)

563 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

(C)

564 • Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE

(B)

565 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

566 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

567 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

568 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

569 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

570 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

571 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

572 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

573 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

574 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

575 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

ERRADO

576 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

CERTO

577 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

CERTO

578 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

ERRADO

579 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Especialidade - Telefonia

ERRADO

580 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

581 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

582 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

583 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

584 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

585 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

586 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

587 Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

588 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

CERTO

589 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa



CERTO

590 • Prova: CESPE - 2004 - TRE-AL - Técnico Judiciário - Área Administrativa

ERRADO

591 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(E)

592 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(C)

593 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

594 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(B)

595 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(A)

596 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Administrativa

(D)

597 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

598 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

599 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

600 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(E)

601 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

602 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

603 • Prova: FCC - 2007 - TRE-PB - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

604 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

605 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

606 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(C)

607 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

608 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(A)

609 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(D)

610 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Analista Judiciário - Área Judiciária

(B)

611 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

612 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(A)

613 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(B)

614 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(C)

615 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(E)

616 • Prova: FCC - 2007 - TRE-MS - Técnico Judiciário - Área Administrativa

(D)

